

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 011/2026
Data: 21/01/2026



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
ACORDO MERCOSUL–UNIÃO EUROPEIA PODE TRANSFORMAR O PORTO DE SANTOS E DOBRAR MOVIMENTAÇÃO EM ATÉ DEZ ANOS	4
ANTIGO ARMAZÉM DO PORTO DE SANTOS SERÁ ENTREGUE RESTAURADO E ABRIGARÁ CENTRO TECNOLÓGICO	5
PORTO DE SÃO SEBASTIÃO TEM ALTA DE 29% NA RECEITA EM 2025, APESAR DE QUEDA NAS CARGAS, NO LITORAL DE SÃO PAULO.....	7
ONDAS GRANDES E VENTOS FORTES ATINGEM LITORAL DE SÃO PAULO E FECHAM PORTO DE SANTOS POR 14 HORAS	8
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	9
ANTAQ DIVULGA EDITAL DO TERMINAL DE PASSAGEIROS DO PORTO ORGANIZADO DO RECIFE	9
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	10
PORTO DE RIO GRANDE (RS) TERÁ R\$ 24 BILHÕES EM INVESTIMENTOS EM CELULOSE E LOGÍSTICA DE EXPORTAÇÃO	10
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ANUNCIA RECURSOS PARA CONSTRUÇÃO DE EMBARCAÇÕES EM SANTA CATARINA	11
AVIAÇÃO CIVIL REGISTRA RECORDES HISTÓRICOS EM 2025 E CONSOLIDA BASES PARA NOVO CICLO DE CRESCIMENTO EM 2026	12
MINISTROS DE PORTOS E AEROPORTOS E DO TURISMO ALINHAM AGENDA CONJUNTA PARA IMPULSIONAR DESENVOLVIMENTO REGIONAL E CONECTIVIDADE	13
AO LADO DO PRESIDENTE LULA, MINISTRO SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DA ASSINATURA DE CONTRATOS DO PROGRAMA MAR ABERTO DA PETROBRAS.....	14
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	15
CNH DO BRASIL: NO PARÁ, RENAN FILHO ACOMPANHA TRABALHADOR QUE RECEBE PRIMEIRA HABILITAÇÃO	15
NO PARÁ, RENAN FILHO ENTREGA TRECHO DA BR-422 COMPLETAMENTE PAVIMENTADO E VISTORIA OBRAS DA PONTE SOBRE O XINGU	16
BE NEWS – BRASIL EXPORT	17
EDITORIAL – INVESTIMENTOS EM RIO GRANDE	17
INSIGHT – DIREITO - O ACORDO MERCOSUL–UE E O TESTE DE CARGA DA GOVERNANÇA PORTUÁRIA BRASILEIRA	18
NACIONAL - HUB – CURTAS - ESCOLHA DE NOVO MINISTRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO FICA PARA 2027	20
<i>É melhor adiar.....</i>	<i>20</i>
<i>Outra vaga.....</i>	<i>20</i>
<i>Lula e Tarcísio.....</i>	<i>20</i>
<i>BRB: risco descartado</i>	<i>20</i>
<i>Ministério nega.....</i>	<i>20</i>
POLÍTICA - POLÍTICAS PÚBLICAS SÃO PARA CLASSES MAIS POBRES, DIZ LULA	21
POLÍTICA - RUI COSTA COMPARA REAÇÕES DOS GOVERNOS A ENCHENTES TRÁGICAS	22
POLÍTICA - LULA EXALTA QUEDA DA INFLAÇÃO E DO DESEMPREGO	22
POLÍTICA - FLÁVIO EMBARCA PARA ISRAEL EM BUSCA DE ALIANÇAS INTERNACIONAIS	23
TRANSPORTES - AVIAÇÃO - ANAC PREPARA REVISÃO DE DIREITOS DOS PASSAGEIROS E DISCUTE PUNIÇÕES A INDISCIPLINADOS	24
TRANSPORTES - PORTOS - CMPC FORMALIZA TERMINAL PRIVADO EM RIO GRANDE PARA EXPORTAÇÃO DE CELULOSE... ..	26
TRANSPORTES - OPINIÃO GESTÃO O ONTEM QUE NÃO VOLTA E O AMANHÃ QUE NUNCA CHEGA.....	27
PETRÓLEO E GÁS - PETRÓLEO LIDERA EXPORTAÇÕES PELO SEGUNDO ANO E IBP PROJETA EXPANSÃO ATÉ 2029	28
ENERGIA - SILVEIRA COBRA SEGURANÇA E DISCUTE ELETROMOBILIDADE COM CONTROLADORA DA 99 NA CHINA.....	30
ENERGIA - MINISTRO TRATA DE INVESTIMENTOS EM ENERGIA E INFRAESTRUTURA COM BANCO DOS BRICS.....	31
COMÉRCIO EXTERIOR – DIREITO - O QUE O ATAQUE DOS EUA À VENEZUELA PODE NOS ENSINAR SOBRE SEGURANÇA CIBERNÉTICA DE INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS	32
AGRONEGÓCIO - PESQUISA USA IMAGENS DE SATÉLITE PARA MAPEAR DANOS DE GEADAS NO MILHO	34
COMÉRCIO EXTERIOR - CHINA ENCERRA EMBARGO À IMPORTAÇÃO DE FRANGO DO RS.....	35
COMÉRCIO EXTERIOR - PRODUÇÃO VEICULAR COM KITS IMPORTADOS AMEAÇA 69 MIL EMPREGOS, DIZ ANFAVEA	36
FINANÇAS - NOVA REGRA QUE AUMENTA SEGURANÇA DO PIX ENTRA EM VIGOR EM FEVEREIRO	37
FINANÇAS - ÁREA TÉCNICA DA CVM ORIENTA SOBRE ALAVANCAGEM EM FUNDOS.....	39
FINANÇAS - IBOVESPA RENOVA RECORDES AOS 166 MIL PONTOS	39
FINANÇAS - DÓLAR SOBE ANTE REAL, MAS CAI CONTRA PARES FORTES	40
COMUNICAÇÃO & MARKETING - OPINIÃO - CRISE É UM TESTE DE COMUNICAÇÃO, NÃO DE CORAGEM	41
JUSTIÇA - MORAES NEGA PARTE DO PEDIDO DE PERÍCIA MÉDICA DE BOLSONARO.....	42
JUSTIÇA CONDENADO NA TRAMA GOLPISTA É AUTORIZADO A FAZER CURSO TÉCNICO.....	43
JUSTIÇA - MINISTÉRIO PÚBLICO PEDE QUE TCU INVESTIGUE ESQUEMA DA FAMÍLIA VORCARO	44



JUSTIÇA - PROPOSTA DE CPI DO MASTER ATINGE NÚMERO NECESSÁRIO DE ASSINATURAS	45
JUSTIÇA - FACHIN DESCARTA IMPOR CÓDIGO DE CONDUTA 'GOELA ABAIXO' NO STF	46
JUSTIÇA - JULGAMENTO SOBRE EXTRADIÇÃO DE CARLA ZAMBELLI É NOVAMENTE ADIADO	47
JUSTIÇA - FILHO DE INDÍGENA TORTURADO TEM DIREITO A INDENIZAÇÃO DE R\$ 100 MIL	47
INTERNACIONAL - LULA TERÁ UM GRANDE PAPEL NO CONSELHO DE PAZ, DIZ TRUMP	48
INTERNACIONAL - PRESIDENTE AMERICANO AFIRMA QUE NINGUÉM FEZ MAIS PELA OTAN DO QUE ELE	49
INTERNACIONAL - GROENLÂNDIA TEM INTERVENÇÃO MILITAR E ALERTA POPULAÇÃO	50
INTERNACIONAL - PARLAMENTO EUROPEU SUSPENDERÁ ACORDO COMERCIAL UE-EUA	51
JORNAL O GLOBO – RJ	52
MINISTÉRIOS PÚBLICOS DE AO MENOS 6 ESTADOS ABREM INQUÉRITO PARA APURAR APLICAÇÕES NO BANCO MASTER	52
PARLAMENTO EUROPEU APROVA LEVAR ACORDO ENTRE UE E MERCOSUL À JUSTIÇA	55
PROJETO DA MAIOR USINA TERMELÉTRICA DO PAÍS É VETADO PELO IBAMA POR FALTA DE INFORMAÇÕES CONCLUSIVAS	58
STF DISCUTE SAÍDAS PARA CONTER DESGASTE COM TOFFOLI NO CASO BANCO MASTER	59
MASTER: MULHER DE ALEXANDRE DE MORAES ATUA EM CASO ENVIADO PARA TOFFOLI NO STF	60
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	63
TRUMP DIZ QUE 'NINGUÉM PODE DEFENDER A GROENLÂNDIA COMO OS EUA', MAS DESCARTA USAR FORÇA NA ILHA	63
BRB TINHA R\$ 1,75 BI EM ATIVOS DO WILL BANK, E LIQUIDAÇÃO PODE AUMENTAR NECESSIDADE DE SOCORRO	65
VEJA QUEM SÃO OS MINISTROS QUE PODEM DEIXAR O GOVERNO LULA POR CAUSA DAS ELEIÇÕES	66
FLÁVIO BOLSONARO DIZ QUE ROGÉRIO MARINHO FARÁ PARTE DE 'GRANDE TIME' PARA CAMPANHA À PRESIDÊNCIA	68
OPINIÃO - SUSPEIÇÃO E IMPEACHMENT DE MINISTRO DO STF	69
VALOR ECONÔMICO (SP)	71
FGC DIZ QUE ESTIMATIVA É PAGAR R\$ 6,3 BILHÕES A CLIENTES DO WILL	71
BRASIL PROJETA NOVA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES COM INTEGRAÇÃO ENTRE MODAIS	72
STF: MORAES SUSPENDE LEI DE SÃO PAULO QUE REGULAMENTAVA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR APLICATIVO EM MOTOS	73
MARINHO DESISTE DE CANDIDATURA AO GOVERNO DO RN PARA COORDENAR CAMPANHA DE FLÁVIO BOLSONARO	74
BRASIL QUER RATIFICAR ACORDO UE-MERCOSUL "O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL"	75
PORTAL PORTOS E NAVIOS	76
GOVERNO E PETROBRAS PROJETAM INDÚSTRIA NAVAL RETOMANDO PATAMAR DE EMPREGOS	76
CMA CGM VOLTA A SUSPENDER VIAGENS PELO MAR VERMELHO E PELO CANAL DE SUEZ	77
PETROBRAS TEM MAIS 9 EMBARCAÇÕES EM ESTUDO, DIZ MAGDA	78
ANTAQ PUBLICA EDITAIS PARA 1º BLOCO DE LEILÕES PORTUÁRIOS DE 2026, COM 4 TERMINAIS	79
MAIS DE 500 MIL CAMINHÕES PASSARAM PELO PÁTIO DE TRIAGEM DE PARANAGUÁ EM 2025	80
ROTAS ÁSIA-EUROPA AUMENTAM OFERTA DE CAPACIDADE PARA ATENDER PICO DE DEMANDA	80
COM NAVIOS HANDY E GASEIROS, RIO GRANDE CONSOLIDA RETOMADA DE GRANDES OBRAS	81
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	83
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	83



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA PODE TRANSFORMAR O PORTO DE SANTOS E DOBRAR MOVIMENTAÇÃO EM ATÉ DEZ ANOS

Autoridade Portuária projeta salto no fluxo anual com abertura de mercados, enquanto especialistas alertam para limites operacionais e logísticos

Por Maurício Martins 21 de janeiro de 2026



Gestora do Porto acredita que movimentação atual de 180 milhões de toneladas por ano pode crescer para quase 400 milhões de toneladas (Alexsander Ferraz/AT)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) avalia que o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia (UE) pode dobrar o fluxo anual de cargas no Porto de Santos em até dez anos. Essa expansão na movimentação seria impulsionada pela abertura de mercados, redução de tarifas e aumento da

competitividade das exportações brasileiras.

A assinatura do tratado ocorreu no último sábado, no Paraguai, após mais de 25 anos de negociações. O acordo prevê a redução ou eliminação gradual de tarifas em mais de 90% do comércio entre Mercosul e UE, beneficiando especialmente o agronegócio e setores industriais de maior valor agregado.

Para o presidente da APS, Anderson Pomini, haverá impacto direto sobre o cais santista. “É um dos maiores acordos comerciais do planeta. Envolve 27 países, uma população de 718 milhões de habitantes e um PIB de cerca de US\$ 22 trilhões. Tem potencial para dobrar a movimentação de cargas no Porto de Santos em um prazo de cinco a dez anos”, afirmou.

Segundo Pomini, o Porto movimenta atualmente 180 milhões de toneladas por ano. Com a ampliação desses mercados e a criação de novas rotas marítimas, o volume pode chegar a quase 400 milhões de toneladas. Ele destacou que a integração entre Europa e América do Sul tende a reorganizar cadeias logísticas globais, abrindo espaço para mais navios e negócios operando em Santos.

Para a APS, o acordo beneficia setores estratégicos da economia brasileira, com forte participação na pauta exportadora, como o agronegócio, a indústria automotiva, o setor aeronáutico e o segmento de máquinas e tecnologia. “Comemoramos, mas também assumimos a responsabilidade de nos prepararmos para os próximos 20 anos, aprofundando o canal de navegação, cuidando dos acessos e dando maior capacidade”, ressalta Pomini.

Diversificação

O economista Roberto Paveck acredita que um dos efeitos mais relevantes do acordo é a redução de tarifas de importação sobre bens de capital, máquinas e equipamentos. Ele diz que esse movimento tende a se refletir, ao longo do tempo, na diminuição do custo dos investimentos e pode ter impacto positivo na modernização dos portos, ao ampliar tecnologias hoje concentradas em fornecedores asiáticos.

“Ao diversificar origens e ampliar alternativas tecnológicas, o acordo cria um ambiente mais favorável às decisões de investimento no setor. Não se trata de uma mudança imediata na operação, mas de

um fator que, de forma gradual, pode apoiar a elevação do padrão tecnológico e da eficiência do sistema portuário”, afirma.



O tratado segue para os processos internos de ratificação. Na União Europeia, o texto será analisado pelo Parlamento Europeu e poderá também passar pelos parlamentos nacionais. No Mercosul, precisará ser aprovado pelos congressos de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

“Hoje, o Porto de Santos já enfrenta dificuldades, especialmente nos acessos terrestres. Se temos desafios para operar com o nível atual de movimentação, como seria com um aumento, por exemplo, de 30%, 40% ou 50%?”, diz Ivam Jardim,

consultor portuário da Agência Porto (Divulgação)

Especialista descarta salto imediato

Para o consultor portuário Ivam Jardim, da Agência Porto Consultoria, do ponto de vista técnico, falar em dobrar a movimentação no curto ou médio prazo é uma análise muito otimista, “para a qual eu não encontro hoje uma fundamentação concreta”.

Jardim explica que o acordo é relevante, mas ele não cria novos mercados do zero. “Ele melhora condições de acesso, reduz tarifas, amplia cotas e dá previsibilidade. Isso tende a acelerar fluxos existentes, não a multiplicá-los”.

Ele lembra que a Europa é um mercado maduro, onde a população já tem acesso a bens, alimentos e produtos industrializados. Ou seja, não existe consumo reprimido que vai demandar mais commodities.

“A população europeia não cresce. Em muitos países, ela está em retração. Então, não há um vetor demográfico que sustente uma duplicação de consumo. O que pode crescer é valor agregado, qualidade, regularidade do comércio”.

Ivam Jardim afirma que o tema traz à tona uma discussão necessária: os limites físicos e operacionais do Porto de Santos. “Hoje, o Porto já enfrenta dificuldades, especialmente nos acessos terrestres. Se temos desafios para operar com o nível atual de movimentação, como seria com um aumento, por exemplo, de 30%, 40% ou 50%?”

O consultor cita a necessidade de expansão da área portuária, melhorias efetivas nos acessos rodoviários e ferroviários e a ampliação da capacidade do canal de navegação. “Não basta aprofundar o canal para 17 metros. É fundamental aumentar a capacidade operacional, ou seja, o número de navios que conseguem entrar e sair por hora, para evitar filas, janelas perdidas e ineficiência”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 20/01/2026

ANTIGO ARMAZÉM DO PORTO DE SANTOS SERÁ ENTREGUE RESTAURADO E ABRIGARÁ CENTRO TECNOLÓGICO

Reconstrução preserva características originais do prédio histórico e integra projeto de revitalização do Centro e do Parque Valongo

ATribuna.com.br 20 de janeiro de 2026

A primeira fase das obras de revitalização do antigo Armazém 7, que abrigará um centro tecnológico e educacional no Porto de Santos, deve ser concluída em abril. O espaço, ao lado do Parque Valongo,

no Centro Histórico, será reconstruído de acordo com as características originais, segundo informou a Autoridade Portuária de Santos (APS).



Nos meses seguintes, a APS promete apresentar um plano de destinação para detalhar a finalidade do espaço, que deverá estar em pleno funcionamento até 2027.

Armazém tem mais de mil metros quadrados e terá mantidas as características da construção, de 1899 (APS/Divulgação)

Também está em andamento a revitalização da Casa de Máquinas nº 2, ao lado do Armazém 7. O local é um dos ícones da história do Porto. “Os dois equipamentos serão administrados pela APS com pautas de interesse da comunidade portuária e ligadas à integração Porto-Cidade”, diz a gestora do cais santista.

Patrimônio histórico

A reconstrução desses espaços faz parte de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em 2023 pela APS, o Ministério Público e o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos (Condepasa). O acordo previu intervenções em várias edificações do cais no âmbito da revitalização do Centro de Santos.

O TAC determinou que o Armazém 7 e a Casa de Máquinas nº 2, que gerava vapor para operar guindastes no século 19 e no início do século 20, seriam realocados em direção à área do antigo Armazém 6 para permitir a ampliação das linhas férreas utilizadas pela empresa Cofco. Como contrapartida, a companhia está custeando a reconstrução das edificações, e a obra é realizada pela Pro Ativa Arquitetura. O valor não foi informado.

Arquitetura

O Armazém 7 conta com mais de mil metros quadrados (m²) e terá mantidas as características da construção original, de 1899. O arquiteto Gino Caldato Barbosa explica que o armazém está sendo reconstruído.

A edificação tinha uma particularidade em relação à maioria dos demais armazéns. Ela foi pré-fabricada na Alemanha e montada no Porto de Santos, após as peças serem trazidas ao Brasil por navio. Dessa forma, para manter a ideia original, o Armazém 7 será revestido por chapas metálicas e não por paredes de alvenaria.

A reconstrução do armazém também vai retirar alterações realizadas na década de 1940. À época, os armazéns foram pintados de amarelo, e as casas de máquinas (também conhecidas como casas de pedra) perderam as chaminés. Essas características originais estarão presentes na revitalização.

No caso do armazém, as paredes receberão a cor original, uma tonalidade próxima do salmão. O telhado em formato de V já está pronto, e as estruturas metálicas das paredes também. Faltam revestimento, pintura, parte elétrica e outros acabamentos que serão realizados até abril.

Já a Casa de Máquinas nº 2, erguida também no final do século 19, tem reconstrução mais lenta. A estrutura mais complexa remonta ao passado colonial do Brasil e é conhecida como alvenaria de pedra, com paredes de 60 centímetros de espessura.

Parque Valongo complementa revitalização

O Armazém 7 é mais um na região central de Santos a passar por intervenções voltadas à revitalização da área. As ruínas dos armazéns 4, 5 e 6 deram lugar ao Parque Valongo, que conta com espaço coberto e climatizado, cercado por jardins, quadra de beach tennis, playground, píer de contemplação e plataforma flutuante para embarcações.

Localizado no berço do Porto de Santos, onde há 400 anos surgiram os primeiros atracadouros, o Parque Valongo foi projetado para integrar-se à ampla revitalização do Centro Histórico, que incluiu a Rua Tuyuti (com fonte interativa, lâmina d'água e paisagismo) e a Praça Barão do Rio Branco.

Em 26 de junho, foi inaugurada ainda a Passarela Porto-Cidade Engenheiro José Colla – estrutura acessível de 228 metros até o parque.

Mais uma etapa

A terceira fase do Parque Valongo foi iniciada em agosto de 2025, com a revitalização do Armazém 3. A obra, executada pela Carnevali Engenharia, é viabilizada por uma parceria entre a APS e a Prefeitura de Santos.

As melhorias são custeadas pela Brasil Terminal Portuário (BTP), decorrentes de um Termo de Responsabilidade de Implantação de Medidas Mitigadoras e/ou Compensatórias (Trimmc), e devem ser concluídas neste ano.

Trabalho

Para preservar o estilo da Casa de Máquinas, é realizado o processo de anastilose (técnica de restauro que reconstrói parcialmente monumentos em ruínas). As pedras, que haviam sido retiradas na desmontagem da estrutura, estão sendo recolocadas. Além disso, será feito um reforço de concreto para evitar riscos à edificação por conta da trepidação causada pelos trens do Porto.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 20/01/2026

PORTO DE SÃO SEBASTIÃO TEM ALTA DE 29% NA RECEITA EM 2025, APESAR DE QUEDA NAS CARGAS, NO LITORAL DE SÃO PAULO

Terminal do Litoral Norte faturou R\$ 75 milhões no ano passado e projeta expansão com novo arrendamento bilionário

ATribuna.com.br 20 de janeiro de 2026



Entre as principais cargas movimentadas em 2025 estão o açúcar, com 473,9 mil toneladas, seguido de barrilha, com 380,9 mil toneladas (Semil/Divulgação)

O Porto de São Sebastião, no Litoral Norte, encerrou 2025 com receita consolidada de R\$ 75 milhões, alta de 29% em relação ao ano anterior, segundo a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), responsável pelo local, que é administrado pelo Governo do Estado.

Em termos de movimentação, porém, o terminal registrou, em 2025, queda de 5,9% em relação a 2024. Foram 1,44 milhão de toneladas, contra 1,53 milhão de toneladas no ano anterior.

A Semil, porém, afirma que o Porto está consolidando uma trajetória de crescimento. “Somados, os dois anos (2024 e 2025) ultrapassaram 2,96 milhões de toneladas movimentadas, patamar superior ao de qualquer biênio dos quatro anos anteriores”, justifica.

Entre as principais cargas movimentadas em 2025 estão o açúcar, com 473,9 mil toneladas, seguido de barrilha, matéria-prima essencial na produção de vidros e embalagens, com 380,9 mil toneladas. Ainda com relevância estão o coque de petróleo, com 105 mil toneladas, além de malte e cevada, com 209 mil toneladas.

O Estado ressalta que o Porto de São Sebastião passa por um processo de reestruturação com foco na atração de novos investimentos e na recuperação de cargas históricas. Em 2025, o terminal voltou



a movimentar trigo após cerca de 25 anos e realizou operações com veleiros sustentáveis, alinhadas a critérios ambientais e de rastreabilidade.

Para o presidente da Companhia Docas de São Sebastião, Ernesto Sampaio, os resultados refletem uma mudança estrutural na gestão. “O Porto voltou a operar de forma consistente, com planejamento, previsibilidade e foco na eficiência. A manutenção de uma média elevada de movimentação de cargas permite aplicar as receitas recebidas em novos investimentos para nos mantermos preparados para sustentar o crescimento e oferecer um ótimo nível de serviço”.

O Porto possui um canal profundo, de 25 metros, que permite a operação de navios de grande calado sem a necessidade de dragagens frequentes.

Em 2025, após três anos, houve dragagem de manutenção com investimento de R\$ 7 milhões.

Nova área vai ampliar capacidade

Entre as iniciativas estratégicas em andamento, destaca-se o arrendamento de uma nova área, conduzido pelo Governo Federal em parceria com o Estado, com previsão de leilão em março de 2026.

O projeto da área SSB01 terá prazo contratual de 35 anos e investimentos privados de R\$ 2,5 bilhões. Ainda estão previstos R\$ 12 milhões em medidas de compensação ambiental e social. O plano de investimentos contempla a modernização de cerca de 426 mil metros quadrados (m²) de área operacional, a construção de um novo píer de atracação com dois berços, a ampliação do pátio, um novo sistema para carga e descarga de caminhões e a dragagem de aprofundamento dos canais de acesso.

O projeto prevê capacidade anual de até 4,3 milhões de toneladas, incluindo 1,3 milhão de contêineres. Com a conclusão das obras, a estimativa é de que o terminal movimente quatro vezes mais volume de cargas.

Como preparação para o aumento da movimentação, o porto colocou em operação dois pátios de triagem com cerca de 300 vagas para caminhões, medida que reduz o trânsito no entorno do terminal e oferece melhores condições de conforto aos caminhoneiros.

Reconhecimento

Na área ambiental, é considerado o primeiro porto do País a adotar um protocolo internacional de proteção às baleias. Em 2025, foram registrados 695 avistamentos de cetáceos, aumento de 72% em relação a 2024.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 20/01/2026

ONDAS GRANDES E VENTOS FORTES ATINGEM LITORAL DE SÃO PAULO E FECHAM PORTO DE SANTOS POR 14 HORAS

Navegação foi suspensa por risco à segurança e retomada na madrugada desta terça-feira (20), após melhora do tempo

ATribuna.com.br 20 de janeiro de 2026

As operações de navegação no Porto de Santos, no litoral de São Paulo, ficaram suspensas por cerca de 14 horas em razão das fortes tempestades registradas na segunda-feira (19). A circulação de navios foi retomada às 4h30 desta terça-feira (20), após a melhora das condições meteorológicas.

De acordo com a Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP), a interrupção teve início às 14h10 de segunda-feira, após avaliação técnica apontar riscos à segurança da navegação. A liberação do tráfego marítimo ocorreu somente após a redução da intensidade dos ventos e das ondas na região.



Foram registrados ventos de até 100km/h e ondas acima de dois metros e meio (Alexsander Ferraz/AT)

Durante o período de paralisação, foram registrados ventos de até 100 quilômetros por hora e ondas superiores a dois metros e meio de altura, segundo informações da Praticagem. O órgão explicou que equipamentos instalados ao longo do canal monitoram continuamente fatores como velocidade dos ventos, altura das ondas e nível das marés, dados que auxiliam a Autoridade Marítima na adoção de restrições e na retomada gradual das operações.

O temporal também provocou transtornos em diversos municípios da Baixada Santista. Conforme a Defesa Civil do Estado, Itanhaém registrou o maior volume de chuva nas últimas 24 horas, com 176 milímetros. Em Peruíbe, o acumulado chegou a 171 milímetros, volume concentrado em um período inferior à média prevista para todo o mês.

Além dessas cidades, houve registros de alagamentos, quedas de árvores e imóveis atingidos pela água em Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 20/01/2026



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ DIVULGA EDITAL DO TERMINAL DE PASSAGEIROS DO PORTO ORGANIZADO DO RECIFE

Com investimentos de R\$ 2,3 milhões e prazo de 25 anos de concessão, iniciativa fortalecerá circuito de cruzeiros nordestinos, reforçando o turismo na região



Brasília, 19/01/2026 - Conforme previsto para este mês, saiu ontem no Diário Oficial da União (DOU) a publicação do edital do quarto projeto que comporá o primeiro bloco de leilões de 2026, relativo ao terminal de passageiros do Porto Organizado do Recife (PE), o TMP-Recife. A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) disponibilizou, no site da Agência, o cronograma atual do evento, que ocorrerá no dia 26/02/2026, na B3, em São Paulo (SP).

O Edital pode ser encontrado, também, na sede da Agência, localizada no endereço: SEPN, Quadra 514, Conjunto "E", Edifício ANTAQ, Asa Norte - Brasília/DF.

Bloco de Leilões

Com investimentos totais de R\$ 229 milhões, os quatro terminais que compõem o bloco estão localizados em Macapá (AP), Natal (RN), Porto Alegre (RS) e Recife (PE). Esses portos concentram movimentação de cereais, grãos, minerais e passageiros e o processo com o detalhamento dos projetos já foi encaminhado pela Secretaria Nacional de Portos à Antaq.

“Esse primeiro bloco de leilões portuários de 2026 reflete uma visão de longo prazo para a infraestrutura aquaviária brasileira. A ANTAQ atua para garantir um ambiente regulatório seguro e eficiente, que estimule investimentos, amplie a capacidade dos portos e dê mais dinamismo à logística nacional. São projetos que fortalecem a integração regional e transformam infraestrutura em desenvolvimento”, disse o diretor-geral da ANTAQ, Frederico Dias.

TMP Recife – O terminal de passageiros do Recife (PE) tem previsão de investimentos de R\$ 2,3 milhões e prazo de 25 anos de concessão. O terminal de Recife, juntamente com o de Fortaleza (CE), Maceió e Salvador (BA), deverá fortalecer um circuito de cruzeiros nordestinos integrados, reforçando a vocação natural da região para o turismo.

MCP01 – O Porto de Santana tem papel importante no estado do Amapá e na região Norte, destinado especialmente ao escoamento da produção de grãos da região e cavaco de madeira. A previsão de investimentos é de R\$ 150,20 milhões e um período de 25 anos de concessão.

POA26 – Já para o POA26, localizado na Poligonal do Porto Organizado de Porto Alegre (RS), estão previstos R\$ 21,13 milhões pelo arrendamento da área, destinada à movimentação e armazenagem de granel sólido, com prazo de 10 anos de concessão. O leilão do POA26 vem contribuir para a modernização dos portos no Sul do País.

NAT01 – Destinado ao escoamento de granéis minerais, especialmente minério de ferro, o terminal localizado em Natal (RN) tem previsão de investimentos de R\$ 55,17 milhões e prazo de concessão de 15 anos. Juntamente com outros portos da região, reforça a movimentação portuária no Nordeste.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antag.gov.br

Data: 21/01/2026



GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

PORTO DE RIO GRANDE (RS) TERÁ R\$ 24 BILHÕES EM INVESTIMENTOS EM CELULOSE E LOGÍSTICA DE EXPORTAÇÃO

Ao lado do presidente Lula, ministro Silvano Costa Filho participa da cerimônia de assinatura de contratos do Programa Mar Aberto e anuncia TUP para nova fábrica de celulose



O TUP do Porto de Rio Grande terá capacidade de movimentar até 9 milhões de toneladas por ano, a partir do 11º ano de operação, com infraestrutura para armazenagem de cerca de 194 mil toneladas e operação simultânea de dois navios. Foto: Eduardo Oliveira/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos participou, nesta terça-feira (20), ao lado do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de cerimônia no Porto de Rio Grande (RS), que marcou o anúncio do contrato de adesão do Terminal de Uso Privado (TUP), vinculado ao Projeto Natureza, da CMPC, além da assinatura de contratos do Programa Mar Aberto, voltados à renovação da frota de apoio marítimo.

O empreendimento portuário e logístico prevê investimentos de aproximadamente R\$ 24 bilhões, destinados à implantação de uma nova unidade industrial de celulose em Barra do Ribeiro (RS) e à estruturação da logística de exportação. Já os contratos do Programa Mar Aberto somam R\$ 2,8 bilhões em investimentos para a construção de embarcações, com impacto direto na indústria naval e na logística marítima do país.

Segundo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo está trabalhando para recolocar o Porto de Rio Grande no centro do desenvolvimento do país. “A gente quer criar todas as condições para que esse porto volte a funcionar com toda a força possível. Porto forte significa emprego, renda, indústria



funcionando e comida chegando mais barata na mesa do povo. Quando o Estado investe, a economia cresce, o Brasil exporta mais e quem trabalha sente a diferença na vida real”, declarou.

Para o ministro Silvio Costa Filho, o projeto consolida o Porto de Rio Grande como um ativo estratégico para o crescimento econômico do país. “Estamos promovendo um salto de eficiência logística, que reduz custos, amplia a capacidade de escoamento da produção e fortalece a competitividade das exportações brasileiras. Ao integrar hidrovias e porto, criamos um ambiente mais atrativo para investimentos, geramos emprego e renda e ampliamos a participação do Brasil nos mercados internacionais”, afirmou.

O Projeto Natureza deve impactar mais de 75 municípios no Rio Grande do Sul e gerar cerca de 12 mil postos de trabalho durante as obras e aproximadamente 1,5 mil após sua conclusão. Com a ampliação da produção, a expectativa é de um escoamento superior a 4,3 milhões de toneladas de celulose por ano, o que motivou a implantação de dois novos Terminais de Uso Privado no estado, em Rio Grande e Barra do Ribeiro, com investimentos estimados em R\$ 1,4 bilhão.

O TUP do Porto de Rio Grande terá capacidade de movimentar até 9 milhões de toneladas por ano, a partir do 11º ano de operação, com infraestrutura para armazenagem de cerca de 194 mil toneladas e operação simultânea de dois navios. A operação do terminal deve gerar mais de 400 empregos diretos e cerca de 2.100 indiretos, além de aproximadamente 1.500 postos de trabalho durante a fase de construção. O contrato de adesão foi assinado em 7 de janeiro de 2026.

Durante o evento, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, destacou a relevância do empreendimento para a economia estadual. “Estamos diante do maior investimento privado já realizado no estado. Esta área, que esteve parada desde 2014, passa agora a cumprir uma função estratégica no transporte de celulose, com reflexos diretos na economia gaúcha”, afirmou.

Programa Mar Aberto

A cerimônia também incluiu a assinatura de contratos do Programa Mar Aberto, iniciativa da Petrobras voltada à renovação da frota de apoio marítimo. Ao todo, os contratos somam R\$ 2,8 bilhões para a construção de cinco navios gaseiros, 18 barcas e 18 empurradores, com potencial de geração de mais de 9 mil postos de trabalho diretos e indiretos. As embarcações serão operadas pela Transpetro e construídas em estaleiros do Rio Grande do Sul, Amazonas e Santa Catarina.

“Esse movimento está alinhado à estratégia do governo federal de reconstrução da indústria naval e offshore brasileira. A Petrobras cumpre seu papel como empresa indutora do desenvolvimento, ampliando investimentos, fortalecendo a logística e contribuindo para o crescimento sustentável do país”, afirmou Magda Chambriard, presidente da Petrobras.

Ainda em Rio Grande, a programação incluiu a entrega de 1.276 unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades, reforçando a integração entre investimentos em infraestrutura logística, desenvolvimento regional e políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida da população.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 20/01/2026

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ANUNCIA RECURSOS PARA CONSTRUÇÃO DE EMBARCAÇÕES EM SANTA CATARINA

Recursos do Fundo da Marinha Mercante vão contemplar projetos de seis embarcações de apoio marítimo

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anuncia, nesta quarta-feira (21), em Navegantes (SC), recursos no valor de R\$ 1,98 bilhão para a construção de seis novas embarcações de apoio a operações offshore. A contratação de financiamento é pelo Fundo da Marinha Mercante (FMM), por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Do valor total do financiamento, R\$ 134 milhões já foram contratados. Os projetos contemplam a construção de seis embarcações do tipo PSV (Platform Supply Vessel), voltadas ao suprimento de plataformas de petróleo.

A iniciativa visa fortalecer a indústria naval brasileira e a frota de apoio offshore, com a previsão de gerar cerca de 1.200 empregos diretos durante a fase de construção, impulsionando a economia local e a cadeia produtiva do estado.

Credenciamento

Os interessados na cobertura do evento poderão solicitar a participação pelo e-mail ascom@mpor.gov.br, informando nome completo, CPF e veículo de imprensa. Não está prevista transmissão.

Serviço

O quê: Anúncio de financiamento para construção de embarcações de apoio marítimo

Quando: quarta-feira, 21 de janeiro

Horário: 11h

Onde: Estaleiro Navship – Rua Orlando Ferreira, 305 – Machados, Navegantes (SC)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 20/01/2026

AVIAÇÃO CIVIL REGISTRA RECORDES HISTÓRICOS EM 2025 E CONSOLIDA BASES PARA NOVO CICLO DE CRESCIMENTO EM 2026

Setor supera marcas pré-pandemia, amplia a indústria nacional e reduz tarifas aéreas, com apoio de políticas públicas



Entrevista coletiva na ANAC - Foto: sérgio francês/mpor

O ano de 2025 marcou um período histórico para a aviação civil brasileira, com resultados que refletem a retomada do setor, o fortalecimento da indústria nacional e a ampliação do acesso ao transporte aéreo. Os dados consolidados pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), e apresentados nesta segunda-feira (19), indicam que o Brasil alcançou o maior volume de passageiros, oferta e eficiência operacional desde o início da série histórica, que teve início em 2000. O cenário reforça as diretrizes e políticas públicas conduzidas pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

Segundo o levantamento, ao longo de 2025 foram transportados 129,6 milhões de passageiros em voos domésticos e internacionais, número 9,2% superior ao recorde anterior, registrado em 2019, e 9,4% acima do volume de 2024. O desempenho confirma uma trajetória de crescimento contínuo iniciada em abril de 2021 e consolida o setor aéreo como um dos principais vetores de integração nacional e desenvolvimento econômico.

No mercado doméstico, o Brasil superou pela primeira vez a marca histórica de 100 milhões de passageiros em um único ano, totalizando 101,2 milhões. O resultado representa um crescimento de 6,5% em relação ao período pré-pandemia e de 8,4% frente a 2024. Já no segmento internacional, o país registrou 28,4 milhões de passageiros, com alta de 20,2% em comparação a 2019 e o segundo ano consecutivo de recorde histórico.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho os resultados de 2025 mostram que a aviação civil brasileira vive um momento histórico. “Superamos os níveis pré-pandemia, com recordes de passageiros, maior eficiência operacional e tarifas mais acessíveis à população. Esse desempenho reflete uma política pública consistente, que fortaleceu a indústria nacional, ampliou a conectividade e

criou um ambiente seguro para investimentos.” pontuou. Ainda segundo o ministro, para 2026 o objetivo é consolidar esse crescimento com responsabilidade.

Oferta e demanda

A expansão da demanda foi acompanhada pelo aumento da oferta. Em 2025, foram disponibilizados 159,5 milhões de assentos em voos domésticos e internacionais, crescimento de 7,8% em relação ao ano anterior e acima do patamar pré-pandemia. O destaque ficou para os voos internacionais, que apresentaram aumento de 14,1% na oferta de assentos e bateram recorde histórico de crescimento pelo segundo ano seguido.

Outro indicador relevante foi a eficiência operacional das companhias aéreas. A taxa de aproveitamento (load factor) atingiu 83,6% nos voos domésticos e 85,8% nos internacionais, os maiores índices já registrados no país, evidenciando maior racionalidade na operação e melhor uso da capacidade instalada.

Os avanços também se refletiram na cadeia produtiva da aviação. Em 2025, a Embraer registrou crescimento de 18% na entrega de aeronaves, com destaque para os jatos executivos. O número de fabricantes nacionais aprovados pela Anac dobrou, passando de quatro para oito, e o país certificou o primeiro balão fabricado no Brasil, abrindo um novo segmento industrial. Além disso, o registro de Aeronaves Leves Esportivas cresceu mais de 50% em relação a 2024.

Tarifas médias

Do ponto de vista do usuário, o ano foi marcado pela redução real das tarifas aéreas. A tarifa média anual em 2025 ficou em R\$ 647,67, mantendo a trajetória de queda iniciada após a retomada do setor, em 2022, e acumulando redução real de 10,9% no período. Mais da metade das passagens vendidas em 2025 tiveram preços abaixo de R\$ 500, ampliando o acesso da população ao transporte aéreo.

Para 2026, a perspectiva é de continuidade do crescimento, com foco em investimentos, ampliação da conectividade aérea, fortalecimento da indústria nacional e melhoria permanente da experiência do passageiro. "O Ministério de Portos e Aeroportos seguirá atuando de forma integrada com a Anac e com o setor produtivo para garantir um ambiente regulatório estável, competitivo e alinhado às necessidades do desenvolvimento do país", garantiu o ministro.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 19/01/2026

MINISTROS DE PORTOS E AEROPORTOS E DO TURISMO ALINHAM AGENDA CONJUNTA PARA IMPULSIONAR DESENVOLVIMENTO REGIONAL E CONECTIVIDADE

Em primeira visita oficial, novo ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, e Silvio Costa Filho debatem estratégias para unir infraestrutura aeroportuária à promoção do turismo



Em primeira visita oficial, equipes debatem estratégias conjuntas - Foto: Sérgio Francês/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, recebeu nesta segunda-feira (19), em Brasília, o novo ministro do Turismo, Gustavo Feliciano. O encontro, que marcou a primeira visita oficial de Feliciano à pasta desde sua posse, em dezembro do ano passado, serviu para estabelecer as bases de uma agenda entre os dois ministérios. O objetivo central é

alinhar os investimentos em infraestrutura aérea com as estratégias de promoção de destinos, transformando a conectividade em motor de desenvolvimento econômico e cultural.

Durante a reunião, as equipes técnicas debateram a criação de mecanismos conjuntos de fomento e comunicação. O objetivo é de que o planejamento da malha aérea regional dialogue diretamente com



o potencial turístico de cada localidade, garantindo que a oferta de voos atenda não apenas à demanda de negócios, mas também ao fluxo de lazer gerado pelos grandes atrativos brasileiros.

Para o ministro Silvio Costa Filho, turismo e aviação são inseparáveis. "O turismo é uma das vocações naturais do Brasil e a aviação é a alavanca para esse potencial. Nossa meta conjunta é encurtar as distâncias entre o brasileiro e a sua própria cultura. Seja no São João do Nordeste, no Carnaval por todo o país ou nas belezas do Sul, vamos trabalhar para garantir as condições necessárias para que o turismo cresça e gere cada vez mais desenvolvimento para o Brasil", disse.

"Nossa meta conjunta é encurtar as distâncias entre o brasileiro e a sua própria cultura"

Silvio Costa Filho

Um dos pontos de destaque da agenda foi o incentivo à aviação regional como motor do turismo. O ministro Gustavo Feliciano ressaltou a importância de garantir infraestrutura para grandes eventos do calendário nacional e também citou o São João como exemplo de uma manifestação que mobiliza o país. Segundo ele, a festa consegue unir "três grandes paixões do Brasil: a música, a religiosidade e a cultura popular", demandando uma logística eficiente para receber turistas de todas as regiões.

Participaram do encontro, pelo Ministério de Portos e Aeroportos, o secretário executivo, Tomé Franca; o secretário nacional de Aviação Civil, Daniel Longo; e a diretora de Planejamento e Fomento, Júlia Nascimento. Pelo Ministério do Turismo, estiveram presentes o chefe da Assessoria Especial de Assuntos Técnicos, Anderson Sampaio, e o chefe de Gabinete, Gustavo Pires.

Ao final da reunião, as equipes de ambas as pastas se comprometeram a buscar possíveis fontes de investimento para políticas do setor, alinhar a comunicação e manter um canal permanente de diálogo.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 19/01/2026

AO LADO DO PRESIDENTE LULA, MINISTRO SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DA ASSINATURA DE CONTRATOS DO PROGRAMA MAR ABERTO DA PETROBRAS

No evento, Costa Filho também anuncia contrato para TUP de nova fábrica de celulose no Porto de Rio Grande, com investimentos de R\$ 24 bilhões

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participa, nesta terça-feira (20), ao lado do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, da cerimônia de assinatura de contratos do Programa Mar Aberto, iniciativa da Petrobras voltada à retomada sustentável da indústria naval e offshore brasileira. O evento será realizado no Porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Durante a cerimônia, o ministro também anunciará o contrato de adesão do Terminal de Uso Privado (TUP) vinculado ao projeto da nova fábrica de celulose da CMPC, que integra o Projeto Natureza e prevê investimentos de R\$ 24 bilhões. O empreendimento é considerado estratégico para o fortalecimento da infraestrutura logística e para o escoamento da produção destinada à exportação.

O TUP será implantado no complexo portuário de Rio Grande e contará com capacidade de movimentação de até 9 milhões de toneladas por ano no 11º ano de operação, sendo 4,5 milhões de toneladas na descarga de barcas e 4,5 milhões no carregamento de navios, contribuindo para a ampliação da competitividade logística do país.

Credenciamento

O credenciamento dos profissionais de imprensa interessados em acompanhar a cerimônia deverá ser realizado por meio do Sistema de Credenciamento do Palácio do Planalto, até as 19h do dia 19 de janeiro de 2026 (horário de Brasília), conforme orientações da Presidência da República.

Serviço

O quê: Cerimônia de assinatura de contratos do Programa Mar Aberto e anúncio de contrato de TUP da nova fábrica de celulose

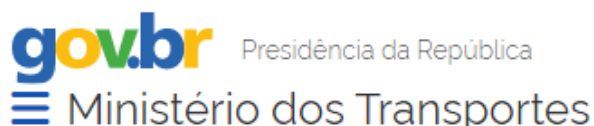
Quando: Terça-feira, 20 de janeiro

Horário: 15h

Onde: Estaleiro Ecovix - Rio Grande (RS)

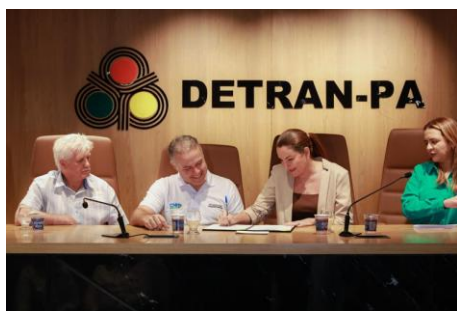
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 19/01/2026



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

CNH DO BRASIL: NO PARÁ, RENAN FILHO ACOMPANHA TRABALHADOR QUE RECEBE PRIMEIRA HABILITAÇÃO



José Raimundo, 48 anos, profissional da construção civil, é um dos mais de 117 mil inscritos no programa no estado, que facilita o acesso à carteira de motorista em todo o país

Renan Filho participa da entrega de habilitações a novos condutores no Pará. - Foto: Marcio Ferreira/MT

Acompanhando de perto a implantação da CNH do Brasil, o ministro dos Transportes, Renan Filho, esteve no Detran do Pará nesta terça-feira (20). O objetivo é garantir a aplicação uniforme,

em todo o país, das novas regras para obtenção da carteira de habilitação.

Com pouco mais de um mês de lançamento, a plataforma já registrou mais de 2,8 milhões de solicitações para a primeira habilitação. No Pará, foram contabilizados mais de 117 mil pedidos de abertura de processo.

José Raimundo dos Santos, 48 anos, profissional da construção civil, é um dos condutores que já recebeu o documento por meio do programa. Para ele, a conquista representa mais autonomia, facilidade no dia a dia e deslocamento seguro e eficiente para o trabalho.

“Foi uma das melhores coisas que aconteceram na minha vida. Dependendo de transporte público e carregando ferramentas, o dia a dia era muito difícil. Com o veículo, consigo levar meu material, chegar no horário e ser mais pontual. Sempre sonhei em ter minha carteira de motorista para me deslocar pela cidade”, celebrou o paraense.

CNH do Brasil

O programa foi criado para democratizar o acesso ao volante, reduzir burocracia e custos da primeira habilitação. Entre as principais medidas estão o curso teórico gratuito e on-line e apenas duas horas de aulas práticas obrigatórias, que podem ser ministradas por instrutores autônomos ou autoescolas.

“Essa mudança da CNH do Brasil é a da inclusão, do barateamento, da simplificação da vida do cidadão. Quem tem o documento acessa o mercado de trabalho com mais facilidade e pode melhorar a renda. São dois impactos muito importantes”, explicou o ministro Renan Filho.

“Estou percorrendo o Brasil inteiro. Fui à Paraíba e, na semana que vem, estarei no Paraná e no Mato Grosso do Sul. Acompanhar a implementação facilita a execução do programa. No primeiro mês, o tempo médio de espera para obter a CNH caiu para cinco meses, e a meta é reduzir ainda mais”, complementou.



Jocilene Soares, 45 anos, empregada doméstica, também foi beneficiada pelo novo modelo. Ela realizou as aulas obrigatórias e foi aprovada no exame de direção com apoio de instrutor autônomo credenciado pelo Detran-PA. Mãe atípica, pretende usar a habilitação para facilitar o deslocamento da família e o acesso a tratamentos médicos do filho.

“Fiz todo o processo, as aulas foram rápidas e o impacto na minha vida é enorme. Agora consigo levar meu filho à terapia e me locomover com ele para outros lugares, como a escola”, disse Jocilene.

Além disso, a Medida Provisória do Bom Condutor, publicada em dezembro de 2025, prevê teto de R\$180 para os dois exames (médico e psicotécnico).

“O Detran do Pará tem se adequado rapidamente às novas regras do Contran, especialmente na redução do valor dos exames e no credenciamento de instrutores autônomos. Isso transforma a vida das pessoas, reduz custos e torna o processo mais acessível”, destacou o secretário nacional de Trânsito, Adrualdo Catão.

Avanços regionais

No Detran do Pará, Renan Filho participou da entrega de 75 Carteiras Nacionais de Habilitação e de 300 passaportes de habilitação do programa social CNH Pai D'égua, para trabalhadores do transporte rodoviário de Belém, Ananindeua e Marituba. Esse passaporte é a etapa que formaliza a adesão dos candidatos selecionados ao projeto e permite o início do processo para a obtenção gratuita da CNH.

“Nunca os rodoviários tiveram tantos benefícios como agora, e isso significa emprego e renda para a população”, ressaltou Renata Coelho, diretora do Detran-PA.

“Antes, o processo podia levar quatro ou cinco meses, com muitos mutirões. Hoje, a maioria iniciou o processo em novembro ou dezembro e já recebeu a CNH”, completou Renata sobre os avanços regionais após a CNH do Brasil.

O acesso à formação garante um trânsito mais seguro, com condutores preparados circulando pelas ruas. O modelo aproxima o Brasil de práticas já adotadas em países como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e Argentina.

A iniciativa do Ministério dos Transportes busca equiparar as condições de acesso ao documento diante das diferentes realidades sociais do país, além de transformar a vida de mais de 20 milhões de pessoas que dirigem sem carteira de motorista.

“O aplicativo já registra mais de 80 milhões de downloads desde o lançamento, comprovando o quanto a população aguardava por essa plataforma”, finalizou Renan Filho.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 20/01/2026

NO PARÁ, RENAN FILHO ENTREGA TRECHO DA BR-422 COMPLETAMENTE PAVIMENTADO E VISTORIA OBRAS DA PONTE SOBRE O XINGU

Investimento nas duas obras ultrapassa os R\$ 600 milhões; eventos acontecem nesta quarta (21)

O ministro dos Transportes, Renan Filho, entrega nesta quarta-feira (21) a pavimentação da BR-422/PA, entre os municípios Novo Repartimento e Tucuruí, importante eixo de integração e escoamento da produção agropecuária e mineral do estado.

O trecho de 63,7 quilômetros de extensão da rodovia recebeu um investimento de R\$228,5 milhões e atende a uma antiga demanda da população local, já que o segmento até então não contava com nenhum asfalto. A ação do Ministério dos Transportes vai beneficiar diretamente 250 mil pessoas e proporcionar uma rede eficiente de logística através da facilidade de ligação com municípios como Altamira e Marabá.



Ainda nesta quarta-feira, o ministro fará visita técnica às obras da ponte sobre o Rio Xingu, na BR-230. A estrutura, com 750 metros de extensão, vai ligar os municípios de Anapu e Vitória do Xingu e consolidar um importante eixo de integração regional, beneficiando cerca de 300 mil pessoas que atualmente dependem do transporte por balsa. O empreendimento soma investimento de R\$ 405,6 milhões pelo Novo PAC e tem previsão de entrega para dezembro.

O governador do Pará, Helder Barbalho, e o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Fabrício Galvão, além de outras autoridades locais, também participam dos eventos.

Serviço

Entrega da BR-422/PA e visita à ponte sobre o Xingu

Data: Quarta-feira, 21 de janeiro

Horário: 10h

Local: BR-422, km 7, Tucuruí (PA)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 20/01/2026



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – INVESTIMENTOS EM RIO GRANDE

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A assinatura do contrato de adesão para o novo Terminal de Uso Privado (TUP) da CMPC no Porto de Rio Grande, formalizada no último dia 7, consolida o papel do Rio Grande do Sul como um dos principais eixos da bioeconomia e da logística de exportação do país. Vinculado ao ambicioso Projeto Natureza, o empreendimento portuário demandará um aporte direto de R\$ 1,5 bilhão e servirá como o braço logístico indispensável para a nova unidade industrial de celulose em Barra do Ribeiro.

Com investimentos totais previstos na casa dos R\$ 24 bilhões, a iniciativa não apenas reabilita uma área inativa desde 2014, mas projeta um salto na capacidade de escoamento que poderá atingir 9 milhões de toneladas anuais a longo prazo.

A implantação desta infraestrutura privada ocorre em um momento de reconstrução e fortalecimento da economia gaúcha. O impacto do projeto estende-se a mais de 75 municípios, prevendo a geração de 12 mil postos de trabalho durante a fase de obras.

Ao integrar a produção industrial de Barra do Ribeiro ao calado profundo de Rio Grande, o projeto utiliza a intermodalidade — com forte ênfase nas hidrovias e rodovias — para garantir que a celulose brasileira chegue ao mercado externo com custos reduzidos e alta eficiência operacional.

É imperativo destacar a relevância de investimentos em terminais de uso privado para a modernização do setor portuário nacional. O modelo de TUP permite que grandes indústrias, como a CMPC, desenvolvam estruturas customizadas para suas necessidades de movimentação e armazenagem, desonerando os berços públicos e elevando a produtividade do complexo portuário como um todo. E a capacidade de operar simultaneamente dois navios e armazenar cerca de 194 mil toneladas de celulose posiciona o Porto de Rio Grande em um patamar de competitividade internacional, essencial para a manutenção do superávit da balança comercial brasileira.

A sinergia entre o Governo Federal, a gestão estadual e a iniciativa privada é o pilar que sustenta empreendimentos deste vulto. Como ressaltado pelas autoridades durante a cerimônia, um porto forte é o indutor de um ciclo virtuoso que envolve indústria, emprego e renda. O salto de eficiência logística proporcionado por este novo terminal é a garantia de que o Brasil continuará a ampliar sua

participação nos mercados globais, oferecendo produtos de base florestal com menor pegada ambiental e maior previsibilidade de entrega.

A estratégia de escoamento contínuo por vias fluviais reforça o compromisso com operações sustentáveis, aproveitando o potencial hidroviário do estado para reduzir o tráfego de cargas pesadas nas rodovias e diminuir a emissão de gases poluentes. O Projeto Natureza, ao conectar a nova planta industrial ao TUP de Rio Grande, estabelece um paradigma de “logística verde” que agrega valor à celulose gaúcha perante os rigorosos padrões de importação europeus e asiáticos.

A consolidação de Rio Grande como um hub de celulose atrai novos negócios e fortalece o papel da autoridade portuária como indutora do desenvolvimento regional. O cronograma que prevê o início das operações da fábrica para 2029 exige que a infraestrutura portuária esteja pronta e testada com antecedência, transformando o Porto de Rio Grande em um exemplo de planejamento e execução para o sistema portuário nacional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

INSIGHT – DIREITO - O ACORDO MERCOSUL-UE E O TESTE DE CARGA DA GOVERNANÇA PORTUÁRIA BRASILEIRA



THIAGO BENITO ROBLES

Advogado especialista em Direito Portuário, sócio na Advocacia Ruy de Mello Miller e professor universitário

opinio@portalbenews.com.br

Em sistemas complexos, grandes expansões funcionam como testes de carga silenciosos. Elas não avaliam apenas a robustez da infraestrutura visível, mas revelam, sob pressão, os pontos de estreitamento que regulam o funcionamento do sistema como um todo. No comércio exterior brasileiro, o risco não está apenas no canal de acesso, ou nos acessos terrestres, mas nos estreitamentos institucionais que regulam o fluxo de decisões, autorizações e coordenação operacional. O acordo Mercosul-União Europeia submete esse sistema a um desses testes, e o faz em plena operação.

O anúncio do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia foi recebido, com razão, como um marco geopolítico e econômico de grande magnitude. Após décadas de negociações, o entendimento entre os blocos projeta uma ampliação relevante dos fluxos comerciais, a diversificação de mercados e um reposicionamento estratégico do Brasil no comércio internacional. A estimativa de incremento de até 0,4% do PIB brasileiro sintetiza a dimensão dessa expectativa.

Nesse contexto, o Porto de Santos (SP) emerge naturalmente como protagonista. Principal complexo portuário do País, eixo estruturante da balança comercial brasileira e elo central entre o interior produtivo e os mercados internacionais, Santos tende a ser um dos maiores receptores dos efeitos práticos do acordo. A leitura predominante, até aqui, tem sido positiva e linear, mais comércio, mais cargas, mais investimentos, maior crescimento.

Essa leitura, embora correta, é insuficiente para compreender a complexidade do momento.

O crescimento econômico projetado não se materializa em abstrações macroeconômicas. Ele se converte em navios adicionais, janelas operacionais mais disputadas, maior pressão sobre berços, retroáreas, acessos terrestres, sistemas ferroviários, armazenagem, mão de obra, licenciamento ambiental e processos regulatórios. Cada décimo percentual de expansão econômica representa, na prática, uma multiplicação de decisões que precisam ser tomadas com rapidez, coordenação e previsibilidade.

Historicamente, o debate portuário brasileiro concentrou-se na dimensão física da infraestrutura. Dragagem, calado, extensão de cais, capacidade estática e investimentos privados sempre ocuparam



o centro das discussões, e com razão. No entanto, a experiência acumulada mostra que a infraestrutura física, por si só, não garante desempenho sistêmico. Portos raramente entram em colapso por ausência absoluta de ativos materiais; o colapso costuma ocorrer quando o sistema decisório e institucional não acompanha o ritmo da demanda.

É nesse ponto que se impõe uma distinção fundamental, ainda pouco explorada no debate público, a diferença entre capacidade instalada e capacidade governada.

Capacidade instalada refere-se ao conjunto de ativos físicos disponíveis para a operação portuária. Capacidade governada, por sua vez, diz respeito à aptidão do sistema para planejar, decidir, coordenar, arbitrar conflitos e integrar políticas públicas de forma coerente. Envolve previsibilidade regulatória, clareza decisória, articulação entre entes públicos, maturidade das relações com o setor privado e estabilidade das relações de trabalho.

Na prática, isso significa reconhecer que o principal risco não está na capacidade operacional dos terminais, apenas; mas na fragmentação decisória do próprio Estado. Um Estado que ainda opera com tempos, incentivos e responsabilidades dissociados da dinâmica do comércio internacional impõe ao sistema portuário um custo invisível, porém elevado. Quando decisões são pulverizadas, autorizações se sobrepõem e a coordenação institucional falha, o crescimento deixa de ser virtuoso e passa a produzir fricções sistêmicas.

Um porto pode dispor de infraestrutura robusta e, ainda assim, operar abaixo do seu potencial, se os estreitamentos institucionais comprimirem o fluxo de decisões. Nesse cenário, surgem atrasos operacionais, aumento de custos logísticos, judicialização recorrente, conflitos trabalhistas e perda de competitividade internacional, exatamente o oposto do que se espera de um ambiente que pretende absorver uma expansão relevante do comércio exterior.

O acordo Mercosul-União Europeia tende a intensificar esse tipo de pressão. Santos já opera em patamares elevados de utilização, em um ambiente regulatório complexo, no qual interagem autoridades portuárias, agências reguladoras, órgãos de controle, licenciadores ambientais, entes federativos e operadores privados. A ampliação dos fluxos comerciais exigirá mais do que investimentos pontuais ou soluções fragmentadas, exigirá coordenação institucional em nível superior ao historicamente praticado.

Se a demanda crescer sem o fortalecimento dessa capacidade governada, o risco não será apenas de gargalos físicos. O risco maior será a consolidação de um ambiente de incerteza operacional, no qual decisões estratégicas são adotadas de forma reativa, sob pressão e com elevado custo institucional. Nesses contextos, parte relevante dos ganhos econômicos projetados tende a se dissipar silenciosamente.

Esse cenário expõe um paradoxo recorrente da infraestrutura brasileira. O País demonstra capacidade de gerar oportunidades macroeconômicas relevantes, mas enfrenta dificuldades persistentes para ajustar, com a mesma velocidade, seus arranjos institucionais. O resultado é conhecido. Oportunidades que se anunciam como históricas acabam limitadas por estruturas decisórias que permanecem presas a lógicas do passado.

Sob essa perspectiva, o acordo Mercosul-União Europeia funciona como um verdadeiro teste de maturidade do Estado portuário brasileiro. Ele testa a capacidade de planejamento com efeitos vinculantes, a autonomia responsável das autoridades portuárias, a coordenação entre regulação, controle e política pública e a habilidade do sistema em conduzir relações de trabalho estáveis em contextos de expansão acelerada.

Não se trata de relativizar a importância do acordo nem de frear o crescimento. Trata-se de reconhecer que ganhos comerciais sustentáveis exigem governança compatível com sua complexidade. Sem isso, o crescimento projetado corre o risco de se transformar em pressão sistêmica, com efeitos adversos para a competitividade do próprio comércio exterior brasileiro.



O acordo Mercosul-União Europeia ampliará o fluxo de comércio e intensificará a pressão sobre o principal corredor logístico do país. A questão central não é apenas quanto o Porto de Santos pode crescer, mas se o sistema portuário brasileiro ampliará, na mesma proporção, sua capacidade institucional de conduzir esse crescimento. Porque, quando o gargalo não é físico, dragar o canal não resolve. Se o teste de carga falhar, não será por ausência de mercado ou de capital privado, mas por incapacidade estatal de governar um sistema que já não admite improviso.

A EXPERIÊNCIA ACUMULADA MOSTRA QUE A INFRAESTRUTURA FÍSICA, POR SI SÓ, NÃO GARANTE DESEMPENHO SISTÊMICO. PORTOS RARAMENTE ENTRAM EM COLAPSO POR AUSÊNCIA ABSOLUTA DE ATIVOS MATERIAIS; O COLAPSO COSTUMA OCORRER QUANDO O SISTEMA DECISÓRIO E INSTITUCIONAL NÃO ACOMPANHA O RITMO DA DEMANDA

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS - ESCOLHA DE NOVO MINISTRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO FICA PARA 2027

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

É MELHOR ADIAR

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), foi aconselhado a adiar para 2027 a escolha do novo ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Trata-se de uma movimentação que pode comprometer um acordo firmado com o Partido dos Trabalhadores desde 2024. A indicação é para a vaga que deverá ser aberta com a aposentadoria compulsória do ministro Aroldo Cedraz, programada para o próximo mês. A cadeira dele é ocupada por meio de uma indicação da Câmara, e tem sido disputada pelo União Brasil e o PSD.

OUTRA VAGA

Também deverá sair antecipadamente do TCU o ministro Augusto Nardes. O Partido Liberal, do clã Bolsonaro, mira essa cadeira, e o nome ventilado é do deputado federal Altineu Côrtes (PL-RJ), atual primeiro-vice-presidente da Mesa Diretora da casa legislativa.

LULA E TARCÍSIO

A pesquisa Meio/Ideia divulgou que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), é o único que alcança o presidente Lula em uma simulação de segundo turno: 44,4% a 42,1%, um empate técnico. Em comparação com outros nomes, Lula leva vantagem: 46% a 39% contra Michelle Bolsonaro, 46,2% a 36% contra Flávio Bolsonaro e 46% a 37% frente a Ratinho Jr. A pesquisa Genial/Quaest também mostrou que Lula lidera os cenários de primeiro turno e, em um segundo turno, Tarcísio aparece, novamente, mais próximo do presidente.

BRB: RISCO DESCARTADO

O Banco de Brasília (BRB) descartou risco de intervenção e afirmou ter suficiência patrimonial para enfrentar os desdobramentos das investigações envolvendo o Banco Master, negando qualquer urgência de aporte de capital. Em nota, o banco informou que avalia a venda de ativos recuperados do Master, para reforçar sua posição financeira e que eventuais medidas de recomposição só serão analisadas após a conclusão de auditorias independentes e das avaliações do Banco Central (BC).

MINISTÉRIO NEGA

O Ministério da Fazenda também negou que o ministro Fernando Haddad tenha tratado de aporte imediato com o governo do DF ou com a direção do Banco de Brasília. O BRB afirmou ainda que segue operando normalmente, que números não oficiais são especulativos e que o impacto das operações com o Master, incluindo a aquisição de carteiras e investimentos, ainda está em apuração, apesar de reconhecer desenquadramento temporário de limites prudenciais e a exigência, pelo BC, de um plano de solução.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

POLÍTICA - POLÍTICAS PÚBLICAS SÃO PARA CLASSES MAIS POBRES, DIZ LULA

Presidente disse que os ricos devem ser respeitados, mas ressaltou que seu governo mira outras classes

Do Estadão Conteúdo



Em evento de entrega de 1.276 unidades habitacionais em Rio Grande (RS), presidente disse que povo deve comparar seu governo

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou nesta terça-feira, 20, que os ricos precisam ser “tratados com respeito”, mas que as políticas públicas do governo federal precisam visar os mais pobres e a classe média. A fala do petista foi durante uma agenda em Rio Grande (RS).

“Os ricos precisam ser tratados com respeito, mas as políticas públicas devem ser voltadas para o povo trabalhador deste País, para a classe média e para as pessoas abandonadas”, disse Lula.

O presidente afirmou ainda que é preciso olhar aqueles que não têm a capacidade de ir até Brasília fazer pressão por melhorias. Segundo Lula, “nada é impossível de fazer” desde que haja decisão dos políticos.

“Quando tem decisão política, nada é impossível de fazer neste País, basta que quem governa a cidade, o Estado ou a Nação, tenha o compromisso de olhar para aquelas pessoas que não podem visitar um gabinete, para aquelas pessoas que não podem ir na prefeitura, que não podem ir no governo do Estado e muito menos em Brasília fazer pressão”, disse ele.

Em discurso com tom eleitoral, o presidente disse que este ano precisa ser o da “comparação” entre o atual governo e os mandatos dos ex-presidentes Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL).

“Nós precisamos transformar o ano de 2026 no ano da comparação. Vamos pegar o ano em que foi feito o impeachment da Dilma [Dilma Rousseff, ex-presidente da República], em 2016, vamos pegar o governo Temer e o governo Bolsonaro, e vamos fazer uma comparação do que nós fizemos em três anos com o que eles fizeram em sete anos”, disse o presidente.

Lula declarou ainda que o governo Bolsonaro “quase destruiu o País” e que os dois primeiros anos de governo dele foram para “tentar reformar e recuperar esse País”.

Ele ainda disse que a comparação entre os governos é preciso ser feita para “acabar com a era da mentira”. O presidente citou ainda desinformações impulsionadas nas redes nos últimos dias, onde falas dele em um evento realizado na última sexta, 16, foram retiradas de contexto. Uma delas sugeriria que o petista defendeu que os pobres foram feitos para trabalhar, e não estudar, e que ele teria errado o pronome da deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP).

“A verdade, você tem que explicar. A mentira, você só tem que falar. Nesses dias, eu fiz um encontro na Casa da Moeda, e fiz um discurso, e eles agora estão olhando o que eu estou falando. Eles querem pegar uma ou duas palavras aqui para que eles possam distorcer e mandar para o mundo na internet”, declarou o presidente.

Entrega de casas

Nesta terça-feira, Lula entregou 1.276 unidades habitacionais do Empreendimento Junção, em Rio Grande (RS), no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades (MCMV-E). As moradias foram inauguradas pelo governo a partir do direcionamento de imóveis da União sem uso ou ociosos para habitação social.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

POLÍTICA - RUI COSTA COMPARA REAÇÕES DOS GOVERNOS A ENCHENTES TRÁGICAS

Ministro lembrou que Lula fez o que deveria em 2024 no Rio Grande do Sul, enquanto Bolsonaro não deu amparo à Bahia entre 2021 e 2022

Do Estadão Conteúdo

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, comparou as reações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) a enchentes que afetaram o Rio Grande do Sul e a Bahia, durante discurso nesta terça-feira, 20.

A fala de Costa ocorreu em evento do governo federal de anúncios de contratos da Petrobras para a construção de navios, e se deu logo após o governador gaúcho ser vaiado pela plateia.

Entre abril e maio de 2024, enchentes afetaram o Estado do Rio Grande do Sul e deixaram ao menos 184 mortos e milhares de desabrigados. Segundo Rui, o governo federal já fez investimentos no montante de R\$ 90 bilhões após a tragédia climática.

“O que o senhor colocou no Rio Grande do Sul, nessa tragédia da enchente, não tem paralelo na história da República Brasileira um presidente que tenha olhado para um Estado como o presidente olhou para o Rio Grande do Sul. Foram mais de R\$ 90 bilhões colocados aqui”, disse Costa.

Já as enchentes na Bahia ocorreram entre dezembro de 2021 e fevereiro de 2022, deixando ao menos 26 mortos no Estado. De acordo com Costa, não houve amparo por parte de Bolsonaro.

“Em 2021, e eu já comentei isso com o governador (Eduardo Leite) nós tivemos uma tragédia semelhante a essa no Sul e no Extremo Sul da Bahia, onde morreram muitas pessoas. Com a maior enchente registrada nessas duas regiões e, naquele momento, eu não tive a mão estendida de ninguém, a não ser de Deus para me ajudar na condição de governador da Bahia. O presidente da República na época foi fazer uma visita em uma cidade alagada, mas, ao chegar, a única coisa que ele soube fazer foi uma motociata pela cidade” disse o ministro da Casa Civil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

POLÍTICA - LULA EXALTA QUEDA DA INFLAÇÃO E DO DESEMPREGO

Presidente também mandou recados a quem acusa o governo de irresponsabilidade fiscal e se disse equilibrado na hora de tomar decisões

Do Estadão Conteúdo



O presidente Lula disse também que o Brasil possui as maiores taxas históricas de massa salarial e de exportação

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), afirmou nesta terça-feira, 20, que o terceiro ano de mandato, finalizado neste mês de janeiro, registrou os menores índices de desemprego e inflação acumulada. Lula disse também que o Brasil possui as maiores taxas históricas de massa salarial e de exportação.

“Vou terminar meu terceiro ano de mandato com a menor inflação acumulada em 4 anos da história do Brasil. Vou terminar meu terceiro ano de mandato com o menor desemprego da história do Brasil. Vou terminar meu terceiro ano de mandato com o maior crescimento da massa salarial e vou terminar meu



terceiro ano de mandato com o maior fluxo de exportação da história”, disse Lula em discurso em Rio Grande (RS).

O presidente também deu detalhes de como funciona o seu processo decisório. Ele afirmou que não age “com febre” e que procura “dormir bem” apesar das tensões com que lida.

“Sou muito equilibrado. Não tomo decisão com 39º C de febre. Espero ela baixar. Eu não estou preocupado com o que acontece no mundo depois das 22h, eu quero dormir porque eu sei que, se eu dormir bem, eu acordo bem”, disse o presidente.

Lula também mandou recados para as acusações de irresponsabilidade fiscal do governo. Citando a relação que teve com o Fundo Monetário Internacional (FMI) nos primeiros mandatos, Lula disse que aprendeu com a mãe que “não se pode ficar devendo”.

E destacou: “Eu vou pagar porque aprendi com a minha mãe que a gente não pode ficar devendo e eu não gosto de dever, gosto de andar de cabeça em pé, de olhos para frente, olhando na cara das pessoas. E eu não quero que vocês venham ao Brasil fiscalizar minha conta, a minha conta quem vai fiscalizar sou eu. Eu aprendi com a minha mãe, que era analfabeta, que responsabilidade não aprende na escola, a gente aprende de berço.”

Lula discursou nesta terça em evento do governo federal para anunciar contratos da Petrobras para a construção de navios em Rio Grande (RS). O petista lembrou as enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul em 2024, afirmando que “não há precedente para a rapidez” do Planalto na ajuda das famílias e empresas afetadas.

Bets

Em tom de campanha, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) trouxe o “cassino para dentro das casas”, ao citar o impulsionamento das empresas de bets.

“Eles levaram o cassino para dentro da nossa casa, para os filhos da gente utilizarem os nossos telefones e fazerem jogatina o dia inteiro. A gente não vê outra coisa na televisão a não ser jogatina com essas bets”, disse Lula.

O discurso de Lula vai ao encontro do discurso da equipe econômica do governo que critica Bolsonaro por não ter regulamentado as bets durante a expansão do setor. No final do ano passado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, criticou a gestão anterior por não cobrar “os impostos devidos” das empresas.

“O governo anterior, como vocês sabem, não cobrou os impostos devidos pelas bets. Toda atividade econômica tem que ser tributada, independentemente da regularização”, disse Haddad.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

POLÍTICA - FLÁVIO EMBARCA PARA ISRAEL EM BUSCA DE ALIANÇAS INTERNACIONAIS

Senador planeja uma série de viagens para divulgar seu nome junto a políticos de direita de outros países

Do Estadão Conteúdo

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência, embarcou nesta terça-feira, 20, pela manhã para Israel, onde participará de um evento contra antissemitismo e tentará se reunir com nomes políticos de direita daquele país.

Flávio deve discursar na “Conferência Anual de Combate ao Antissemitismo”, que será realizada em Jerusalém em 26 e 27 de janeiro de 2026. O evento também terá a participação do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu. Depois, haverá um jantar em que os dois comparecerão.

Ainda sem sacramentar sua candidatura no Brasil, Flávio Bolsonaro planeja uma série de viagens internacionais para divulgar seu nome junto a políticos da direita, entre eles, o Bahrein e países da América Latina.

Também tem sido um jeito de expor as intenções de um eventual governo, caso eleito em outubro. No domingo, 18, Flávio defendeu, caso assuma a Presidência, a transferência da embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém o que já havia sido defendido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) durante seu governo. Na época, Bolsonaro recuou da ideia e abriu um escritório comercial em Jerusalém.

Confiança

Enquanto o senador viaja, seguem as movimentações no Brasil em torno do seu nome. O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, afirmou que a candidatura de Flávio Bolsonaro é “viável e irreversível”.

Pesquisa Genial/Quaest, divulgada no dia 14 de janeiro, aponta o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na liderança dos cenários testados. Em um eventual segundo turno, Lula aparece com 45% das intenções de voto, contra 38% de Flávio. O levantamento ouviu 2.004 eleitores entre 8 e 11 de janeiro e tem margem de erro de dois pontos percentuais.

Apesar do avanço, partidos do Centrão ainda resistem ao nome de Flávio. Dirigentes avaliam impactos regionais e mantêm espaço para alternativas, como o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Aliados do governador reconhecem o protagonismo recente do senador, mas não descartam a viabilidade de Tarcísio em uma disputa pelo Planalto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

TRANSPORTES - AVIAÇÃO - ANAC PREPARA REVISÃO DE DIREITOS DOS PASSAGEIROS E DISCUTE PUNIÇÕES A INDISCIPLINADOS

Agência pretende alterar a Resolução 400 para dar mais clareza às regras, reduzir a judicialização e avaliar sanções a comportamentos que afetam a segurança dos voos

Do Estadão Conteúdo



Segundo Faierstein, o alto volume de ações judiciais relacionadas ao transporte aéreo afeta diretamente o ambiente regulatório e o interesse de empresas no mercado brasileiro

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) prepara uma revisão da Resolução nº 400, que estabelece os direitos dos passageiros no transporte aéreo, ao mesmo tempo em que avalia a adoção de regras mais rígidas para punir passageiros indisciplinados. As duas frentes fazem parte de um conjunto de discussões que, segundo o diretor-presidente da agência, Tiago Faierstein, buscam dar mais clareza ao ambiente regulatório, reduzir conflitos e enfrentar o elevado nível de judicialização no setor aéreo brasileiro.

Faierstein afirmou na segunda-feira (19) que a proposta de revisão da Resolução 400 seria apresentada e debatida em reunião deliberativa do conselho da Anac na terça-feira (20), com posterior abertura de consulta pública. A declaração foi feita durante coletiva de imprensa de apresentação do balanço do setor de aviação civil. De acordo com ele, a iniciativa pretende esclarecer regras hoje consideradas pouco objetivas e alinhar a norma ao Código Brasileiro de Aeronáutica, além de enfrentar o que classificou como uma “indústria da judicialização”.



Segundo o diretor-presidente, o alto volume de ações judiciais relacionadas ao transporte aéreo afeta diretamente o ambiente regulatório e o interesse de empresas no mercado brasileiro. “Quando conversamos com companhias aéreas e perguntamos por que não vêm para o Brasil, um dos pontos citados é a alta judicialização”, afirmou. De acordo com Faierstein, o tema é recorrente em fóruns internacionais dos quais participa e aparece como um fator de insegurança para investidores e operadores estrangeiros.

A Resolução nº 400 reúne um conjunto de direitos dos passageiros em situações como atraso, cancelamento e preterição de embarque. Entre as previsões estão a assistência material, que pode incluir alimentação, comunicação e hospedagem, conforme o tempo de espera, além das opções de reacomodação em outro voo ou reembolso do valor pago pela passagem. A avaliação da Anac é que parte dessas regras precisa ser melhor detalhada, de modo a reduzir interpretações divergentes e conflitos entre passageiros e companhias aéreas.

Além das mudanças regulatórias, a agência aposta no fortalecimento de instrumentos administrativos para prevenção de disputas. Faierstein citou as plataformas InfoVoo e Anac Passageiro, criadas com o objetivo de ampliar a transparência das informações e facilitar a solução de demandas sem a necessidade de recorrer ao Judiciário. Segundo ele, a proposta é dar mais previsibilidade ao setor e melhorar a relação entre passageiros, empresas e o regulador.

Passageiros indisciplinados

Paralelamente à revisão dos direitos dos passageiros, a Anac discute a criação de mecanismos mais rígidos para punir comportamentos considerados inadequados ou perigosos a bordo das aeronaves e nos aeroportos. Em entrevista ao Esfera Cast, Faierstein afirmou que a segurança é um aspecto inegociável na aviação civil, tanto em voo quanto em solo, e que episódios envolvendo passageiros indisciplinados têm provocado impactos relevantes para o sistema aéreo.

De acordo com o diretor-presidente, ameaças falsas de bomba, brigas e outros conflitos a bordo exigem a adoção de protocolos de segurança rigorosos. “Quando um passageiro faz uma ameaça de bomba, ainda que falsa, o procedimento é pousar a aeronave, verificar a ameaça e acionar a Polícia Federal”, afirmou. Segundo ele, esse tipo de ocorrência afeta diretamente dezenas ou centenas de pessoas, que perdem conexões, compromissos profissionais e compromissos pessoais em razão do comportamento de um único passageiro.

Diante do aumento desse tipo de episódio, a Anac estuda medidas para punir e desestimular a reincidência. Entre as alternativas em análise está a possibilidade de permitir que companhias aéreas suspendam ou impeçam o embarque futuro de passageiros que adotem comportamentos considerados graves. As propostas ainda estão em fase de estudo e não há definição sobre o formato ou o alcance das eventuais punições.

Casos recentes

O debate ganhou maior visibilidade após casos recentes de conflitos em voos internacionais. Na última quarta-feira, uma família da Bahia relatou prejuízos estimados em cerca de R\$ 100 mil após ser retirada do voo AF562, da Air France, que partiria de Paris com destino a Salvador. Segundo os passageiros, eles haviam pago cerca de R\$ 10 mil pelo upgrade de quatro assentos para a classe superior, mas foram informados de que uma passageira precisaria fazer downgrade em razão de um assento quebrado, o que gerou discussão a bordo.

Em nota, a companhia aérea informou que decidiu desembarcar “um grupo de quatro passageiros indisciplinados”. O episódio reacendeu o debate sobre os limites da atuação das empresas aéreas, os direitos dos passageiros e a necessidade de regras mais claras para lidar com situações de conflito.

Para a Anac, as discussões sobre punições a passageiros indisciplinados e a revisão da Resolução 400 estão interligadas. Segundo Faierstein, a agência busca um equilíbrio entre a proteção dos direitos dos usuários do transporte aéreo, a segurança das operações e a previsibilidade regulatória necessária para o desenvolvimento do setor. A expectativa é que a consulta pública permita ampliar o

debate e recolher contribuições de passageiros, companhias aéreas, especialistas e demais agentes do mercado antes da consolidação das mudanças.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 21/01/2026

TRANSPORTES - PORTOS - CMPC FORMALIZA TERMINAL PRIVADO EM RIO GRANDE PARA EXPORTAÇÃO DE CELULOSE

Empreendimento ligado ao Projeto Natureza deverá movimentar milhões de toneladas por ano e conecta o porto à nova unidade industrial em Barra do Ribeiro

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho, o projeto amplia a eficiência logística e a competitividade das exportações brasileiras

A assinatura do contrato de adesão do Terminal de Uso Privado (TUP) da CMPC no Porto de Rio Grande (RS) marcou um dos principais avanços logísticos do Projeto Natureza, que prevê investimentos de aproximadamente R\$ 24 bilhões no Rio Grande do Sul. O empreendimento está

ligado à implantação de uma nova unidade industrial de celulose em Barra do Ribeiro e à estruturação da logística de exportação da produção.

O Projeto Natureza deverá impactar mais de 75 municípios gaúchos e gerar cerca de 12 mil postos de trabalho durante as obras, além de aproximadamente 1,5 mil empregos após a conclusão. Com a ampliação da produção, a expectativa é de um escoamento superior a 4,3 milhões de toneladas de celulose por ano, o que motivou a implantação de dois novos Terminais de Uso Privado no estado, em Rio Grande e Barra do Ribeiro, com investimentos estimados em R\$ 1,4 bilhão.

O TUP do Porto de Rio Grande terá capacidade de movimentar até 9 milhões de toneladas por ano a partir do 11º ano de operação. A infraestrutura prevê armazenagem de cerca de 194 mil toneladas e operação simultânea de dois navios. A fase de construção deve gerar aproximadamente 1.500 postos de trabalho, enquanto a operação deverá criar mais de 400 empregos diretos e cerca de 2.100 indiretos. O contrato de adesão foi assinado em 7 de janeiro de 2026.

A cerimônia ocorreu no Porto de Rio Grande e reuniu autoridades federais e estaduais, entre elas o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, o presidente da Portos RS, Cristiano Klinger, além de representantes do governo federal, da autoridade portuária e da CMPC. A área destinada ao terminal permanecia sem operação desde 2014 e passa a ser incorporada ao complexo logístico voltado à exportação de celulose.

O terminal da CMPC integra a estratégia de ampliação da infraestrutura portuária associada ao Projeto Natureza, que prevê a conexão entre a nova planta industrial de Barra do Ribeiro e o Porto de Rio Grande por meio de soluções logísticas dedicadas. A movimentação adicional de cargas deverá ocorrer principalmente por vias fluviais e rodoviárias, com foco no escoamento contínuo da produção destinada ao mercado externo.

Durante a cerimônia, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que o governo trabalha para recolocar o Porto de Rio Grande no centro do desenvolvimento do país. “A gente quer criar todas as condições para que esse porto volte a funcionar com toda a força possível. Porto forte significa emprego, renda, indústria funcionando e comida chegando mais barata na mesa do povo. Quando o Estado investe, a economia cresce, o Brasil exporta mais e quem trabalha sente a diferença na vida real”, declarou.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o projeto amplia a eficiência logística e a competitividade das exportações brasileiras. “Estamos promovendo um salto de eficiência logística, que reduz custos, amplia a capacidade de escoamento da produção e fortalece a competitividade das exportações brasileiras. Ao integrar hidrovias e porto, criamos um ambiente mais atrativo para investimentos, geramos emprego e renda e ampliamos a participação do Brasil nos mercados internacionais”, afirmou.

Um dos destaques do evento foi a formalização da cessão de área para o terminal de uso privado da CMPC, com investimento direto de R\$ 1,5 bilhão e expectativa de geração de cerca de mil empregos diretos. O projeto está vinculado à nova fábrica de celulose da empresa em Barra do Ribeiro, que terá aporte superior a R\$ 25 bilhões e previsão de início de operação em 2029.

“A assinatura da concessão para o terminal portuário da CMPC em Rio Grande é um passo fundamental para a execução do Projeto Natureza, maior investimento privado da história do Rio Grande do Sul. Para a implementação da nossa área própria no porto, faremos um aporte de R\$ 1,5 bilhão e temos a expectativa de gera-

ção de cerca de mil empregos. A partir desta etapa, seguiremos com o cronograma para a implantação da nova fábrica em Barra do Ribeiro”, afirmou Antonio Lacerda, diretor-geral de Celulose da CMPC Brasil.

Papel logístico

O presidente da Portos RS, Cristiano Klinger, destacou o papel do porto na nova operação logística da companhia. “O Porto de Rio Grande ocupa um papel logístico central para viabilizar a exportação da produção da CMPC. Essa nova operação será estratégica para o escoamento da celulose, com impacto direto na movimentação portuária e na atração de novos negócios”, afirmou.

Segundo Klinger, a tendência é de crescimento da movimentação portuária nos próximos anos, o que exigirá ampliação da capacidade instalada. “A consolidação de projetos desse porte reforça o papel da autoridade portuária como indutora do desenvolvimento regional. Estamos preparados para garantir a eficiência operacional e a sustentabilidade das operações”, disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

TRANSPORTES - OPINIÃO GESTÃO O ONTEM QUE NÃO VOLTA E O AMANHÃ QUE NUNCA CHEGA



JOSÉ GERALDO VANTINE

CEO da Vantine Logistics Consulting e conselheiro de Administração do porto de São Sebastião

opinioao@portalbenews.com.br

Tempo!! O que é o tempo?

Para a Astronomia, existe o mistério do surgimento do universo (aliás, mistério está no cruzamento do “Infinito” com a “Eternidade” – primeira relação entre espaço e tempo).

Para a Antropologia, há a busca da origem do ser humano como é hoje, mostrando a sequência teórica: ancestrais, linhagem do gênero “Homo” há cerca de oito milhões e anos; “Hominídeos”, cerca de 6 milhões de anos; “Homo Erectus”, cerca de 2 milhões de anos (considera-se que, nessa fase, dominavam o fogo); “Homo Sapiens” (nós atuais) há estimados 300 mil anos (conforme estudos teóricos, teriam surgido onde hoje é o continente africano).



Mas e o tempo? Bem, o tempo eu coloco na categoria das maiores invenções da inteligência humana. O universo, segundo físicos e astrônomos, é um complexo de massa, energia e está em constante expansão!

A medição do tempo de forma rústica, noite e dia, movimento da lua, pela primeira vez, segundo historiadores, se deu entre os egípcios. “Só” há 1.500 anos com o “relógio de sol” (registros mostram que muito anos antes, os chineses já mediam o tempo). Coube então ao Papa Gregório VIII, “apenas” há pouco mais de 400 anos, definir a contagem do tempo em 365 dias/ano, 12 meses/ano, 24h/dia, 60 min/hora e 60 seg./min.

Hoje, “mais do que nunca” – aliás, “nunca” é a negação total de tempo – tudo depende do tempo! E na sua contagem, iniciamos o ano de 2026! Ano mais complexo do que o normal, não porque tem muitos feriados (isso até é bom,

pois movimenta a indústria do turismo), não porque tem Copa do Mundo (também é bom, porque amplia as vendas do varejo), mas, porque teremos eleição majoritárias.

São fortes os indícios de promessas não cumpridas, projetos não executados, obras não realizadas, planejamento interrompido.

Tal qual um alinhamento de “sizígia”, quando três astros se alinham – Sol, Lua e Terra – com efeitos sobre as marés, estamos prestes a vivenciar situações análogas com respeito aos nosso tema de Infraestrutura, Logística & Transportes, o triângulo vencedor do Fórum Brasil Export.

Qual seja, 1)) eleição presidencial, com mudança dos ministros dos Transportes e de Portos e Aeroportos; 2) Industrialização extremada (leilão Santos 10, Ferrogrão); e 3) Congresso incerto com temas fundamentais (CPMI do INSS, PL733/2025, PL2.162/2023, etc.).

Deixo para analisar detalhes oportunamente, porque minha reflexão agora conduz a uma realidade ao mesmo tempo “simples e complexa”! O exercício da democracia plena não comporta projetos de governo! Exigem soluções de estado. E isso implica no rígido cumprimento da ordem e no respeito entre os três poderes da nação.

O Brasil competitivo não pode perder mais tempo! Tudo depende da Logística! A Logística depende da Infraestrutura física e digital, os Transportes, de rodovias seguras, ferrovias que tenham obras terminadas no prazo e no orçamento e portos que tenham projetos estruturantes e permanentes.

Parafraseando e adaptando um título de filme de James Bond: “Sem tempo para perder”!

TAL QUAL UM ALINHAMENTO DE “SIZÍGIA”, QUANDO TRÊS ASTROS SE ALINHAM – SOL, LUA E TERRA – COM EFEITOS SOBRE AS MARÉS, ESTAMOS PRESTES A VIVENCIAR SITUAÇÕES ANÁLOGAS COM RESPEITO AOS NOSSO TEMA DE INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA & TRANSPORTES, O TRIÂNGULO VENCEDOR DO FÓRUM BRASIL EXPORT

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 21/01/2026

PETRÓLEO E GÁS - PETRÓLEO LIDERA EXPORTAÇÕES PELO SEGUNDO ANO E IBP PROJETA EXPANSÃO ATÉ 2029

Setor de óleo e gás consolida protagonismo na balança comercial e reforça papel do Brasil na segurança energética global

Por **ALINE SILVA** redacao.jornal@redebeneews.com.br

Pelo segundo ano consecutivo, o petróleo bruto foi o principal produto da pauta de exportações brasileiras. Dados da balança comercial de 2025 confirmam que o insumo superou a soja e outros produtos tradicionais, somando US\$ 44,6 bilhões em vendas externas. Embora o valor represente leve

retração em relação ao recorde histórico de 2024, quando as exportações alcançaram US\$44,8 bilhões, o resultado consolida a trajetória de protagonismo da indústria de óleo e gás na economia nacional.



A expectativa é que a produção brasileira atinja 4,2 milhões de barris de petróleo por dia em 2028, com pico de investimentos no segmento de exploração e produção já em 2026

Na avaliação do professor de Economia do Ibmecc Brasília, Renan Silva, o desempenho confirma a consolidação do setor como principal motor das exportações brasileiras. Segundo ele, “as explorações de petróleo no Brasil, monitoradas pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), consolidam-se como o principal produto da pauta exportadora brasileira nos exercícios de 2024 e 2025, desbancando inclusive produtos tradicionais como a soja”. Para o economista, o resultado evidencia a resiliência da indústria, sustentada sobretudo pela produção do pré-sal e pela eficiência operacional acumulada ao longo dos anos.

Apesar da leve queda no valor exportado entre 2024 e 2025, Renan Silva ressalta que o protagonismo do petróleo permanece. “O Brasil bateu recorde de exportação em 2024, com vendas em torno de US\$ 44,8 bilhões, e em 2025 atingiu cerca de US\$ 44,6 bilhões. Apesar dessa leve retração, influenciada pelos preços internacionais, o setor mantém o protagonismo”, afirmou. De acordo com o professor, o crescimento do volume exportado — estimado em cerca de 10% — indica uma expansão produtiva consistente, ainda que o ambiente de preços tenha sido menos favorável.

O PROTAGONISMO BRASILEIRO GANHA AINDA MAIS RELEVÂNCIA DIANTE DO AGRAVAMENTO DE CONFLITOS E TENSÕES INTERNACIONAIS. RENAN SILVA DESTACA QUE A GUERRA ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA, SOMADA A NOVOS FOCOS DE INSTABILIDADE, AMPLIOU AS INCERTEZAS SOBRE A OFERTA E A LOGÍSTICA DE COMMODITIES ENERGÉTICAS

Mesmo em um cenário internacional marcado por volatilidade e tensões geopolíticas, o petróleo manteve posição de destaque e contribuiu de forma decisiva para o saldo positivo da balança comercial brasileira. Para Renan Silva, parte desse movimento está associada à busca global por maior segurança energética. “Há fatores que contribuíram para esse resultado, como a necessidade de elevar a segurança energética em nível global”, observou.

De acordo com informações do Governo Federal, o setor foi determinante para o desempenho externo do país. Essa leitura está alinhada ao Outlook IBP 2025–2029, estudo do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, que classifica o momento atual como um ponto de inflexão para a indústria nacional de óleo e gás. Em 2024, o segmento já havia registrado um superávit líquido de US\$ 36,3 bilhões e arrecadado mais de R\$ 98 bilhões em royalties e participações especiais.

O protagonismo brasileiro ganha ainda mais relevância diante do agravamento de conflitos e tensões internacionais. Renan Silva destaca que a guerra entre Rússia e Ucrânia, somada a novos focos de instabilidade, ampliou as incertezas sobre a oferta e a logística de commodities energéticas. “É preciso considerar o conflito entre Rússia e Ucrânia, que já é de longa data e gera muita incerteza em relação à oferta da commodity e à logística”, afirmou. Segundo ele, o cenário é agravado pelo aumento das tensões entre Estados Unidos e Venezuela e entre Estados Unidos e Irã, o que tem levado países consumidores a buscar a diversificação de fornecedores.

Nesse contexto, o petróleo brasileiro tem ganhado espaço por reunir estabilidade institucional e capacidade de fornecimento. Como observa o professor, os mercados internacionais buscam alternativas previsíveis, e o Brasil “tem se demonstrado competente no fornecimento da commodity”. Como oitavo maior produtor mundial de petróleo, o país se consolida como ator relevante na

segurança energética global, com destaque para a produção do pré-sal, reconhecida por apresentar menor intensidade de emissões de carbono em comparação à média internacional.

2025–2029

As projeções do IBP indicam que o ciclo de expansão do setor está apenas começando. A expectativa é que a produção brasileira atinja 4,2 milhões de barris por dia em 2028, com pico de investimentos no segmento de exploração e produção já em 2026, estimado em US\$ 21,3 bilhões. O setor deve sustentar cerca de 483 mil postos de trabalho e, até 2029, a arrecadação governamental total pode alcançar US\$ 42,3 bilhões por ano, reforçando o impacto fiscal e social da indústria de óleo e gás.

Transição energética

Além do peso econômico, o IBP destaca que o setor de óleo e gás exerce papel central na transição energética brasileira. O país é o segundo maior produtor mundial de biocombustíveis e avança em tecnologias como captura e armazenamento de carbono, além do desenvolvimento do potencial de eólicas offshore. Segundo a avaliação do instituto, a competitividade da própria indústria de óleo e gás viabiliza os investimentos em descarbonização, permitindo que o Brasil avance na agenda energética sem abrir mão da segurança, da previsibilidade e da geração de receitas.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 21/01/2026

ENERGIA - SILVEIRA COBRA SEGURANÇA E DISCUTE ELETROMOBILIDADE COM CONTROLADORA DA 99 NA CHINA

Em reunião em Xangai, ministro tratou de investimentos em veículos elétricos, melhorias regulatórias e proteção a motoristas e usuários de aplicativos, com foco nas mulheres

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Alexandre Silveira anunciou a iniciativa do governo brasileiro de criar uma área específica, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, dedicada à agenda da eletromobilidade

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, reuniu-se na segunda-feira (19), em Xangai, na China, com executivos da DiDi

Global, controladora da 99 no Brasil, para discutir investimentos em eletromobilidade e cobrar melhorias na segurança para motoristas e usuários de plataformas de aplicativos, especialmente para as mulheres.

Silveira foi recebido por Jacky Chen, executivo responsável pela área de Desenvolvimento do Ecosistema Automotivo da plataforma DiDi. O encontro teve como eixo central a integração entre segurança, tecnologia digital, energia limpa e mobilidade urbana, visando à construção de um ambiente regulatório mais moderno, seguro e atrativo para investimentos no Brasil.

Durante a reunião, o ministro destacou a importância do aprimoramento do marco legal do transporte por aplicativo, de forma a garantir mais proteção aos usuários e motoristas, com atenção especial às mulheres, tanto no uso quanto na prestação do serviço. Segundo Silveira, a segurança é um elemento estruturante para o crescimento sustentável do setor e para a ampliação da confiança da sociedade nesse modelo de mobilidade.

O ministro de Minas e Energia do Brasil cobrou a implantação de tecnologias de filmagem, no modelo observado da china, com instalação de câmeras internas e externas que garantam maior segurança para os usuários e motoristas.



Alexandre Silveira informou ainda que irá se reunir com o novo ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César, para tratar das novas iniciativas legais voltadas ao setor. O objetivo é construir, de forma integrada, soluções normativas que ampliem a segurança, fortaleçam os mecanismos de prevenção e aprimorem a atuação do poder público em parceria com as plataformas digitais.

No encontro com executivos da DiDi Global, o ministro também apresentou a matriz elétrica brasileira, composta por cerca de 90% de fontes limpas e renováveis, destacando a abundância de energia. Alexandre Silveira evidenciou, ainda, o elevado potencial de crescimento e a robustez do sistema elétrico nacional, fatores que colocam o Brasil em posição estratégica para a expansão da eletromobilidade e para a atração de investimentos sustentáveis no setor de transportes.

“O Brasil reúne condições únicas para liderar a transição para a mobilidade elétrica. Temos uma matriz elétrica limpa, renovável e robusta, com abundância de energia e grande potencial de crescimento, o que nos permite avançar com segurança, competitividade e sustentabilidade”, destacou Silveira.

Segundo informações de mercado, a DiDi deve investir cerca de R\$ 10 bilhões no Brasil nos próximos anos, considerando a aquisição da 99, investimentos em delivery e programas estruturados de apoio a entregadores e eletromobilidade.

Eletromobilidade

Ainda na reunião, Silveira anunciou a iniciativa do governo brasileiro de criar uma área específica, no âmbito do Ministério de Minas e Energia (MME), dedicada à agenda da eletromobilidade, com foco na articulação de políticas públicas, no aperfeiçoamento do ambiente regulatório e no estímulo a investimentos em veículos elétricos, infraestrutura de recarga e inovação tecnológica aplicada ao transporte urbano.

Silveira ressaltou também o trabalho do Governo do Brasil para reduzir o custo da energia elétrica, por meio do uso de soluções de armazenamento em baterias, consideradas estratégicas para a estabilização do sistema elétrico e para o melhor aproveitamento da geração renovável, especialmente das fontes solar e eólica no Nordeste, região de elevada abundância energética.

Eletropostos

O ministro defendeu, ainda, a implantação de eletropostos com tarifas diferenciadas, mais baixas em horários de maior oferta de energia. A ideia é estimular o carregamento inteligente de veículos elétricos, aumentar a eficiência do sistema e reduzir custos para usuários e operadores.

Ao tratar da expansão da eletromobilidade no país, Alexandre Silveira destacou a importância do acesso à tecnologia de ponta e ao financiamento de bancos chineses, considerados instrumentos estratégicos para acelerar a implementação da eletromobilidade nacional, ampliar a escala dos projetos e reduzir os custos de investimento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

ENERGIA - MINISTRO TRATA DE INVESTIMENTOS EM ENERGIA E INFRAESTRUTURA COM BANCO DOS BRICS

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, reuniu-se na terça-feira (20), em Xangai, na China, com a presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o Banco dos Brics, Dilma Rousseff. O objetivo da reunião foi aprofundar o diálogo sobre parcerias estratégicas de investimento em infraestrutura, energia limpa e desenvolvimento sustentável no Brasil.

Durante o encontro, Silveira ressaltou que o Governo Federal tem atuado de forma ativa e coordenada para atrair investimentos internacionais em setores estratégicos da economia brasileira, especialmente aqueles alinhados à Política Nacional de Transição Energética. Nesse contexto, destacou o Banco dos

Brics como um parceiro fundamental para viabilizar projetos de grande escala e impacto estrutural no setor energético nacional.

“O Brasil vive um momento de retomada do planejamento de longo prazo, com segurança institucional e foco no desenvolvimento sustentável. O Banco dos Brics, sob a presidência da ex-presidente Dilma Rousseff, é um aliado estratégico nesse esforço de ampliar investimentos, gerar empregos e acelerar a transição energética”, afirmou o ministro de Minas e Energia.

Entre os projetos já aprovados pelo NDB no Brasil, Alexandre Silveira destacou o maior empreendimento de transmissão de energia já licitado no país: o linhão Graça Aranha–Silvânia, com cerca de 1.500 quilômetros de extensão entre os estados de Goiás e Maranhão e investimentos estimados em R\$ 20 bilhões. O projeto é considerado essencial para fortalecer o sistema elétrico nacional e integrar novas fontes renováveis à matriz energética.

O banco também apoia iniciativas no setor de energias renováveis, como o Projeto Eólico Serra da Palmeira, na Paraíba, além de projetos voltados à iluminação solar, modernização da infraestrutura urbana e melhoria dos sistemas de distribuição de energia em diferentes regiões do país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

COMÉRCIO EXTERIOR – DIREITO - O QUE O ATAQUE DOS EUA À VENEZUELA PODE NOS ENSINAR SOBRE SEGURANÇA CIBERNÉTICA DE INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS



ROBERTA LOPES DA CRUZ ANTONIO

Professora de Direito Digital e Civil na Universidade Católica de Santos (SP), advogada e consultora especializada em Direito Digital e Proteção de Dados, mestre em Direito da Segurança Nacional pela Georgetown University (EUA)
opinioao@portalbenews.com.br

No dia 3 de janeiro de 2026, o mundo acordou com a notícia da captura do presidente venezuelano Nicolás Maduro pelo governo dos Estados Unidos. Em pronunciamento oficial sobre a operação, o presidente Donald Trump afirmou que a ação teria sido conduzida de forma “precisa” e com o emprego de “capacidades avançadas”, sem, contudo, detalhar os meios utilizados. A declaração sugere — ainda que não confirme — o possível uso de ferramentas técnicas e cibernéticas em apoio à operação militar convencional. Essa ambiguidade é característica recorrente de operações cibernéticas conduzidas ou patrocinadas por Estados no cenário internacional.

Isso ocorre porque, diferentemente das ações militares tradicionais, operações cibernéticas ocupam uma zona cinzenta do Direito Internacional. O reconhecimento explícito de sua autoria pode gerar repercussões diplomáticas, políticas e jurídicas relevantes conforme o contexto, inclusive debates sobre violação de soberania, uso da força e responsabilização internacional. Assim, Estados tendem a adotar posturas deliberadamente vagas, explorando o valor estratégico da incerteza e da negação plausível.

A importância crescente da dimensão cibernética na defesa estatal não surgiu por acaso. Um episódio emblemático ajuda a ilustrar esse ponto. Em 2008, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos sofreu o que foi classificado, à época, como a mais grave violação de seus sistemas computacionais. Um simples pendrive USB, infectado por uma agência de inteligência estrangeira, foi deixado em um estacionamento de uma base militar norte-americana no Oriente Médio. Um militar, ao conectar o dispositivo a um notebook ligado à rede do Comando Central dos EUA, permitiu que um malware do tipo worm (que consiste basicamente em um software malicioso autorreplicante) se espalhasse silenciosamente por sistemas classificados, transferindo dados estratégicos e operacionais para servidores sob controle estrangeiro.

O custo desse ataque foi irrisório para seus autores: um único dispositivo portátil e a curiosidade humana. Em contrapartida, foram necessários cerca de quatorze meses para erradicar completamente



o malware das redes militares. A resposta norte-americana, conhecida como Operation Buckshot Yankee, é amplamente considerada o ponto de inflexão da estratégia de defesa cibernética dos EUA e levou, anos depois, ao fortalecimento institucional da área, culminando na criação da agência norte-americana de segurança cibernética e de infraestruturas (Cybersecurity and Infrastructure Security Agency CISA).

Esse caso demonstra, de forma clara, a relação custo-benefício que tem impulsionado Estados a investir em cibersegurança. Prevenir ataques — especialmente contra infraestruturas críticas — é significativamente mais barato e menos disruptivo do que lidar com suas consequências. Ataques cibernéticos a portos, sistemas logísticos, redes de energia ou telecomunicações podem gerar impactos econômicos profundos, afetando cadeias de suprimento, exportações e a própria estabilidade institucional. Como já discutido nesta coluna em edição anterior, a nova Estratégia Nacional de Cibersegurança (E-Ciber) reconhece essa vulnerabilidade estrutural.

Hoje, no Brasil, a governança da segurança cibernética é fragmentada. O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI) exerce papel central na formulação de políticas e diretrizes, com o apoio das Forças Armadas na proteção de infraestruturas críticas de interesse da defesa. A isso se somam o Comitê Nacional de Cibersegurança (CNCiber), entidades técnicas como o CTIR.gov e o CERT.br, além de órgãos setoriais e reguladores específicos. Ainda assim, o País não dispõe de uma agência nacional de cibersegurança com competência regulatória própria, e o debate sobre sua eventual criação — ou sobre a atribuição dessas funções a uma agência existente, como a Anatel — permanece em aberto.

Esse desafio não é exclusivo do Brasil. Segundo o relatório do Banco Mundial *The Economics of Cybersecurity for Emerging Markets* (2024), a América Latina e o Caribe são a região com o crescimento mais acelerado de incidentes cibernéticos divulgados no mundo, com taxa anual de 25% entre 2014 e 2023. O aumento está diretamente relacionado à expansão da internet das coisas, do comércio eletrônico e das ferramentas de governo digital. Porém, diferentemente das economias avançadas, onde a maioria dos ataques tem motivação financeira, nos países em desenvolvimento uma parcela significativa dos incidentes decorre de motivações políticas, atingindo sobretudo a administração pública — um dado particularmente sensível para infraestruturas críticas.

Nesse contexto, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e cooperativa. A tecnologia que sustenta portos, cadeias logísticas e sistemas de comunicação está, em grande medida, nas mãos do setor privado, incluindo grandes empresas de tecnologia. A segurança cibernética, portanto, não pode ser tratada apenas como tema militar ou estatal, mas como um esforço conjunto entre governos, empresas e operadores de infraestrutura.

O episódio envolvendo os EUA e a Venezuela, independentemente das controvérsias jurídicas que suscita, reforça uma lição central: no século XXI, conflitos, riscos geopolíticos e segurança econômica estão profundamente entrelaçados ao domínio cibernético. A pauta relacionada à segurança cibernética deve ocupar os temas prioritários da agenda de governos e organizações dada a dependência cada vez maior de sistemas digitais e da internet por nações e economias ao redor do mundo, contraposto à vulnerabilidade que esses sistemas podem apresentar em termos de segurança. Para o setor portuário, que no Brasil é responsável por cerca de 95% de todo o comércio exterior, compreender essa realidade deixa de ser uma questão técnica e torna-se uma necessidade estratégica.

Roberta Lopes da Cruz Antonio escreve quinzenalmente para o BE News. Seus textos são publicados às quartas-feiras.

PREVENIR ATAQUES — ESPECIALMENTE CONTRA INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS — É SIGNIFICATIVAMENTE MAIS BARATO E MENOS DISRUPTIVO DO QUE LIDAR COM SUAS CONSEQUÊNCIAS

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 21/01/2026

AGRONEGÓCIO - PESQUISA USA IMAGENS DE SATÉLITE PARA MAPEAR DANOS DE GEADAS NO MILHO

Método desenvolvido por Unesp, INPE, Conab e Universidade de Michigan permite identificar perdas na segunda safra e estimar área plantada com maior rapidez e precisão

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Geadas costumam causar prejuízos às lavouras, em especial quando afetam a chamada segunda safra, cuja época de cultivo pode avançar sobre as estações mais frias do ano

Uma pesquisa da Universidade Estadual Paulista (Unesp), em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e a Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, desenvolveu um método que combina dados obtidos por sensoriamento remoto e modelos matemáticos para detectar de forma rápida, automática e precisa os danos causados por geadas em culturas de milho, bem como estimar a área ocupada pela lavoura.

Segundo os pesquisadores, a ferramenta pode oferecer agilidade ao poder público na correção do volume da safra antes da colheita, colaborando, por exemplo, para o monitoramento da oferta e do preço do grão. Também apresenta potencial para auxiliar a atuação das empresas do setor de seguro rural e orientar as tomadas de decisão dos produtores após a ocorrência das geadas.

Geadas costumam causar prejuízos consideráveis às lavouras, em especial quando afetam a chamada segunda safra, cuja época de cultivo pode avançar sobre as estações mais frias do ano, como maio ou junho. Antigamente, esse segundo período da safra, popularmente referido como “safrinha”, costumava representar um percentual marginal para a produção agrícola brasileira. Esse papel, no entanto, mudou bastante nas últimas duas décadas. Inovações como o desenvolvimento de novas tecnologias e insumos, o uso de cultivares mais resistentes a temperaturas extremas e a adoção de práticas de manejo que beneficiam a qualidade do solo permitiram à agricultura tropical brasileira ampliar consideravelmente a produção no campo após a safra principal, que ocorre durante o verão.

Dados publicados pelo projeto MapBiomass, no último dia 10 de dezembro, mostram que essa área plantada “fora de época” triplicou de extensão desde o ano 2000. Ela se concentra principalmente na cultura do milho, que respondeu por 62,2% do volume da safrinha em 2024. O levantamento também mostrou que o Paraná foi o segundo maior produtor de milho de segunda safra do país. Foi justamente no estado, mais precisamente na mesorregião Oeste Paranaense, que os pesquisadores testaram o novo método, uma vez que a região costuma ser impactada com frequência por geadas. Os resultados foram apresentados em artigo publicado na revista Remote Sensing Applications: Society and Environment.

O método desenvolvido pelos pesquisadores constatou que o total de área de milho de segunda safra plantada naquela mesorregião alcançou 740.007 hectares, uma estimativa 1,7% superior ao total registrado nos dados oficiais, o que, segundo os autores, evidencia a precisão da ferramenta como forma alternativa de estimar a área de plantio.

Safra 2020/2021

Os pesquisadores usaram como referência dados da safra de 2020/2021. Naquela temporada, a região Oeste do Paraná foi afetada por dois episódios de geadas, em maio e junho, que impactaram severamente as lavouras de milho. No início da safra, um período de seca mais prolongado do que o habitual retardou o plantio da soja da primeira safra, atrasando a colheita e empurrando o plantio do milho da segunda safra para meados de fevereiro, com colheita já na entrada do inverno.

Por meio do novo método, os pesquisadores estimaram que as geadas afetaram o equivalente a 69,6% da área total de milho plantado, com 3,5% atingidos no primeiro episódio, em maio, e 66,1%



durante a segunda ocorrência, mais intensa, em junho. De acordo com a análise, 30,4% da área plantada não foram afetados, sendo que parte já havia sido colhida antes da ocorrência das geadas.

Quando se utilizaram dados oficiais para comparar os prejuízos causados pelo frio, a análise se mostrou mais complexa. O relatório de avaliação da qualidade da colheita divulgado pelo Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná indica que, do total de milho colhido na segunda safra, 58,7% foram classificados como de qualidade ruim, e 35,3%, de qualidade média.

Os dados do órgão, entretanto, se referem à safra total e englobam também impactos de outros fatores climáticos, como episódios de seca registrados no mesmo período.

Os pesquisadores recorreram, então, a dados de empresas de seguros agrícolas, que registraram sinistros decorrentes especificamente da ocorrência de geadas, com base em verificações em campo. Na comparação com essas informações, as estimativas do novo método apresentaram concordância de 75% em relação ao episódio de geada mais intenso, ocorrido em junho.

“A nossa meta é ser capazes de mapear culturas e identificar problemas ainda durante o período da safra”, afirma Michel Eustáquio Dantas Chaves, professor da Unesp no curso de Engenharia de Biosistemas e vinculado ao Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (PGAD) da Faculdade de Ciências e Engenharia, no câmpus de Tupã. Segundo ele, isso pode colaborar com os órgãos de planejamento e auxiliar os produtores a tomarem decisões antes da colheita.

Visitas presenciais

Atualmente, a avaliação dos danos causados pelas geadas depende, em grande medida, de levantamentos amostrais em campo, um processo que demanda mais tempo e recursos e está sujeito a maior grau de subjetividade. Segundo o pesquisador, as visitas presenciais continuam sendo necessárias, sobretudo para o treinamento dos algoritmos e a validação das informações obtidas por imagens de satélite.

A ferramenta desenvolvida combina imagens captadas pelo satélite Sentinel-2 com algoritmos de aprendizado de máquina. De acordo com Chaves, a resolução das imagens torna o método especialmente adequado para regiões agrícolas com predominância de propriedades de menor porte.

O professor destaca que a metodologia pode ser ampliada para avaliar o impacto de geadas em outras culturas e em diferentes regiões do país, além de abrir caminho para a integração de dados meteorológicos e de uso da terra, ampliando as possibilidades do sensoriamento remoto aplicado à agricultura.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 21/01/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - CHINA ENCERRA EMBARGO À IMPORTAÇÃO DE FRANGO DO RS

Suspensão havia sido imposta após a detecção de surto sanitário em uma granja comercial no município de Anta Gorda, em 2024

Da Agência Brasil

Após um ano e meio de restrições, a China anunciou o fim do embargo à importação de carne de frango produzida no Rio Grande do Sul. A decisão foi comunicada pelas autoridades chinesas na sexta-feira (16) e confirmada nesta terça-feira (20) pelo Ministério da Agricultura brasileiro e por entidades do setor.

A suspensão da compra do produto havia sido imposta pelos chineses após a confirmação de um surto da Doença de Newcastle no estado em julho de 2024.



A ausência do mercado chinês afetou diretamente o desempenho das exportações gaúchas

A medida foi oficializada em comunicado conjunto da Administração-Geral das Alfândegas da China e do Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais do país asiático, que revogou um ato anterior baseado em análise de risco sanitário.

O embargo havia sido imposto após a detecção da doença em uma granja comercial no município de Anta Gorda (RS). Na época, o estado ficou em emergência zoossanitária por cerca de três semanas.

Em maio do ano passado, o estado registrou caso de gripe aviária numa granja no município de Montenegro. Um mês depois, o país foi confirmado livre da gripe aviária, após 28 dias sem registros. Em novembro de 2025, a China liberou as importações de frango dos demais estados brasileiros, mas manteve a proibição para o Rio Grande do Sul.

Impacto econômico

A ausência do mercado chinês afetou diretamente o desempenho das exportações gaúchas. Em 2024, o bloqueio contribuiu para a queda de cerca de 1% nas exportações de carne de frango do estado. Até antes do embargo, a China respondia por quase 6% dos embarques de frango do Rio Grande do Sul, com a restrição sendo parcialmente compensada pela venda a outros países.

Segundo o Ministério da Agricultura, a retomada das exportações foi possível após a comprovação das medidas de controle e erradicação da doença, em conformidade com os protocolos internacionais de saúde animal.

Retomada estratégica

A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) avaliou que a reabertura do mercado chinês representa um passo relevante para a normalização dos fluxos comerciais.

“A decisão reafirma a credibilidade do sistema sanitário brasileiro e o reconhecimento internacional do nosso modelo de resposta”, destacou a entidade, em nota.

Segundo a ABPA, as negociações envolveram diálogo permanente com as autoridades chinesas. Nesse período, as entidades e o governo brasileiro enviaram informações detalhadas que comprovassem as ações de controle e erradicação e o alinhamento aos protocolos internacionais de saúde animal.

Entidades do setor destacam que a expectativa agora é de retomada gradual dos embarques, à medida que sistemas de habilitação sejam atualizados e os certificados sanitários liberados. A China é um dos principais destinos do frango brasileiro e é considerada estratégica para o equilíbrio do comércio internacional da proteína animal.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - PRODUÇÃO VEICULAR COM KITS IMPORTADOS AMEAÇA 69 MIL EMPREGOS, DIZ ANFAVEA

Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores também prevê impacto para fabricantes de autopeças e exportação

Da Agência Brasil

Um estudo divulgado esta semana pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) aponta que a substituição da produção automotiva completa no Brasil pela

montagem de kits importados pode eliminar 69 mil empregos diretos no país e afetar 227 mil postos indiretos ao longo da cadeia produtiva.

Segundo o estudo, a ampliação do uso dos regimes CKD (Completely Knocked Down) e SKD (Semi Knocked Down) como modelos de montagem pode trazer diversos impactos para o setor automotivo do país, com reflexos não somente no emprego, mas também para os fabricantes de autopeças e para as exportações.

“O levantamento estima ainda uma perda econômica de até R\$ 103 bilhões para os fabricantes de autopeças e uma redução de aproximadamente R\$ 26 bilhões na arrecadação de tributos em um único ano. As perdas nas exportações de veículos seriam de R\$ 42 bilhões em um ano, prejudicando a balança comercial do país”, destaca a Anfavea.

No modelo CKD, o veículo é importado totalmente desmontado e, no Brasil, passaria por sistemas de soldagem, pintura e integração de componentes. Já no regime SKD, o veículo é importado quase pronto, em grandes conjuntos, com uma montagem local mais simples e menor complexidade industrial. Atualmente, a montadora chinesa BYD opera no Brasil principalmente no modelo SKD, que é utilizado em sua fábrica de Camaçari (Bahia), inaugurada no ano passado.

Em meados do ano passado, o governo federal autorizou uma cota adicional de US\$ 463 milhões, com Imposto de Importação zerado, para veículos elétricos e híbridos desmontados. Válida até o dia 31 de janeiro, a medida acabou beneficiando a BYD e gerando muitas críticas de montadoras tradicionais no país como a Toyota, a General Motors, a Volkswagen e a Stellantis, que são representadas pela Anfavea.

Com o prazo próximo de vencer, a Anfavea decidiu pressionar o governo federal para que não seja renovado o benefício de isenção de Imposto de Importação sobre veículos eletrificados desmontados.

“SKD e CKD não são processos prejudiciais em si. Muitas montadoras iniciaram suas operações no Brasil por esses modelos, recolhendo os devidos impostos e estruturando, a partir disso, sua produção local. Outras valem-se do modelo para atender nichos de mercado. O problema é manter incentivos para a simples montagem em alto volume sem exigência de aporte de valor nacional, o que ameaça a sobrevivência da indústria de alta complexidade e a geração de empregos qualificados no país”, defende o presidente da Anfavea, Igor Calvet.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

FINANÇAS - NOVA REGRA QUE AUMENTA SEGURANÇA DO PIX ENTRA EM VIGOR EM FEVEREIRO

Mecanismo Especial de Devolução (MED) permite a devolução de recursos para vítimas de fraudes, golpes ou coerção

Do Estadão Conteúdo



Com novas regras do Pix, será possível identificar contas para as quais o dinheiro pode ter sido enviado. A devolução deverá ser feita em até 11 dias após a contestação

O próximo mês chega com mudanças no Pix. A partir de 2 de fevereiro, todas as instituições financeiras que oferecem o sistema de pagamento instantâneo terão que disponibilizar uma nova funcionalidade no Mecanismo Especial de Devolução (MED), solução criada pelo Banco Central (BC) que permite a devolução de recursos para vítimas de fraudes, golpes ou coerção.



Cleórbete Santos, doutor em Computação e professor do Campus de Alphaville do Mackenzie, explica que, antes, a devolução do dinheiro para a vítima nesses casos era feita apenas a partir da conta originalmente usada no golpe. “Se o golpista transferisse o valor rapidamente para uma segunda ou terceira conta, o que é muito comum, o mecanismo não conseguia mais alcançar o dinheiro”, afirma.

Com a nova versão, o MED identificará possíveis contas para as quais o dinheiro pode ter sido enviado, compartilhará a informação com todas as instituições financeiras envolvidas nas transações e permitirá a devolução em até 11 dias após a contestação.

“O rastreamento ficou mais aprimorado. O BC agora permite que o sistema siga o rastro do dinheiro por várias camadas de transações”, diz Santos. “A título de exemplo: se o golpista enviar R\$ 1 mil para a conta A e essa conta enviar R\$ 500 para a conta B, o sistema agora consegue bloquear os valores nas duas contas envolvidas no golpe”, afirma.

Segundo o professor, isso será possível graças ao grafo de rastreamento, tecnologia central por trás da nova versão do MED. “Ele é uma representação matemática e computacional que mapeia o caminho do dinheiro de forma automática, conectando a conta de origem a todas as contas que receberam o valor posteriormente, em uma profundidade de até 5 camadas ou 5 contas bancárias envolvidas”, acrescenta. Antes, esse trabalho era feito manualmente e parava na primeira conta.

A funcionalidade está disponível para uso facultativo desde 23 de novembro de 2025, mas será obrigatória a partir de 2 de fevereiro.

Desde outubro do ano passado, todos os participantes do Pix são obrigados a disponibilizar aos clientes em seus aplicativos uma funcionalidade para que uma transação possa ser facilmente contestada, sem a necessidade de interação humana.

Santos afirma que acionar o MED não garante a devolução do dinheiro, já que é preciso ter saldo disponível nas contas por onde o valor passou. “Por isso, a rapidez do usuário em registrar a denúncia logo após o golpe continua sendo o fator mais importante para o sucesso da recuperação”, alerta.

Como se proteger?

O professor Cleórbete Santos explica que os golpistas usam a urgência e o apelo emocional para conseguir convencer as vítimas a transferirem o dinheiro. “Por isso, ao receber, por exemplo, mensagens de parentes e amigos solicitando transferências urgentes, o usuário deve, antes de transferir, fazer uma ligação por vídeo para confirmar”, comenta.

Além disso, a pessoa deve ficar atenta a comportamentos estranhos. Os bancos não costumam ligar para os clientes solicitando dados pessoais ou transferências “teste” e nem pedem códigos de validação via aplicativos de mensagem ou via SMS. Caso isso aconteça, o usuário deve desligar e informar a tentativa de golpe para o banco oficial.

As mudanças surgem como uma medida a mais de segurança, mas o cuidado diário é necessário para não cair em golpes e fraudes.

Algumas medidas preventivas também podem ser tomadas: ajustar o limite de transferências nos aplicativos bancários, tanto para o período diurno quanto noturno; habilitar dois ou mais fatores de autenticação em todos os aplicativos, incluindo os de trocas de mensagens, para dificultar o acesso indevido por parte de fraudadores; cadastrar chaves Pix que utilizam CPF e número de celular em alguma instituição bancária, mesmo que não as utilize, para não deixá-las disponíveis para o uso dos golpistas; antes de fazer a transferência, deve ser feita dupla checagem (double check) quanto ao valor e ao destinatário da transferência (principalmente enviados pela internet). Muitos golpes modificam valores e redirecionam as transações para contas de fraudadores; conscientizar-se sobre os golpes atuais e disseminar essas informações para amigos e parentes, para evitar prejuízos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

FINANÇAS - ÁREA TÉCNICA DA CVM ORIENTA SOBRE ALAVANCAGEM EM FUNDOS

A reguladora abordou o tema devido a dúvidas trazidas por administradores e gestores de FIFs

Do Estadão Conteúdo

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou Ofício Circular para esclarecer que o uso de derivativos como componente da estratégia de fundo de investimento financeiro (FIF) pode ter finalidade de hedge, apostas direcionais em determinados fatores de risco e alavancagem.

A reguladora abordou o tema devido a dúvidas trazidas por administradores e gestores de FIFs e se limitou aos fundos dedicados ao público geral, se referindo apenas a operações que originam “exposição a risco de capital”, ou seja, aquelas realizadas com o objetivo de alavancagem da carteira do fundo.

O dispositivo em tela é o parágrafo 3º do artigo 73 do Anexo do Normativo I da Resolução CVM 175, o marco regulatório dos fundos de investimento. De acordo com o ofício publicado na segunda-feira pela reguladora, o uso de derivativos como componente da estratégia de um fundo de investimentos pode ter três grandes objetivos principais e mutuamente excludentes: de hedge (visa anular ou reduzir exposições detidas à vista pelo fundo); de apostas direcionais em determinados fatores de risco (todas as demais modalidades de uso de derivativos, incluindo aquelas que gerem uma exposição de natureza diversa daquelas já existentes na carteira do fundo); ou de alavancagem (objetivo de ampliar os riscos de alguma posição detida à vista pela carteira do fundo).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

FINANÇAS - IBOVESPA RENOVA RECORDES AOS 166 MIL PONTOS

Na contramão de Nova York, índice fechou em alta de 0,87%, com giro financeiro de R\$ 23,5 bilhões

Do Estadão Conteúdo



O imbróglio tarifário e geopolítico entre americanos e europeus estimula a busca por diversificação em emergentes, como o Brasil

Na contramão de Nova York, onde pesaram as preocupações geopolíticas na retomada dos negócios após o feriado, o Ibovespa renovou recordes intradia e de fechamento nesta terça-feira, 20. Da mínima à máxima da sessão, oscilou de 163.574,67 a 166.467,56 pontos, partindo de abertura a 164.846,22. Ao fim, marcava 166.276,90 pontos, alta de 0,87%, com giro financeiro de R\$ 23,5 bilhões. Na semana, o Ibovespa soma 0,90% e eleva o ganho do mês e do ano para 3,20%.

O imbróglio tarifário e geopolítico entre americanos e europeus estimula a busca por diversificação em emergentes, como o Brasil favorecido ainda pelo carry trade (estratégia que explora o diferencial de juros), proporcionado pelo elevado patamar da taxa Selic. No plano doméstico, a expectativa pelo encontro do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, com o ex-presidente Jair Bolsonaro reacende o adormecido trade de que Tarcísio poderá viabilizar candidatura à Presidência da República, com apoio do ex-mandatário.

“A autorização do ministro Alexandre de Moraes para a visita de Tarcísio de Freitas a Jair Bolsonaro reacendeu rumores no mercado político. A leitura predominante é a de que pode estar em acordo uma possível chapa presidencial, com Tarcísio como candidato e Michelle Bolsonaro como vice”, diz Leonardo Santana, especialista em investimentos e sócio da casa de análise Top Gain. Essa hipótese, segundo ele, mesmo sem confirmação, foi o suficiente para animar os mercados, “uma vez que



poderia provocar reviravoltas tanto nas pesquisas eleitorais quanto nas expectativas econômicas”, acrescenta Santana.

Dessa forma, ainda no começo da tarde, o Ibovespa rompeu o recorde intradia de 166.069,84 pontos, registrado em 15 de janeiro, e fixou a nova melhor marca cerca de 400 pontos acima da referência anterior. Em Nova York, por outro lado, os principais índices de ações fecharam com perdas de 1,76% (Dow Jones), 2,06% (S&P 500 +0,37%) acompanharam em parte a alta de mais de 1% dos contratos futuros do Brent e do WTI, em Londres e Nova York. Papel de maior peso individual no índice, Vale ON ganhou força à tarde e subiu 1,92%, a R\$ 80,08 no fechamento e bem perto da máxima do dia (R\$ 80,21). Entre os maiores bancos, destaque para Bradesco PN (+1,43%) e Santander Unit (+2,01%, na máxima do dia no encerramento). Na ponta ganhadora do Ibovespa ficaram TIM (+4,98%), C&A (+4,34%) e Telefônica Brasil (+3,97%). No lado oposto, CSN (-3,04%), Usiminas (-2,99%) e B3 (-2,85%).

“Há uma fuga de capital dos Estados Unidos, com muita gente vendendo Treasuries. E parte desses recursos acaba migrando para emergentes como o Brasil, a partir desse ‘sell-off’, essa onda de vendas em cima dos ativos americanos”, resume Rodrigo Marcatti, economista e CEO da Veedha Investimentos. Ele destaca o ganho de liquidez decorrente da redução global de posições em títulos do Tesouro americano, papel tradicionalmente visto como proteção, mas penalizado pelas idas e vindas do governo dos EUA contra aliados como a União Europeia.

O fundo de pensão dinamarquês AkademikerPension, por exemplo, informou nesta terça-feira que venderá, até o fim do mês, suas participações em títulos do Tesouro dos Estados Unidos avaliadas em cerca de US\$ 100 milhões. De acordo com a Agência Reuters, o fundo citou a fragilidade das finanças do governo americano. Apesar da coincidência, ressaltou que a decisão não tem caráter político nem ligação com o atrito entre Dinamarca e EUA.

Em Davos, no Fórum Econômico Mundial (WEF), o secretário de Comércio dos Estados Unidos, Howard Lutnick, afirmou que, se a Europa retaliar as tarifas anunciadas pelo governo Trump, “então será um jogo de retaliação mútua”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

FINANÇAS - DÓLAR SOBE ANTE REAL, MAS CAI CONTRA PARES FORTES

A divisa americana voltou a ganhar terreno e encerrou em alta de 0,31%, a R\$ 5,3805

Do Estadão Conteúdo

A terça-feira, 20, foi marcada pela saída de fluxo de ativos americanos, decorrente do aumento na tensão entre Estados Unidos e União Europeia por conta da Groenlândia, mas o real não conseguiu firmar uma apreciação.

Depois de tocar R\$ 5,40 (+0,83%) pela manhã com relatos de recompras de hedge de investidores estrangeiros já posicionados em carry trade, o dólar à vista chegou a tocar mínima a R\$ 5,35 (-0,08%) no início da tarde por um fluxo pontual que coincidiu com o Ibovespa ganhando força, inclusive renovando recorde histórico intradia. Por fim, contudo, a divisa americana voltou a ganhar terreno e encerrou em alta de 0,31%, a R\$ 5,3805.

“Estamos sofrendo com a volatilidade externa por conta da tensão entre Estados Unidos e Europa. Não se sabe o tamanho da briga e há dúvidas sobre a quão imediata será, já que Trump até então postergava muito para aplicar tarifas como visto no caso com China e Brasil”, comenta o economista-chefe da BGC Liquidez, Felipe Tavares. Ele nota, contudo, que de segunda para terça a tensão vem se intensificando de ambos os lados.

O Parlamento Europeu suspenderá o acordo comercial entre a União Europeia e os Estados Unidos, em meio às crescentes tensões envolvendo a Groenlândia, segundo a mídia internacional. Além disso,

a chefe da diplomacia da UE, Kaja Kallas, afirmou que “a soberania não é moeda de troca” e que “nenhuma ameaça ou tarifa mudará o fato de que a Groenlândia pertence ao seu povo”.

Já Trump ameaçou impor tarifas de 200% a vinhos e champanhes franceses, como medida de retaliação à recusa do presidente francês, Emmanuel Macron, de integrar o recém-proposto “Conselho da Paz”, uma iniciativa liderada por Trump que tem por objetivo abordar conflitos globais, começando pela Faixa de Gaza, mas que tem causado controvérsia por incluir líderes autocratas e potencialmente esvaziar o papel das Nações Unidas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

COMUNICAÇÃO & MARKETING - OPINIÃO - CRISE É UM TESTE DE COMUNICAÇÃO, NÃO DE CORAGEM



CÂNDICE LA TERZA

Jornalista e consultora
em Comunicação Corporativa

opinio@portalbenews.com.br

Aprendi na prática que toda crise começa como um fato e termina como uma narrativa. O que separa uma coisa da outra é a comunicação, ou a falta dela. Já vi empresas tecnicamente competentes sangrarem sua reputação porque falaram mal, tarde demais ou falaram com aquele juridiquês que não convence nem quem escreveu.

Para mim, gestão de crise é gestão de sentido. A operação pode estar trabalhando noite adentro para conter o dano, mas se a mensagem não organiza o caos, o esforço vira fumaça. Comunicação não é departamento de apoio; é coluna vertebral da decisão. Quando o líder trata a palavra como detalhe, transforma acerto em erro público.

O momento mais perigoso nunca é o auge do problema. É o silêncio. Vácuo informativo é convite aberto para boato, versão maldosa e pânico desnecessário. Enquanto a empresa “alinha o discurso”, o mundo já construiu outro. E recuperar essa história custa caro, em dinheiro e em confiança.

No ambiente aéreo, no portuário, no logístico, onde atuo e que acompanho de perto, isso ganha escala brutal. Um acidente no cais, uma carga sensível retida, uma paralisação ou falha de segurança atravessam os oceanos e os céus em minutos. A cadeia inteira passa a depender da qualidade de uma única coisa: a capacidade do líder de explicar o que está acontecendo sem enrolação.

Defendo há anos que o líder do século XXI precisa ser, antes de tudo, um comunicador. Não basta dominar indicadores e contratos. Em crise, ele precisa traduzir complexidade, oferecer direção emocional e dizer a verdade possível, mesmo quando ela incomoda. Nota protocolar não acalma comunidade, cliente nem colaborador. Clareza, sim.

Preparar a empresa para crises é preparar pessoas para comunicar sob pressão. Treinar porta-vozes, combinar ritos, definir quem fala e com qual linguagem. E, principalmente, ensinar o time a pensar antes de reagir. Pressa sem método transforma incidente operacional em desastre reputacional. Tenho convicção de que comunicação interna vem primeiro. Funcionário desinformado vira correspondente do caos. Se a equipe descobre pelos corredores o que deveria ouvir da liderança, a confiança racha, e confiança quebrada não se cola com release colorido.

Estaremos algum dia totalmente prontos para grandes crises? Não. O imprevisível sempre encontrará uma fresta. Mas é possível estar profissionalmente pronto para comunicar o imprevisível. Organizações maduras têm roteiro e, ao mesmo tempo, coragem para corrigir rota e admitir erro sem teatro.

Crise revela caráter corporativo. Se no cotidiano a conversa é torta, na tempestade vira gritaria. Se o diálogo é direto e respeitoso, a resposta tende a ser firme. Não há milagre: o padrão de hoje é o retrato de amanhã.

No fim, gestão de crise é um campeonato de credibilidade. Vence quem fala primeiro com responsabilidade, quem protege pessoas antes de marcas e quem entende que reputação não se defende com volume, mas com verdade organizada.

5 práticas do líder comunicador em crise

1. **Falar rápido, não apressado** – informe o que já é fato e diga o que ainda está sendo apurado.
2. **Uma voz, várias escutas** – alinhe porta-vozes e adapte linguagem para público interno, comunidade e mercado.
3. **Verdade progressiva** – atualizações frequentes valem mais que comunicado perfeito e tardio.
4. **Empatia antes do CNPJ** – pessoas no centro, números depois.
5. **Aprendizado público** – explicar o que será feito para não repetir o erro vale ouro reputacional.

Sigo acreditando que líder que não sabe comunicar entrega o destino da empresa para o acaso. E acaso não paga salário, não segura cliente e não constrói história. Crise passa. A narrativa fica. Que história você quer assinar?

Cândice La Terza escreve semanalmente para o BE News, com seus textos sendo publicados às quartas-feiras

DEFENDO HÁ ANOS QUE O LÍDER DO SÉCULO XXI PRECISA SER, ANTES DE TUDO, UM COMUNICADOR. NÃO BASTA DOMINAR INDICADORES E CONTRATOS. EM CRISE, ELE PRECISA TRADUZIR COMPLEXIDADE, OFERECER DIREÇÃO EMOCIONAL E DIZER A VERDADE

POSSÍVEL, MESMO QUANDO ELA INCOMODANTA PROTOCOLAR NÃO ACALMA COMUNIDADE, CLIENTE NEM COLABORADOR. CLAREZA, SIM

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

JUSTIÇA - MORAES NEGA PARTE DO PEDIDO DE PERÍCIA MÉDICA DE BOLSONARO

Ministro do STF indeferiu perguntas apresentadas pelos advogados que extrapolam o objeto técnico da avaliação médica

Do Estadão Conteúdo



A inspeção do Banco Central ficará restrita à análise da documentação que embasou o processo de liquidação do Banco Master

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes negou parte do pedido da defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para ampliar o escopo da perícia médica determinada após sua transferência para a Papudinha, em Brasília.

Moraes indeferiu perguntas apresentadas pelos advogados que, segundo o ministro, extrapolam o objeto técnico da avaliação médica e exigiriam análise jurídica ou subjetiva, o que não cabe à junta pericial.

Foram barrados quesitos que buscavam, por exemplo, avaliar se o cumprimento da pena em ambiente prisional seria incompatível com o estado de saúde do ex-presidente ou se a prisão domiciliar seria a melhor alternativa para garantir seus direitos fundamentais.

“A legislação processual penal faculta ao juiz indeferir a produção de provas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias” afirmou Moraes, ao sustentar que parte das perguntas formuladas pela defesa não se restringia à análise clínica, mas avançava sobre conclusões legais.



A perícia foi determinada depois que o ex-presidente deixou a Sala de Estado-Maior da Polícia Federal (PF) e passou a cumprir pena no 19.º Batalhão da Polícia Militar, na Papudinha. A junta médica oficial é composta por profissionais da PF e deverá avaliar o quadro clínico de Bolsonaro, suas necessidades de saúde durante o cumprimento da pena e eventual indicação de transferência para hospital penitenciário.

O ministro manteve válidos os quesitos estritamente médicos e homologou o médico Cláudio Birolini indicado pela defesa como assistente técnico, mas deixou claro que a avaliação deve se limitar a aspectos objetivos da saúde do apenado, sem discutir alternativas de regime ou consequências jurídicas do encarceramento.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) informou não ter quesitos adicionais e pediu vista dos autos após a apresentação do laudo pericial. A decisão foi comunicada à Polícia Federal para cumprimento imediato.

Tarcísio

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), confirmou nesta terça-feira, 20, que visitará o ex-presidente Jair Bolsonaro na prisão em Brasília nesta quinta-feira, 22. Autorizado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), o pedido de autorização para a visita foi feito ontem pela defesa de Bolsonaro.

“Eu fico satisfeito de ele ter me dado essa oportunidade, porque eu vou lá visitar um amigo, né? Sobre tudo um grande amigo, uma pessoa que tem muita consideração”, disse Tarcísio em coletiva com jornalistas após entrega habitacional no município de São José da Bela Vista (SP). “Vou lá manifestar a minha solidariedade, manifestar o meu apoio, ver se ele está precisando de alguma coisa. Precisa sempre reforçar que ele vai sempre poder contar comigo.”

Na mesma decisão, Moraes também autorizou outras duas visitas solicitadas por Bolsonaro: do irmão da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, Diego Torres Dourado (para o dia 28 de janeiro), e do pecuarista Bruno Scheid (para 29 de janeiro).

Bolsonaro foi transferido na semana passada da Superintendência da Polícia Federal para o 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, dentro do Complexo Penitenciário da Papuda. A unidade é conhecida como “Papudinha”. O ex-presidente cumpre pena de 27 anos e três meses de prisão por condenação no inquérito da trama golpista.

Tarcísio já afirmou anteriormente que visitas ao ex-presidente serão recorrentes por conta da proximidade que possui com seu padrinho político. Trata-se do primeiro encontro entre Bolsonaro e o governador após o anúncio do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) como candidato à Presidência da República pelo grupo político.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

JUSTIÇA CONDENADO NA TRAMA GOLPISTA É AUTORIZADO A FAZER CURSO TÉCNICO

Coronel Marcelo Costa Câmara, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, também poderá reduzir sua pena com leitura

Do Estadão Conteúdo

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou que o coronel Marcelo Costa Câmara, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, realize curso técnico em agronegócio e participe de atividades de leitura para reduzir a pena. A decisão foi proferida nesta terça-feira, 20.

Câmara foi condenado pela Primeira Turma do STF a 21 anos em regime inicial fechado e multa de 120 salários mínimo. O coronel foi acusado de coordenar ações de monitoramento e planos de execução de autoridades, em conjunto com o general Mário Fernandes, no que ficou conhecido como Plano Punhal Verde e Amarelo, e de fazer a interlocução com lideranças populares ligadas aos atos golpistas do 8 de Janeiro de 2023.

A autorização atende a pedido da defesa, que solicitou a possibilidade de realização de atividades educacionais e de leitura com base na Lei de Execução Penal e em resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que prevê a remição de pena por estudo e leitura.

No despacho, Moraes autorizou a matrícula do condenado no curso técnico em agronegócios, na modalidade de ensino a distância (EAD), oferecido pela Faculdade FASPEC. O ministro também permitiu a leitura de obras literárias para fins de abatimento da pena, desde que observadas as regras da unidade prisional onde o réu está custodiado.

Pela Lei de Execução Penal, presos podem reduzir o tempo da condenação por meio de trabalho, estudo ou leitura. A regra prevê a remição de um dia de pena a cada três dias trabalhados ou a cada 12 horas de estudo. No caso da leitura, cada livro

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

JUSTIÇA - MINISTÉRIO PÚBLICO PEDE QUE TCU INVESTIGUE ESQUEMA DA FAMÍLIA VORCARO

Suspeita recai sobre operações financeiras realizadas com base em créditos de carbono fictícios

Do Estadão Conteúdo



Familiares de Daniel Vorkaro, dono do Banco Master, teriam financiado um projeto de créditos de carbono sobre terras públicas na Amazônia

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) pediu, nesta terça-feira, 20, que a corte de contas apure eventuais irregularidades relacionadas a um suposto esquema de créditos de carbono envolvendo a família de Daniel Vorkaro, do Banco Master.

“É imprescindível que o TCU investigue as operações financeiras realizadas com base nos créditos de carbono fictícios, bem como a utilização de terras públicas para fins privados, em flagrante desrespeito à legislação vigente”, diz a representação do subprocurador-geral do MPTCU Lucas Rocha Furtado.

Segundo reportagem do jornal Folha de S.Paulo, documentos indicam que a o pai e a irmã de Daniel Vorkaro, Henrique Moura Vorkaro e Natália Bueno Vorkaro Zettel, financiaram um mega projeto de créditos de carbono sobre terras públicas na Amazônia avaliado em R\$ 45,5 bilhões, sem lastro real.

As unidades de carbono teriam sido alocadas em fundos da Reag, que inflaram o valor das empresas Golden Green e Global Carbon. Investigações apontam o uso desses mesmos fundos para desviar recursos do Master e sustentar a venda de CDBs do banco.

Na representação, Furtado pede que o TCU verifique a conformidade das operações com os dispositivos da Lei 15.042, que criou as bases do mercado de carbono regulado no País. Se forem comprovadas as irregularidades, ele requisita providências cabíveis para “responsabilização administrativa, civil e penal dos envolvidos”.

O procurador ainda pede que a representação seja enviada ao ministro da Justiça, Wellington Lima e Silva, e ao presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) para adoção de providências.



Paralelamente a isso, a Polícia Federal marcou a colheita de novos depoimentos na investigação do Banco Master para o início da próxima semana, na segunda, 26, e na terça-feira, 27. As defesas estão sendo intimadas para essas novas datas.

A PF vai tomar os depoimentos de ex-diretores do Master e do Banco Regional de Brasília, para apurar suspeitas de irregularidades no negócio de venda do Master, objeto da primeira fase da Operação Compliance Zero. Estão previstos depoimentos de nove pessoas, como os ex-dirigentes do Master Augusto Lima e Antônio Bull e gestores do BRB que participaram do negócio.

Inicialmente, a PF também previa tomar novos depoimentos do dono do Master, Daniel Vorcaro, e do ex-presidente do Banco Regional de Brasília (BRB), Paulo Henrique Costa, que já tinham sido ouvidos em uma acareação, mas os investigadores decidiram que não iriam tomar novos depoimentos deles, ao menos por ora.

Esse cronograma foi alterado após ordem do relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Dias Toffoli, que determinou que os depoimentos deveriam ser realizados durante dois dias consecutivos em uma sala do próprio tribunal.

Rusga

A PF pretendia ouvi-los ao longo da última semana de janeiro e da primeira de fevereiro, mas teve que alterar o planejamento por causa da ordem do ministro. Foi mais uma rusga de Toffoli com os investigadores. O ministro também determinou que os celulares apreendidos na segunda fase da Operação Compliance Zero deveriam ficar acautelados somente na Procuradoria-Geral da República, restringindo o acesso da PF.

Na sua decisão inicial, Toffoli tinha determinado que a PF enviasse todos os itens apreendidos para que ficassem acautelados no STF, antes de decidir como seria feita a análise.

O recuo para que a PGR tivesse acesso ocorreu após a PF e a Procuradoria pedirem a reconsideração da decisão, sob o argumento de que havia risco de perda dos dados obtidos nos celulares se não fosse feita a extração em curto período de tempo, por causa de características envolvendo os aparelhos telefônicos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 21/01/2026

JUSTIÇA - PROPOSTA DE CPI DO MASTER ATINGE NÚMERO NECESSÁRIO DE ASSINATURAS

Com o apoio de 42 senadores, 25 a mais do que o mínimo necessário, iniciativa amplia pressão sobre o presidente da Casa, Davi Alcolumbre

Do Estadão Conteúdo

O Senado atingiu na segunda-feira, 19, o número de assinaturas necessárias para instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dedicada a apurar crimes e fraudes cometidos pelos operadores do liquidado Banco Master. A proposta foi apresentada pelo senador Eduardo Girão (Novo-CE) e conta com 42 assinaturas, 25 a mais do que o mínimo necessário um terço do Senado.

A proposta no Senado amplia a pressão sobre o presidente Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que já tem sob a sua mesa uma proposta de CPI mista (CPMI) com o número necessário de assinaturas exigido por lei.

A diferença entre as duas propostas é que a abertura da CPMI depende da leitura do requerimento numa sessão do Congresso Nacional, quando se reúnem deputados e senadores sob a liderança de Alcolumbre.

Já a proposta de Girão pode ser lida pelo presidente da Casa Alta já na primeira sessão deliberativa do ano, prevista para o próximo dia 1.º de fevereiro. Uma vez atingido o número necessário de assinaturas, cabe ao presidente do Senado ou da Câmara ler o requerimento de instalação da Comissão e designar um presidente para chefiar os trabalhos do colegiado.

As denúncias crescentes relacionadas ao Banco Master e as decisões controversas tomadas por ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) no caso têm feito com que Alcolumbre seja cada vez mais cobrado pelos seus pares para abrir uma CPI ou uma CPML. O presidente do Senado tem adotado o silêncio como estratégia no período em que o Congresso está em recesso.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

JUSTIÇA - FACHIN DESCARTA IMPOR CÓDIGO DE CONDUTA 'GOELA ABAIXO' NO STF

Ondas impulsionadas por distúrbios na pressão atmosférica e rajadas de vento atingiram o litoral de Mar Chiquita

Do Estadão Conteúdo



Devido aos desdobramentos do caso Banco Master no STF, Edson Fachin interrompeu o recesso e antecipou o retorno a Brasília de sísmica

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, afirmou que não pretende impor “goela abaixo” o código de conduta que estuda para ministros de tribunais superiores. Segundo o ministro, qualquer iniciativa será construída “com diálogo e consenso”, antes de eventual deliberação colegiada. A declaração foi dada em entrevista ao jornal Valor Econômico.

“Pretendo tratar do tema com diálogo e consenso, sem açosamentos. A democracia exige tempo, interlocução e consideração de argumentos distintos. Só em ditaduras se empurram regras goela abaixo”, disse, ao jornal.

Para gerenciar o desgaste na imagem do tribunal provocado pelos recentes desdobramentos do inquérito do Banco Master, sob relatoria do ministro Dias Toffoli, Fachin interrompeu o recesso e antecipou o retorno a Brasília, onde desembarcou na noite desta segunda-feira, 19. A interlocutores e pares da Corte, justificou a volta antes da abertura do ano Judiciário com a avaliação de que “o momento exige” sua presença na capital.

O debate do código de conduta ganhou tração após a Fundação Fernando Henrique Cardoso encaminhar, em outubro do ano passado, um documento com recomendações para fortalecer a autoridade do tribunal, entre elas a adoção de regras de conduta e o reforço da colegialidade. Fachin assumiu a presidência do Supremo em setembro de 2025.

A discussão ocorre diante do andamento do caso do Banco Master, liquidado pelo Banco Central em novembro. O relator no STF é o ministro Dias Toffoli. Especialistas e parlamentares passaram a defender que o magistrado se declare suspeito, após reportagens apontarem vínculos de familiares e interlocutores com negócios ligados ao banco e a um resort. Toffoli tem dito, internamente, que não vê impedimento para atuar no caso.

Gilmar Mendes

O decano do STF, Gilmar Mendes, já afirmou que não se opõe à eventual criação de um código de conduta para os ministros, mas ressaltou que qualquer iniciativa precisa nascer dentro do próprio tribunal. Segundo ele, o tema foi tratado apenas uma vez em conversa direta com Fachin.



Defensor da adoção de parâmetros mais claros, Fachin avalia regras para disciplinar a presença de ministros em eventos patrocinados por empresas com processos no Supremo e a relação institucional com advogados que atuam na Corte. Uma das referências em estudo é o modelo do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha, que estabelece balizas tanto para participação em palestras e eventos quanto para a conduta na vida privada.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

JUSTIÇA - JULGAMENTO SOBRE EXTRADIÇÃO DE CARLA ZAMBELLI É NOVAMENTE ADIADO

A defesa da ex-deputada pedirá que o caso seja avaliado por outro tribunal, alegando parcialidade dos juízes

Do Estadão Conteúdo

A Justiça da Itália adiou nesta terça-feira, 20, a decisão sobre a extradição da ex-deputada federal Carla Zambelli pela quarta vez. O adiamento foi confirmado pela defesa da brasileira.

O advogado Fabio Pagnozzi, que representa Zambelli, afirmou que pedirá que o caso seja avaliado por outro tribunal, alegando parcialidade dos juízes. Segundo a defesa, a Corte recuou e abriu prazo para o protocolo de uma arguição de suspeição, que resultará na análise do caso por uma nova turma de magistrados.

A Corte já havia indeferido o pedido da equipe de Zambelli anteriormente em três ocasiões. Dessa vez, abriu um prazo de três dias para a formalização do pedido de suspeição e substituição dos magistrados.

A defesa de Zambelli pede a inclusão do relatório 38 da Polícia Federal, utilizado no processo que cassou o mandato dela na Câmara dos Deputados. No entanto, o documento está sob sigilo.

Os advogados também pleiteiam a inclusão de Eduardo Tagliaferro, ex-assessor do ministro Alexandre de Moraes, como testemunha a ser ouvida.

A ex-deputada está presa em Roma desde julho do ano passado. Ela foi condenada em dois processos no Brasil: por perseguir um homem armada na rua na véspera do segundo turno da eleição de 2022 e porque seria mandante da invasão do sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por um hacker em 2023.

A defesa nega que a ex-deputada tenha cometido crimes e afirma que as condenações são fruto de perseguição política. “Pelos tratados internacionais, não se pode extraditar pessoas que estão sendo perseguidas politicamente. Não tivemos medo dos magistrados hoje e vamos conseguir dentro de três dias a troca dessa turma”, afirmou um dos advogados, Pieremilio Sammarco, em vídeo divulgado à imprensa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

JUSTIÇA - FILHO DE INDÍGENA TORTURADO TEM DIREITO A INDENIZAÇÃO DE R\$ 100 MIL

O autor da ação é Militino Anastácio, filho de Guilherme Anastácio, que ficou preso durante o regime militar e morreu em 1975

Do Estadão Conteúdo

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) decidiu manter a condenação da União e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, a Funai, ao pagamento de indenização por danos morais no

valor de R\$ 100 mil ao filho de um indígena preso e torturado durante o regime militar, entre maio de 1970 e dezembro de 1971.

A decisão foi tomada pela Turma Regional de Mato Grosso do Sul, que rejeitou os recursos apresentados pelos dois órgãos e confirmou integralmente a sentença da 4ª Vara Federal de Campo Grande.

O autor da ação é Militino Francisco Anastácio, filho de Guilherme Anastácio, indígena que ficou preso durante o regime de exceção no Reformatório Agrícola Indígena Krenak, localizado em Resplendor, em Minas Gerais. O pai de Militino morreu em outubro de 1975.

Segundo os autos, Guilherme Anastácio foi encaminhado ao reformatório pela própria Funai, sob acusação de roubo. A prisão ocorreu de forma abrupta, sem julgamento ou qualquer registro de investigação e inquérito policial.

Durante o processo, o filho sustentou que o pai foi submetido a sessões de tortura e permaneceu por mais de um ano em condições precárias.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

INTERNACIONAL - LULA TERÁ UM GRANDE PAPEL NO CONSELHO DE PAZ, DIZ TRUMP

Governo brasileiro foi convidado a participar da iniciativa dos EUA, mas não respondeu. Lula questiona métodos de Trump e até uso de redes sociais

Do Estadão Conteúdo



Mesmo com tantas divergências com Donald Trump, Lula conseguiu melhorar a relação nos últimos meses após encontro pessoal

terá um “grande papel” na entidade.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse nesta terça-feira, 20, que o Conselho de Paz criado por ele para a Faixa de Gaza pode eventualmente substituir as Nações Unidas. Ainda segundo Trump, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi convidado para o Conselho,

“Eu gosto dele”, disse Trump, durante uma entrevista coletiva sobre seu primeiro ano de mandato. Trump disse ainda que o líder russo, Vladimir Putin, pode ter um papel muito grande no Conselho de Paz.

O governo brasileiro confirmou o convite, mas diz que Lula prefere avaliar as condições geopolíticas envolvendo o papel da entidade antes de tomar uma decisão. Enquanto o presidente dos EUA elogia Lula e tenta convencê-lo a entrar em sua nova iniciativa, o chefe de Estado brasileiro segue questionando seus métodos.

Desta vez, falou sobre o amplo uso das redes sociais pelo norte-americano. Em seu primeiro mandato, Trump usava o então Twitter (hoje X, depois de ser comprado pelo empresário Elon Musk) para anúncios e comentários. Depois de ser banido da rede, passou a usar a Truth Social, rede social dele próprio.

“Vocês já perceberam uma coisa, que o presidente Trump quer governar o mundo pelo Twitter? É fantástico. Todo dia ele fala uma coisa e todo dia o mundo fala da coisa que ele falou. Vocês acham que é possível? É possível tratar o povo com respeito se eu não olhar na cara de vocês, se eu achar que vocês são objetos e não um ser humano”, afirmou o petista.

O comentário de Lula se deu enquanto o presidente brasileiro discursava em evento em Rio Grande (RS), na entrega de unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida. Lula criticou o uso intenso de celulares, algo que ele faz de forma recorrente em seus discursos e no dia-a-dia no Palácio do Planalto.

“Todo deputado é viciado nisso (celular). Estava esperando se ia ter alguém com o celular, porque eu ia comer o fígado aqui. Na minha sala é proibido entrar com celular, no gabinete é proibido. Às vezes você está falando e fica olhando e as pessoas estão (olhando para o celular), não estão na reunião”, declarou o presidente brasileiro.

Lula, então, comentou sobre os hábitos de Trump, com quem ele estabeleceu uma relação mais próxima nos últimos meses.

O Conselho da Paz, para o qual Lula foi convidado, foi anunciado na sexta-feira e terá um grupo de países permanentes. Para ter acesso a esse assento, será preciso pagar uma taxa de US\$ 1 bilhão, segundo o convite enviado pelo governo Trump.

Putin

Donald Trump confirmou também que convidou o presidente russo Vladimir Putin para fazer parte do seu Conselho de Paz. “Sim, ele foi convidado”, respondeu Trump a um jornalista na Flórida que lhe perguntou se havia convidado Putin para se juntar à instituição.

Na mesma ocasião, Trump ameaçou impor tarifas de 200% sobre o vinho e o champanhe da França após o presidente do país, Emmanuel Macron, recusar seu convite para o “Conselho de Paz”. “Vou impor uma tarifa de 200% (...). E ele vai se juntar. Mas ele não precisa se juntar”, disse.

Diante da confirmação, o Reino Unido disse estar “preocupado” com o convite feito ao russo. “Estamos preocupados com as notícias de que Putin e Lukashenko poderiam ser membros deste conselho”, disse o porta-voz do primeiro-ministro Keir Starmer, referindo-se também ao aliado de Putin, o presidente bielorrusso Aleksandr Lukashenko. “Putin é o agressor em uma guerra ilegal contra a Ucrânia e tem demonstrado repetidamente que não leva a paz a sério”, acrescentou o porta-voz.

Zelenski

O presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, afirmou que também foi convidado para participar do conselho, mas que não se imagina participando ao lado de Putin. “Recebemos o convite; nossos diplomatas estão trabalhando nisso”, disse Zelenski aos jornalistas, antes de acrescentar que “é muito difícil imaginar” estar sentado ao lado da Rússia em qualquer tipo de conselho.

O Conselho de Paz de Trump prevê que o grupo comece discutindo a situação em Gaza e, posteriormente, amplie sua atuação para outros cenários de instabilidade. A iniciativa, no entanto, tem gerado questionamentos sobre uma possível sobreposição às atribuições da Organização das Nações Unidas (ONU).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

INTERNACIONAL - PRESIDENTE AMERICANO AFIRMA QUE NINGUÉM FEZ MAIS PELA OTAN DO QUE ELE

O presidente americano, Donald Trump, disse nesta terça-feira, 20, que ninguém fez mais pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) do que ele, além de afirmar que o grupo não trata os EUA “de forma justa”, sem citar a questão da Groenlândia.

“Se eu não tivesse chegado, não haveria Otan agora. Teria ficado no monte de cinzas da história”, comentou ele, em coletiva sobre balanço de seu primeiro ano no segundo mandato presidencial.

O republicano também voltou a dizer que acabou com “oito guerras”, e por isso deveria ter ganhado o Nobel da Paz.

“A Noruega controla o Nobel e isso é uma piada”, acrescentou. O prêmio, contudo, é concedido por um Comitê Nobel independente, e não pelo governo norueguês.

Ainda de acordo com Trump, as Nações Unidas nunca ajudaram os EUA a acabar com nenhuma guerra e sua administração conseguiu “reconstruir o setor militar” americano. “Conselho de Paz pode substituir as Nações Unidas”, defendeu o republicano.

O presidente também disse nesta terça que não irá comparecer a uma reunião do G7 na próxima quinta-feira, 22, em Paris, apesar de afirmar que tem um bom relacionamento com o primeiro-ministro inglês, Keir Starmer, e com o presidente da França, Emmanuel Macron.

“Eu me dou muito bem com eles, Starmer e Macron. Eles sempre me tratam bem, porém, ficam um pouco mais valentes quando eu não estou por perto”, disse Trump.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

INTERNACIONAL - GROENLÂNDIA TEM INTERVENÇÃO MILITAR E ALERTA POPULAÇÃO

De acordo com o primeiro-ministro Jens-Frederik Nielsen, não é possível descartar uma ação dos Estados Unidos na ilha

Do Estadão Conteúdo



As constantes ameaças de Trump e suas demonstrações de desejo de usar força militar preocupam as lideranças da Groenlândia

O primeiro-ministro da Groenlândia, Jens-Frederik Nielsen, disse nesta terça-feira, 20, que uma invasão americana é improvável, mas não pode ser descartada. Ele também apelou à população de cerca de 50 mil pessoas do território que pertence à Dinamarca que se prepare para esse cenário.

“Não é provável que a força militar seja usada, mas isso também não está descartado. Portanto, devemos estar preparados para todas as possibilidades”, disse Nielsen. “Enfatizamos que a Groenlândia faz parte da Otan, e, se houver uma escalada, isso também terá consequências para o mundo exterior.”

Nielsen também afirmou que a soberania da Groenlândia não está em discussão. “Se observarmos o setor de defesa, podemos ver que há muitos exercícios de países aliados e que há uma crescente tensão no Ártico. E não há dúvida de que precisamos de uma presença militar maior”, afirmou. “Mas falar sobre a posse da Groenlândia é inaceitável.”

O Pentágono não tem planos prontos para uma possível tomada militar da Groenlândia, disseram duas fontes do Departamento de Defesa. Eles falaram sob condição de anonimato para discutir assuntos operacionais.

Quando questionado em uma entrevista à NBC na segunda-feira se usaria a força para tomar a Groenlândia, Trump não descartou a possibilidade.

Embora os funcionários do Pentágono preparem-s/e para todos os tipos de contingências militares, eles ainda não receberam ordens para planejar uma invasão da Groenlândia ou as consequências de tal operação, disseram os funcionários.



A crise

As ameaças do presidente americano, Donald Trump, de anexar a Groenlândia cresceram nos últimos dias, depois que países europeus enviaram pequenos grupos de soldados à ilha para reforçar sua segurança. No fim de semana, Trump anunciou tarifas de 10% para esses países e tem radicalizado sua retórica em público e nas redes sociais.

Na madrugada de terça, ele vazou conversas particulares com líderes europeus nas redes sociais, o que irritou as principais autoridades europeias. Trump diz que precisa anexar a Groenlândia por questões de segurança que envolvem conter a influência russa e chinesa no Ártico.

Os EUA mantêm desde a 2ª Guerra uma presença militar na ilha e ainda operam a base de Pituffik. Um tratado de 1951 com a Dinamarca prevê que as bases desmobilizadas podem ser reativadas se a Casa Branca assim preferir.

Apoio

A União Europeia manifestou apoio firme à Groenlândia e à Dinamarca na defesa de sua soberania e integridade territorial. Em discurso no Parlamento Europeu, a chefe da diplomacia do bloco, Kaja Kallas, afirmou que “a soberania não é moeda de troca” e que “nenhuma ameaça ou tarifa mudará o fato de que a Groenlândia pertence ao seu povo”.

Segundo Kallas, a resposta europeia deve ser “calma, unida e baseada no direito internacional”. Ela ressaltou que nenhum país tem o direito de se apropriar do território de outro e alertou que pressões externas apenas enfraquecem a prosperidade compartilhada entre Europa e EUA. “Não temos interesse em escolher uma briga, mas vamos sustentar nossa posição”, disse, acrescentando que a UE dispõe de instrumentos para proteger seus interesses.

A dirigente destacou que as discussões sobre o futuro da Groenlândia ocorrem diretamente entre Copenhague e Nuuk, classificando esse diálogo como o comportamento esperado entre aliados responsáveis. Também reiterou o papel da UE como parceira próxima da ilha, citando cooperação em educação, capacitação e desenvolvimento sustentável, além da proposta de dobrar o apoio financeiro no próximo orçamento plurianual do bloco.

Kallas observou ainda que o Ártico se tornou uma nova fronteira de competição geoestratégica, com riscos crescentes de expansão da presença da Rússia e da China à medida que o gelo derrete. Segundo ela, eventuais preocupações de segurança devem ser tratadas no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026

INTERNACIONAL - PARLAMENTO EUROPEU SUSPENDERÁ ACORDO COMERCIAL UE-EUA

Em meio à tensão sobre Groenlândia, existe um “consenso majoritário” entre os grupos políticos para congelar o tratado

Do Estadão Conteúdo

O Parlamento Europeu suspenderá o acordo comercial entre a União Europeia e os Estados Unidos, em meio às crescentes tensões envolvendo a Groenlândia, segundo a mídia internacional. Fontes afirmaram à BBC que o anúncio sobre a suspensão deverá acontecer ainda nesta quarta-feira, dia 21.

Os parlamentares europeus deveriam votar a aprovação do acordo entre os dias 26 a 27 de janeiro, conforme a Reuters. O entendimento comercial contava com uma aprovação ampla dos partidos políticos do bloco comum e seus termos incluíam a eliminação de tarifas da União Europeia sobre importações de bens norte-americanos.

Mas agora existe um “consenso majoritário” entre os grupos políticos para congelar o acordo comercial UE-EUA, afirmou a presidente do partido S&D (Social-Democrata), Iratxe García Pérez, em declaração à imprensa, de acordo com a AFP.

Presidente do grupo centrista Renovação, Valerie Hayer disse a repórteres que a suspensão da aprovação enviará uma mensagem “forte” de descontentamento para a Casa Branca e deixará empresas dos EUA que não queiram perder acesso ao mercado europeu em estado de alerta, conforme o Le Monde.

Líder do Partido Popular Europeu, bloco conservador e o maior do parlamento, Manfred Weber também já havia sinalizado que concordaria com a suspensão, em publicação no X durante o fim de semana.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/01/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

MINISTÉRIOS PÚBLICOS DE AO MENOS 6 ESTADOS ABREM INQUÉRITO PARA APURAR APLICAÇÕES NO BANCO MASTER

Maior montante investido foi verificado no Rio, pelo Rioprevidência, que fala em aporte de R\$ 970 milhões em LFs. Nos cálculos do Tribunal de Contas do Estado (TCE), valor chegaria a R\$ 1,2 bilhão

Por Letícia Lopes — Rio de Janeiro



Fachada da sede do Banco Master — Foto: Reprodução / TV Globo

Ministérios Públicos de ao menos seis estados (Alagoas, Amapá, Amazonas, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo) abriram inquéritos para investigar aportes milionários de dois fundos previdenciários estaduais e outros cinco municipais no Banco Master, liquidado pelo Banco Central (BC) em novembro em meio a uma crise aguda de liquidez e a uma investigação de fraudes da Polícia Federal (PF).

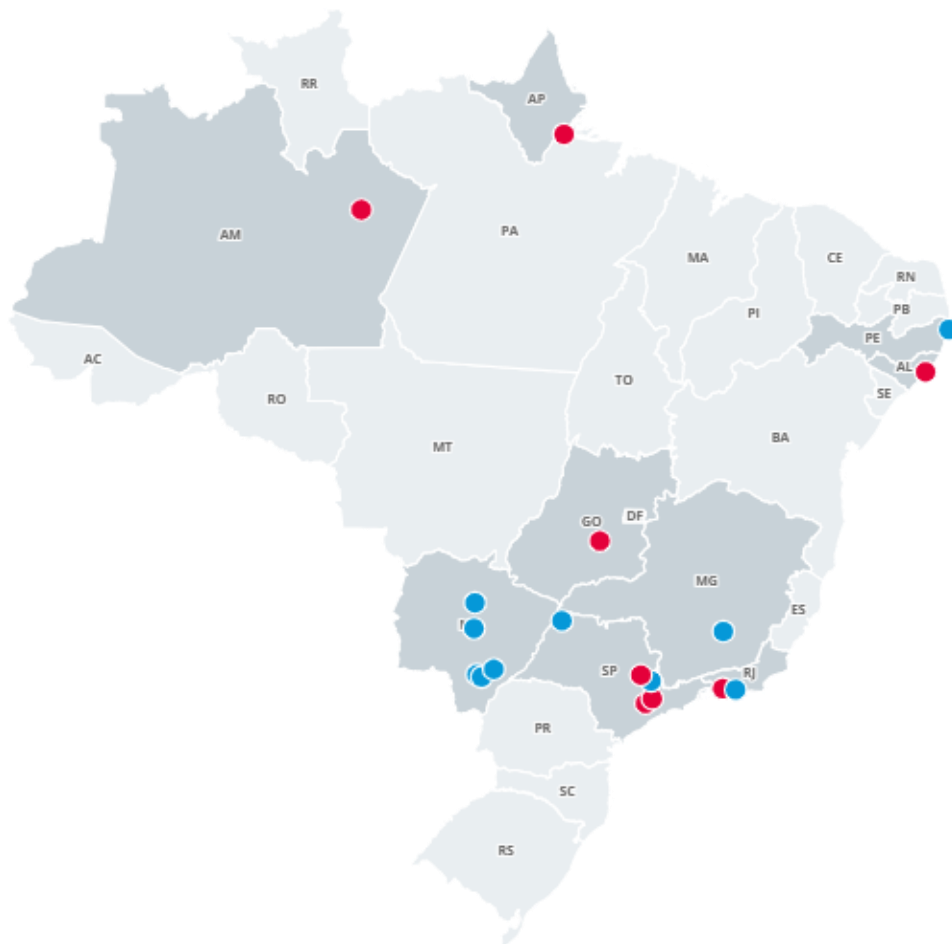
Em três cidades, sindicatos que representam servidores recorreram à Justiça ou pediram abertura de sindicâncias a prefeituras sobre os aportes.

No total, 18 entidades de regimes próprios de previdência — três estaduais e 15 municipais — aplicaram recursos dos fundos que garantem a aposentadoria de funcionários públicos em letras financeiras (LFs) do Master, títulos que não têm garantia.

No Rio, o Ministério Público estadual (MP-RJ) abriu inquérito civil sobre aplicação do instituto previdenciário de Itaguaí para apurar eventual risco de prejuízo e possível responsabilização dos agentes. Os promotores cobram informações e documentos do Itaprevi mas, segundo o MP, as respostas “não contemplaram integralmente os pedidos”.

Procurado, o instituto afirmou que encaminhou “toda a documentação disponível” dos investimentos feitos.

O maior montante investido no Master foi verificado no Rio, pelo Rioprevidência, que fala em aporte de R\$ 970 milhões em LFs. Nos cálculos do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o montante chegaria a R\$ 1,2 bilhão.



No último dia 16, o MP-RJ solicitou esclarecimentos ao fundo do governo estadual e ao liquidante do Master, que terão 15 dias para detalhar medidas tomadas para recuperar os valores aplicados. Esse estágio não constitui inquérito, só pedido de dados.

Segundo o MP, o pedido foi feito após o liquidante do Master recusar proposta de substituição dos investimentos por precatórios (dívidas judiciais) estaduais e federais, o que os gestores do fundo consideravam como alternativa para reduzir riscos e viabilizar a recuperação de recursos.

Em 2025, promotores recomendaram a exoneração de servidores do Rioprevidência investigados pelos aportes. O pedido foi atendido pelo governo fluminense.

Em nota, o fundo afirmou que está resguardado por decisão judicial que reteve R\$ 970 milhões que seriam repassados ao Master e disse que as tratativas com o liquidante do banco “não foram esgotadas”.

No Amapá, o Ministério Público (MP-AP) instaurou procedimento para apurar aplicação de R\$ 400 milhões pelo Amapá Previdência (Amprev). Segundo a promotoria, o processo está em fase inicial e sob sigilo de Justiça.

Em nota, a direção do Amprev afirmou que os investimentos foram feitos “em consonância com as normas” de autoridades como o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Ministério da Previdência Social, e que a promotoria não verificou prejuízo ao fundo.



Cenário semelhante em Goiás, onde o MP-GO investiga os R\$ 40 milhões que o instituto previdenciário da prefeitura de Aparecida de Goiânia investiu no Master. Os autos tramitam sob sigilo. A prefeitura da cidade não retornou contato do GLOBO.

Em Maceió, as investigações do MP-AL estão em estágio inicial. O instituto de previdência da capital alagoana aplicou R\$ 97 milhões no Master. Em nota, afirmou que o procedimento do MP pode ser “oportunidade para demonstrar a regularidade dos investimentos”, e que os pagamentos a aposentados e pensionistas “estão absolutamente garantidos”. O instituto disse adotar providências para recuperar o valor aplicado, sem detalhar.

Ações na Justiça

No Amazonas, o MP-AM instaurou investigação para apurar possíveis irregularidades nos aportes do Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas (Amazonprev), que podem envolver até R\$ 300 milhões, incluindo as aplicações de R\$ 50 milhões no Master. “O procedimento tramita em sigilo, razão pela qual não há informações detalhadas sobre a investigação”, disse o MP.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado (Sinteam), que representa 35% dos servidores amazonenses, avalia denunciar o caso ao MP do Trabalho (MPT-AM). O Amazonprev não comentou.

— O Amazonprev se pronunciou dizendo que não houve prejuízo, já que o investimento deu lucro, mas não há informações sobre a retirada dos valores após suposto lucro — diz Vanessa Antunes, diretora de Finanças do sindicato.

Em Cajamar, na Grande São Paulo, servidores foram à Justiça para obrigar o município a explicar os R\$ 87 milhões aplicados em LFs do Master pelo fundo previdenciário municipal. O montante representa 12% do patrimônio do fundo.

Como mostrou a coluna Capital, do GLOBO, além da prefeitura e do Instituto de Previdência Social dos Servidores de Cajamar (IPSSC), são alvos do inquérito gestores municipais, o Master e Vorcaro. A ação pedia, em tutela de urgência, a indisponibilidade de bens dos envolvidos e o afastamento cautelar de gestores do IPSSC, sob alegação de gestão temerária de recursos.

A Justiça negou, alegando que a liminar seria precipitada por não estarem “suficientemente delineados os pressupostos necessários”. Mas o juiz Marcelo Henrique Mariano, da 2ª Vara de Cajamar, mandou que as circunstâncias dos aportes no Master fossem explicadas. Ele deu dez dias, a partir do último dia 7, para que o IPSSC apresente documentos como a política de investimentos em 2023 e 2024 e manifestação sobre os fatos relatados na ação, além de apresentar as medidas já adotadas.

Já o município de Cajamar terá que apresentar manifestação da procuradoria do município sobre os investimentos e “cópia do procedimento administrativo de contratação da consultoria responsável pela orientação” das aplicações.

Em nota, o IPSSC e a Prefeitura de Cajamar dizem que a situação envolvendo o Master “não afeta e não afetará o pagamento das aposentadorias e pensões” dos servidores e que os investimentos realizados “seguiram rigorosamente a legislação vigente à época, bem como as normas dos órgãos reguladores”.

A Prefeitura de Cajamar informou que “acompanha o caso e, respeitada a autonomia do IPSSC, adotará todas as medidas cabíveis para a proteção do patrimônio previdenciário dos servidores”.

Em São Roque (SP), o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais pediu acesso a documentos e explicações ao São Roque Prev sobre o aporte de R\$ 93,1 milhões no Master, 16% do patrimônio da entidade. Segundo o sindicato, a resposta foi superficial, e o caso foi levado ao MP-SP, onde já existe inquérito civil. Segundo a promotoria, a investigação aguarda dados do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP).



— Queremos documentos. Vamos entrar como terceiro interessado no inquérito. Tudo está fechado em copas — diz Patrícia Bueno Lisboa, presidente do sindicato.

O São Roque Prev informou que respondeu dois protocolos do sindicato e não recebeu apontamento do MP-SP e do TCE-SP. O instituto instaurou apuração interna para avaliar caminhos legais possíveis e diz ter pedido habilitação de crédito dos investimentos feitos ao liquidante do Master.

O MP-SP investiga aporte de R\$ 29 milhões do Araprev, instituto previdenciário de Araras, no Master. O sindicato de servidores pediu à prefeitura uma sindicância, mas, diz o líder da entidade, José Raul dos Santos, não foi atendido. A Prefeitura de Araras informou que a apuração está em curso.

Regulação das entidades

O temor de servidores públicos de estados e cidades cujos fundos de previdência investiram em letras financeiras do Banco Master — dada a falta de garantia desses títulos e o risco dos valores não serem recuperados em meio a crise do banco, agora liquidado — criam uma “janela de oportunidade” para que a regulação e a fiscalização da gestão dessas entidades públicas sejam revistas, avaliam especialistas ouvidos pelo GLOBO.

Professor da FGV Direito SP, Cleveland Prates lembra que cabe à Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social a fiscalização desses institutos, que se enquadram no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Ele defende que a pasta amplie as exigências de governança interna das entidades com a presença de agentes independentes de fiscalização, e pondera que é preciso fiscalização ativa quanto à capacitação técnica de quem compõe as instituições, ou seja, de quem toma decisões para a alocação dos recursos.

— Não sabemos o que temos em cada instituto em termo de governança, mas nitidamente o que é exigido hoje falhou — analisa. — No passado, tivemos problemas com fundos de empresas estatais, mas de lá para cá tudo mudou. O grau de exigência e de fiscalização aumentou muito. Outro ponto é que, supostamente, esses fundos precisam ser auditados. É preciso apurar.

Além do Ministério da Previdência, Prates destaca a importância do acompanhamento dos fundos pelos tribunais de contas. No caso das cidades, só o Rio de Janeiro e São Paulo têm tribunais de contas municipais. Nos outros milhares de municípios, esse acompanhamento fica a cargo dos tribunais de contas estaduais (TCEs) ou dos tribunais de contas dos municípios, existentes apenas nos estados da Bahia, Goiás e Pará.

Anac: Aviação bate recorde com 130 milhões de viajantes em aeroportos brasileiros em 2025
Já para Eduardo Dotta, professor de Direito do Mercado Financeiro do Insper, o caso serve de lição para que fundos públicos de previdência aumentem a cautela na gestão dos recursos e sejam minuciosos no cumprimento das normas, sobretudo a desconfiança com ofertas de remuneração elevada.

Ele também aponta para a necessidade de renovação das normas, inclusive com a vinculação dos gestores aos investimentos, aumentando a responsabilidade em casos de problemas:

— Claro que isso já pode acontecer, existe base legal, mas pode haver um reforço. É preciso fiscalização constante, porque estamos tratando da aposentadoria das pessoas.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 21/01/2026

PARLAMENTO EUROPEU APROVA LEVAR ACORDO ENTRE UE E MERCOSUL À JUSTIÇA

Segundo jornal francês, parlamentares podem levar um ano e meio para aprovação final do tratado

Por AFP — Estrasburgo



Membros do Parlamento Europeu participam de uma votação durante uma sessão plenária realizada nesta terça-feira, em Estrasburgo, no leste da França — Foto: Frederick Florin/AFP

O Parlamento Europeu encaminhou nesta quarta-feira à Justiça do bloco o acordo de livre comércio firmado pela União Europeia com o Mercosul, após uma votação realizada em Estrasburgo. A decisão, adotada por 334 votos a favor, 324 contra e 11 abstenções, significa que o Tribunal de Justiça da UE, com sede em Luxemburgo, deverá analisar se o acordo recentemente assinado no Paraguai respeita os tratados do bloco dos 27.

— Segundo nossa análise, as questões levantadas pelo Parlamento nesta moção não são justificadas
— criticou um porta-voz da Comissão Europeia, Olof Gill.

A decisão adia por vários meses a aplicação formal do tratado, embora a Comissão Europeia possa, ainda assim, implementá-lo de forma provisória. De acordo com o jornal francês Le Monde, o acionamento do tribunal pode adiar em um ano e meio a votação global do Parlamento Europeu sobre a ratificação do tratado firmado com Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Para que o acordo comercial entre efetivamente em vigor, necessita da aprovação do Parlamento Europeu e de cada um dos parlamentos dos países signatários do Mercosul.

O acordo, que cria uma das maiores zonas de livre-comércio do mundo, deve permitir que a UE exporte mais carros, máquinas, vinhos e bebidas alcoólicas para a América Latina, ao mesmo tempo em que facilita a entrada na Europa de carne bovina, aves, açúcar, arroz, mel e soja sul-americanos.

O COMÉRCIO ENTRE OS DOIS BLOCOS

Principais produtos exportados pelo Mercosul

% do total



Produtos agrícolas

42,7%



Minerais

30,5%



Papel e celulose

6,8%

As exportações **de bens do Mercosul para a UE** somaram **€ 57 bilhões** em 2024

As exportações **de serviços do Mercosul para a UE** somaram **€ 13,1 bilhões** em 2023

Principais produtos exportados pela UE

% do total



Máquinas e equipamentos

28,1%



Produtos químicos e farmacêuticos

25%



Equipamentos de transporte

12,1%

As exportações da **UE para o Mercosul** somaram **€ 53,3 bilhões** em 2024

As exportações de **serviços da UE para o Mercosul** somaram **€ 28,5 bilhões** em 2023

Fonte: FMI e UE

— Foto: Arte O Globo

Agricultores comemoram em frente ao Parlamento

Em frente à sede do Parlamento Europeu em Estrasburgo, centenas de agricultores — com seus tratores — reunidos antes da votação explodiram em júbilo.

“Podemos nos orgulhar (...). Estamos entusiasmados; há meses e meses, anos, trabalhando nesse tema”, disse Quentin Le Guillous, secretário-geral da organização francesa Jovens Agricultores.

Minutos depois, o ministro francês das Relações Exteriores, Jean-Noël Barrot, celebrou a decisão dos eurodeputados e considerou que a Eurocâmara “se expressou de forma coerente com a posição” da França.

— A França assume dizer ‘não’ quando é preciso, e muitas vezes a história lhe dá razão — comentou.

A França liderou a resistência ao acordo por suas consequências para o setor agrícola francês. Já o chefe de governo da Alemanha, Friedrich Merz, afirmou na rede X que a Eurocâmara “falhou em reconhecer a situação geopolítica” e defendeu a aplicação provisória do acordo.

SAIBA MAIS SOBRE O ACORDO ENTRE UE E MERCOSUL



MERCOSUL + UNIÃO EUROPEIA (UE)



Países

Brasil; Argentina; Bolívia*; Paraguai; Uruguai; Bélgica; Bulgária; República Tcheca; Dinamarca; Alemanha; Estônia; Irlanda; Grécia; Espanha; França; Croácia; Itália; Chipre; Letônia; Lituânia; Luxemburgo; Hungria; Malta; Holanda; Áustria; Polônia; Portugal; Romênia; Eslovênia; Eslováquia; Finlândia; Suécia



PIB agregado

US\$ 22,341 trilhões



População agregada

721 milhões de habitantes*



O Mercosul é o **décimo maior parceiro comercial** da UE

A UE respondeu por **16,8% do comércio total de bens** do Mercosul em 2024; o bloco é o segundo maior parceiro comercial do Mercosul, atrás da China e na frente dos EUA

* População agregada subirá para 731 milhões quando a Bolívia terminar a adesão como membro pleno do Mercosul, processo em curso.

Fonte: FMI e UE

— Foto: Arte O GLOBO

Após mais de 25 anos de negociações, a UE e o Mercosul assinaram em 17 de janeiro, em Assunção, o acordo que cria uma das maiores zonas de livre comércio do mundo. O tratado elimina tarifas sobre mais de 90% do comércio bilateral e favorece as exportações europeias de automóveis, máquinas, vinhos e bebidas alcoólicas para Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, países fundadores do Mercosul.

Em contrapartida, facilita a entrada na Europa de carne, açúcar, arroz, mel e soja sul-americanos. A previsão é que as exportações da UE para o Mercosul cresçam 39% e que o Mercosul exporte 17% a mais para o bloco.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/01/2026

PROJETO DA MAIOR USINA TERMELÉTRICA DO PAÍS É VETADO PELO IBAMA POR FALTA DE INFORMAÇÕES CONCLUSIVAS

Usina Termelétrica São Paulo seria construída em Caçapava e era alvo de protestos de ambientalistas; Fiocruz apontava ameaças à saúde

Por Lucas Altino — Rio de Janeiro



Protestos feitos contra o projeto durante as audiências públicas — Foto: Divulgação / Instituto Arayara

O projeto do que seria a maior usina termelétrica do país e da América latina, em Caçapava (SP), foi vetado pelo Ibama. Nesta quarta (21), o Instituto indeferiu o pedido de licença prévia do empreendimento, alegando diversas pendências técnicas, incluindo falta de informações confiáveis sobre impactos de poluição, que impediam uma avaliação conclusiva. A obra vinha sendo alvo de protestos de institutos ambientalistas por causa dos riscos socioambientais. Um trabalho da Fiocruz identificou o projeto como potencial ameaça à saúde da população local.

Essa negativa veio após a segunda solicitação do Ibama de complementações ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Com isso, o instituto recomendou o arquivamento do processo de licenciamento. Procurada, a Natural Energia, responsável pelo projeto, ainda não se manifestou.

A chamada Usina Termelétrica São Paulo, de responsabilidade da Termoelétrica São Paulo Geração de Energia S.A., da empresa Norte Energia, chegou a ser considerada o maior projeto de termelétrica do país, por prever capacidade de geração de 1,74 Gigawatts (GW), volume superior ao de qualquer planta em funcionamento na América Latina. Essa capacidade é quase a mesma da UTE GNA II, no Porto do Açu (RJ), inaugurada ano passado e anunciada como a atual maior do Brasil, com capacidade de 1,7 GW e a bastecer 8 milhões de residências, reforçando a segurança e a confiabilidade do sistema elétrico nacional.

As tentativas de construção da Usina Termelétrica São Paulo se arrastam há alguns anos. Em 2024, a justiça federal suspendeu o processo de licenciamento pela falta de apresentação de certidão de uso e ocupação do solo por parte da empresa. Depois, audiências públicas foram realizadas, mas agora o pedido de licença prévia foi negado pelo Ibama.

A usina seria construída em um bairro no limite entre Caçapava e Taubaté, em uma área de 260 mil m², ou 25 hectares, o equivalente a 35 campos de futebol. A Natural Energia alegava que o projeto geraria até 2 mil empregos e serviria para abastecer a energia de até 8 milhões de pessoas.

A previsão era queimar 6 milhões de m³ de gás por dia, retirados do pré-sal pela Petrobras. Essa alta geração de poluentes, o alto consumo de água, e a instalação da usina em um vale entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira, o que dificulta a dispersão da poluição, foram alvo de protestos ambientalistas.

Na justificativa para a negativa da licença, a Diretoria de Licenciamento do Ibama alegou que, mesmo após o envio dos estudos por parte da empresa, ainda havia "pendências técnicas que impedem uma manifestação conclusiva" em relação à "viabilidade ambiental do projeto".

A falta de informações confiáveis afetava, segundo o Ibama, "alternativas locacionais, modelagens atmosféricas, disponibilidade hídrica e impactos térmicos, consistência da caracterização dos efluentes, diagnósticos de flora e fauna, riscos tecnológicos, impactos socioeconômicos e estruturação de programas ambientais". Além disso, a Certidão Municipal de Uso e Ocupação do Solo apresentada estava vencida.

Ameaça à saúde

Na sua pesquisa Mapa de Conflitos, a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), da Fiocruz, indicou a usina como uma potencial ameaça a moradores e agricultores familiares com emissões que agravam a crise climática. Segundo o instituto, a usina poderia alterar ciclo reprodutivo da fauna, causar poluições diversas, contaminação química e até a geração de doenças.

Para o Instituto Internacional Arayara, que acompanha o licenciamento de projetos térmicos no país e atua na agenda de transição energética, a decisão do Ibama reforça o papel do licenciamento ambiental como instrumento técnico e preventivo.

— O indeferimento da licença da UTE São Paulo mostra que o órgão ambiental manteve critérios técnicos rigorosos e barrou um projeto que não conseguiu demonstrar sua viabilidade ambiental, mesmo após sucessivas oportunidades de complementação -- afirma o Dr. Juliano Bueno de Araújo, Diretor Presidente do Instituto Internacional Arayara. -- Não houve respostas adequadas sobre os riscos que impõe ao território e à população.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/01/2026

STF DISCUTE SAÍDAS PARA CONTER DESGASTE COM TOFFOLI NO CASO BANCO MASTER

Entre medidas criticadas, ministro encurtou prazo para Polícia Federal colher depoimentos

Por Mariana Muniz — Brasília



Dias Toffoli no Plenário do STF durante julgamento sobre responsabilização das redes sociais — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

Em meio ao imbróglio envolvendo as investigações do Banco Master, integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF) estão conversando sobre uma solução para tentar diminuir o incômodo gerado pela condução do caso pelo ministro Dias Toffoli.

A atuação dele gerou críticas por parte de agentes da Polícia Federal e de investigadores ligados às apurações por episódios como redução do prazo para depoimentos e indicação. Há também um desgaste interno para a Corte, com magistrados questionando procedimentos adotados pelo relator.

De acordo com interlocutores do STF ouvidos pelo GLOBO, entre as alternativas para conter a crise estaria uma declaração de suspeição de Toffoli provocada pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Outro caminho apontado como saída seria o encaminhamento das investigações para a primeira instância, a partir de eventual conclusão de que não haveria necessidade de manter o caso na Corte em razão de foro privilegiado.

Por outro lado, ministros do Supremo avaliam como muito improvável que Toffoli, por iniciativa própria, se declare impedido ou suspeito de atuar no caso.

O cenário visto como mais provável, contudo, é que a tramitação do caso siga como está atualmente: com Toffoli e no STF. A análise é que, com o passar do tempo, a pressão sobre o tema diminua.

Código de conduta

Outra alternativa para conter a crise apontada por quem acompanha os bastidores do Supremo é a aprovação do código de conduta para ministros de tribunais superiores. A avaliação feita é que o tema ganhou corpo e poderia ser uma resposta às críticas feitas à atuação do tribunal no caso Master. O GLOBO mostrou que a articulação em torno da aprovação do conjunto de regras tem mobilizado o presidente da Corte, Edson Fachin, mesmo durante o recesso do Judiciário.

A PGR já foi provocada sobre a suspeição de Toffoli, mas por terceiros. Na segunda-feira, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, foi acionado pelo senador Eduardo Girão (Novo-CE) para avaliar a atuação de Toffoli no caso. A representação pede que a PGR analise se há conflito de interesses e eventual suspeição do ministro para conduzir o caso. No passado, a PGR já lançou mão do expediente do impedimento de ministro do STF, mas o caso não avançou.

Como mostrou O GLOBO, entre os pontos que mais geraram incômodo entre colegas está o embate gerado com a PF na condução das investigações. O clima de atrito ficou evidente depois que Toffoli reduziu o prazo para os investigadores colherem depoimentos dos investigados de cinco para dois dias, com o argumento de que os interrogatórios estavam autorizados desde dezembro e que havia limitações operacionais no STF para realizá-los. O ministro pediu ainda que a Polícia Federal apresentasse um novo calendário de depoimentos.

Outro ponto de atrito ocorreu em torno da destinação e análise de provas apreendidas na segunda fase da Operação Compliance Zero. Toffoli inicialmente determinou que todo o material fosse lacrado e mantido sob custódia do STF, antes de autorizar que peritos indicados por ele fossem integrados ao processo de extração de dados, sob a chancela da PGR.

O Master foi liquidado extrajudicialmente pelo Banco Central em novembro de 2025, após a identificação de irregularidades em operações financeiras. As investigações conduzidas pela PF apuram indícios de fraudes e eventuais crimes financeiros envolvendo a instituição e seus dirigentes.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/01/2026

MASTER: MULHER DE ALEXANDRE DE MORAES ATUA EM CASO ENVIADO PARA TOFFOLI NO STF

Escritório de Viviane Barci de Moraes representa banco de Vorcara em processo que tramitava na Justiça Federal e foi remetido à Corte

Por Johannis Eller



O ministro Alexandre de Moraes ao lado de sua esposa, Viviane Barci de Moraes, durante cerimônia de posse na presidência do TSE — Foto: Isac Nóbrega/PR

A decisão sigilosa da Justiça Federal de São Paulo que encaminhou ao ministro Dias Toffoli o processo que investiga os empresários Nelson Tanure e Gilberto Benevides por insider trading em operações da Gafisa revela que o Banco Master está entre as partes interessadas do inquérito e é representado no caso pelo escritório de Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. A advogada firmou com o banco de Daniel Vorcara um contrato de R\$ 129 milhões.

A informação consta na decisão da juíza federal Maria Isabel do Prado, assinada na noite do último dia 16. Além de Viviane, dois filhos do magistrado do STF estão entre os profissionais do escritório Barci de Moraes que atuam em nome do Master, Alexandre e Giuliana.



O caso foi remetido ao Supremo em função das conexões entre o processo da construtora e o das fraudes no Banco Master, citadas na denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) contra Tanure e Benevides em dezembro e admitidas posteriormente pela defesa do primeiro empresário, que também é investigado no caso do Master.

A instituição liquidada pelo Banco Central em novembro passado figura como terceiro interessado, ou seja, uma pessoa física ou jurídica que não consta na relação processual inicial, mas tem legítimo interesse jurídico caso a decisão final da Justiça tenha o potencial de afetar seus direitos.

Vorcaro e o Master não foram denunciados pelo MPF no caso da Gafisa, mas as investigações relacionadas às supostas operações irregulares de Tanure e Benevides na construtora miraram gestoras como a Trustee e Planner e fundos investigados no âmbito do banco. Por esse motivo, os interesses do banqueiro e da instituição liquidada podem ser impactados no decorrer do processo no STF.

Caso o inquérito chegue ao plenário da Corte, o caso relatado por Toffoli poderá ser votado por Alexandre de Moraes, marido da advogada do Master, quando estes interesses estariam em jogo.

Também figuram como terceiros interessados o investidor Vladimir Joelsas Timerman, acionista da Gafisa cuja denúncia sobre as movimentações suspeitas na empresa deu origem ao processo, sua gestora, a Esh Capital, a própria construtora e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como revelamos no blog em dezembro, o contrato entre o escritório Barci de Moraes, cuja sócia-controladora é Viviane, e o Master, apreendido na primeira fase da Compliance Zero, conta com um escopo bastante amplo e não especifica uma única causa ou processo. Fica claro apenas o propósito de representar o banco onde for necessário.

A decisão da Justiça Federal de São Paulo, assinada pela juíza Maria Isabel do Prado, sinaliza que os serviços de advocacia continuam sendo prestados por Viviane após a liquidação do Master. O acerto previa o pagamento de quase R\$ 130 milhões caso o contrato fosse cumprido integralmente, o que não ocorreu em função do desmantelamento da instituição por determinação do BC.

Em mensagens obtidas pelos investigadores, Vorcaro deixava claro em mensagens enviadas para auxiliares que os desembolsos para o escritório de Viviane eram prioridade total do Master e não podiam deixar de ser feitos em hipótese alguma.

Procurado para comentar, o escritório Barci de Moraes e Viviane não retornaram o contato da equipe da coluna. O espaço segue aberto.

Nós também abrimos espaço para a defesa de Daniel Vorcaro, que optou por não se manifestar.

Como mostramos no blog na última segunda-feira, Viviane representou o Banco Master em outro processo – uma queixa-crime de calúnia e difamação movida pelo banqueiro e sua instituição em outubro de 2024 contra Timerman, o fundador e gestor da Esh Capital. Vorcaro e o Master perderam em todas as instâncias e ainda foram condenados na Justiça de São Paulo a pagar os honorários de Timerman.

O acórdão do processo no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) no qual Vorcaro e seu banco saíram derrotados, foi publicado nesta semana e também traz a própria Viviane Barci de Moraes e os filhos Alexandre e Giuliana como os advogados do processo, entre outros integrantes do escritório.

Entenda o caso Gafisa

Segundo a denúncia do MPF, Nelson Tanure teria operado para inflar o valor de mercado da incorporadora Upcon, que até então pertencia a Gilberto Benevides, com o objetivo de reunir mais ações com poder de voto na Gafisa após a compra da segunda companhia, o que se deu através do repasse de ações e não com recursos do caixa da construtora.

Ainda segundo o MPF, Tanure teria feito uso de offshores e fundos de investimento para ocultar a proporção real de sua participação na Gafisa enquanto dissimulava a origem do dinheiro das operações realizadas para incrementar artificialmente o valor da Upcon. Com isso, na prática, o empresário ampliou seu controle sobre a empresa e ainda emplacou Benevides no conselho de administração da Gafisa.

O cruzamento entre as duas investigações se daria justamente no âmbito das gestoras e fundos no centro das operações suspeitas. Nelson Tanure foi alvo da segunda fase da operação Compliance Zero, teve os bens bloqueados por determinação de Toffoli no Supremo e é apontado pela PF e pela Procuradoria como o “sócio oculto” do Master.

Na decisão de sexta passada, a juíza federal de São Paulo que declinou a competência do caso da Gafisa para o STF destacou que a denúncia do MPF contra Tanure relata operações financeiras similares às investigadas no contexto do banco de Vercaro.

“Além dos aspectos subjetivos atinentes à vinculação de Nelson Tanure com o Banco Master e as demais instituições financeiras e fundos de investimentos supracitados, a narrativa constante na denúncia descreve modus operandi semelhante ao investigado na Operação Compliance Zero, consistente na emissão de títulos fraudulentos, visando à obtenção de vantagem indevida”, escreveu Maria Isabel do Prado.

Em outro trecho da decisão, a magistrada argumenta que os indícios de ligação entre os inquiridos são suficientes para a mudança de competência, ainda que a Justiça Federal de São Paulo não tenha acesso ao conteúdo das investigações do caso Master.

“Embora este Juízo não detenha acesso à Operação Compliance Zero, que tramita sob sigilo, os elementos constantes nos presentes autos, aliados à denúncia e à manifestação da defesa do acusado Nelson Tanure, evidenciam indícios de conexão intersubjetiva e/ou probatória suficiente a recomendar a reunião das investigações, em observância aos princípios da eficiência, da economia processual e da racionalização da persecução penal”, pontuou a juíza.

Embora reconheça conexão entre as duas investigações, Tanure afirma nunca ter sido controlador do Master e “tampouco seu sócio, ainda que minoritário, direta ou indiretamente, inclusive por meio de opções, instrumentos financeiros, debêntures conversíveis em ações ou quaisquer mecanismos equivalentes”.

Ainda segundo nota divulgada pelo empresário, as operações dele no banco de Vercaro se deram na condição de cliente ou aplicador em “aplicações financeiras, operações de crédito, gestão de fundos e aquisição de participações societárias, sem qualquer ingerência na gestão” do Master e de acordo com a legislação e regulamentação brasileiras, sem “participação” ou “conhecimento” das relações mantidas pelo banco com instituições terceiras.

“Há bastante tempo vínhamos reduzindo gradualmente nossa exposição ao referido banco. Neste momento, os valores eventualmente remanescentes correspondem a perdas suportáveis, próprias de operações de tomadores de risco”, completa Tanure.

Em relação às investigações que envolvem seu nome na Justiça, o empresário diz, por sua vez, que permanece à disposição das autoridades e da Justiça para cooperar” e que “ficará comprovado” que suas relações com o Master “foram integralmente lícitas”.

Leia a íntegra da nota do advogado de Nelson Tanure, Pablo Naves Testoni, sobre o elo entre o empresário e o Master apontado pela PF e pelo MPF:

O empresário Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure, que tem décadas de experiência profissional no mercado de valores mobiliários, jamais enfrentou qualquer processo criminal em razão de suposta prática delitiva no contexto das empresas em que é ou foi acionista.

Nesse sentido, e não tendo qualquer relação de natureza societária com o Banco Master S/A, do qual foi cliente nos últimos anos, nas mesmas condições em que é igualmente atendido por outras instituições financeiras conhecidas do mercado, o empresário Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure informa que a única medida que lhe foi imposta se resumiu à apreensão de seu aparelho de telefone celular, de modo que com isso o empresário tem certeza de que no decorrer das apurações promovidas pelo STF restará definitivamente demonstrada a inexistência de qualquer pretensa prática ilícita oriunda dessa relação.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/01/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

TRUMP DIZ QUE 'NINGUÉM PODE DEFENDER A GROENLÂNDIA COMO OS EUA', MAS DESCARTA USAR FORÇA NA ILHA

O presidente americano criticou a União Europeia (UE) e o Canadá e disse que 'salvou' a Otan

Por Redação

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, dedicou a maior parte de seu discurso no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, na manhã desta quarta-feira, 21, à Groenlândia, e criticou países europeus e a Otan. O republicano apontou que apenas os EUA podem defender a ilha e precisam do território por "questões de segurança nacional".

Apesar disso, Trump disse que não fará o que muitos líderes mundiais temem: usar a força para obter a Groenlândia. "Provavelmente não conseguiremos nada a menos que eu decida usar força excessiva, algo que nos tornaria, francamente, imparáveis", disse Trump. "Mas eu não farei isso. Essa é provavelmente a declaração mais importante, porque as pessoas pensavam que eu usaria a força. Eu não preciso usar a força. Eu não quero usar a força. Eu não usarei a força. Tudo o que os Estados Unidos estão pedindo é um lugar chamado Groenlândia."

Trump apontou que a ilha fica "no meio do caminho" entre China, Estados Unidos e Rússia e que quer garantir a posse do território para explorar os minerais críticos do local e acabar com supostas ameaças de Moscou e Pequim.



O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, discursa em Davos, na Suíça Foto: Evan Vucci/ AP

"Tenho enorme respeito tanto pelo povo da Groenlândia quanto pelo povo da Dinamarca", disse Trump. "Mas todo aliado da Otan tem a obrigação de ser capaz de defender seu próprio território. E o fato é que nenhuma nação ou grupo de nações está em condições de garantir a segurança da Groenlândia, a não ser os Estados Unidos."

O argumento explícito de Trump é que a Alemanha invadiu a Dinamarca na 2ª Guerra Mundial, e os Estados Unidos tiveram que defender a Groenlândia, mas depois devolveram o território para o país europeu. Trump chama os Estados Unidos de "estúpidos" por essa atitude e a Dinamarca de "ingrata".

Trump também criticou as políticas econômicas e migratórias da União Europeia (UE). "Eu amo a Europa e quero ver a Europa prosperar, mas ela não está indo na direção certa." O presidente americano ressaltou a estratégia de segurança nacional dos EUA divulgada no mês passado, que afirmava que a Europa enfrenta um "apagamento civilizacional" e que os Estados Unidos deveriam ajudar a Europa a "corrigir sua trajetória atual".



O presidente americano também usou o discurso para criticar o primeiro-ministro do Canadá, Mark Carney, que discursou na terça-feira, 20, em Davos e ressaltou a necessidade de olhar o atual momento geopolítico com “realismo” e sem “nostalgia”.

Trump disse que o Canadá recebe muitas “vantagens” dos EUA e que o discurso de Carney mostrou que “ele não era grato aos EUA”. “O Canadá existe graças aos Estados Unidos”, disse Trump. “Lembre-se disso, Mark, da próxima vez que fizer suas declarações.”

‘Pedaço de gelo’

O republicano chamou a Groenlândia de “pedaço de gelo” em diversas oportunidades durante a sua fala e disse que os países da Otan precisam ser mais “gratos”, incluindo a Dinamarca e o Canadá.

“Queremos um bloco de gelo para proteção mundial, e eles não vão nos dar”, disse Trump em seu discurso em Davos. “Vocês podem dizer sim e nós ficaremos muito agradecidos. Ou podem dizer não e nós nos lembraremos.”

Ele pediu “negociações imediatas” para que os EUA adquiram a Groenlândia da Dinamarca. “Esta enorme ilha desprotegida faz parte da América do Norte”, disse Trump. “É nosso território.”

Pelo menos quatro vezes em seu discurso, Trump também se referiu à Groenlândia como “Islândia”. “Eles não estão lá por nós na Islândia, disso eu posso garantir”, disse Trump sobre os parceiros da Otan. “Quer dizer, nossa bolsa de valores teve a primeira queda ontem por causa da Islândia, então a Islândia já nos custou muito dinheiro.”

Preocupação

As ameaças de Trump de anexar a Groenlândia, um território autônomo que faz parte do reino da Dinamarca, geraram preocupação entre líderes mundiais, que temem que tal expansão territorial possa significar o fim da Otan. De acordo com Trump, a anexação da Groenlândia pelos EUA não representaria uma ameaça à aliança. “Isso aumentaria consideravelmente a segurança de toda a aliança”, afirma.

O americano disse que a Dinamarca prometeu gastar “mais de US\$ 200 milhões para fortalecer as defesas da Groenlândia” e, em seguida, insistiu que “gastou menos de 1% disso”. Ele se referia a um compromisso assumido pelo governo dinamarquês em 2019, durante o primeiro mandato de Trump, quando ele ventilou a ideia de os EUA assumirem o controle do território pela primeira vez.

Copenhague não contestou que a implementação desse compromisso tem sido lenta. Nas últimas semanas, com Trump pressionando novamente, o ministro da Defesa da Dinamarca, Troels Lund Poulsen, apresentou um plano de defesa ampliado com um orçamento de US\$ 2 bilhões, que inclui três novos navios, drones de longo alcance e maior capacidade de satélite.

Em um bate-papo após o discurso, o presidente americano também mencionou a guerra da Ucrânia e disse que um acordo estava próximo entre Vladimir Putin e Volodimir Zelenski. Trump apontou que iria se encontrar com o presidente ucraniano, mas não estava claro se Zelenski estava em Davos.

O republicano foi questionado sobre o avanço de seu plano de paz para a Faixa de Gaza e afirmou que “nos próximos dias” Washington deve saber se o grupo terrorista Hamas irá se desarmar ou não. “Se o Hamas não se desarmar, será aniquilado”.

Economia

O republicano também ressaltou os avanços econômicos dos EUA durante o primeiro ano de seu mandato. “Os EUA são o motor econômico do planeta”, disse Trump. “Vocês nos seguem para baixo e nos seguem para cima.”

O presidente americano defendeu a sua política protecionista, alegando que as tarifas eram necessárias para reduzir o déficit de muitos países com Washington. Ele ressaltou os diversos acordos comerciais que foram costurados após o seu retorno à Casa Branca.

“Praticamente todos os chamados especialistas previram que meus planos para acabar com esse modelo falido desencadeariam uma recessão global e inflação descontrolada”, disse ele. “Mas provamos que eles estavam errados.” Trump disse que queria passar o dia discutindo “como alcançamos esse milagre econômico”.

Durante semanas, assessores da Casa Branca insistiram que Trump usaria o discurso de hoje para apresentar um plano completo sobre a crise de moradia, mas Trump não entrou muito no tema.

O político republicano também mencionou a Venezuela e a operação americana que capturou o ditador Nicolás Maduro. Segundo ele, após o ataque americano, o regime chavista procurou Washington para costurar um acordo.

“Sem nós, a maioria dos países nem sequer funciona”, diz Trump.

Entenda a crise da Groenlândia

As ameaças de Trump em relação a Groenlândia cresceram nos últimos dias, depois que países europeus enviaram pequenos grupos de soldados à ilha para reforçar sua segurança. No fim de semana, Trump anunciou tarifas de 10% para esses países e tem radicalizado sua retórica em público e nas redes sociais.

Nesta madrugada, ele vazou conversas particulares com líderes europeus nas redes sociais, o que irritou as principais autoridades europeias.

Trump diz que precisa anexar a Groenlândia por questões de segurança que envolvem conter a influência russa e chinesa no Ártico. Os EUA mantêm desde a 2ª Guerra uma presença militar na ilha e ainda operam a base de Pituffik. Um tratado de 1951 com a Dinamarca prevê que as bases desmobilizadas podem ser reativadas se a Casa Branca assim preferir.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 21/01/2026

BRB TINHA R\$ 1,75 BI EM ATIVOS DO WILL BANK, E LIQUIDAÇÃO PODE AUMENTAR NECESSIDADE DE SOCORRO

Documentação será analisada para saber se ativos já pertencem ao Banco de Brasília ou se irão ressarcir o Fundo Garantidor de Créditos (FGC)

Por Alvaro Gribel

BRASÍLIA - A liquidação do Will Bank, banco digital do Master, pelo Banco Central pode ter efeitos colaterais sobre o Banco de Brasília (BRB). Segundo documentos obtidos pelo Estadão, o Banco Master havia dado R\$ 1,75 bi de ativos do Will para o BRB, para compensar os R\$ 12,2 bilhões em carteiras de crédito podre vendidas ao banco de Brasília.

Agora, com a liquidação do Will, o liquidante do Master terá que conferir esses contratos, para determinar se eles realmente pertencem ao BRB ou se irão para o Fundo Garantidor de Créditos (FGC).



Caso o BRB não consiga comprovar que esses ativos de fato já pertencem ao banco, isso vai aumentar a necessidade de aportes por parte do governo do Distrito Federal (GDF), controlador do BRB, para que o banco consiga cumprir todas as regras do Índice de Basileia. Esse é um indicador que mede a “saúde” financeira dos bancos, considerando o patrimônio e os tipos de ativos e passivos da instituição.

BRB admitiu que pode ter que receber ajuda do governo do



Distrito Federal Foto: Joédson Alves/Agência Brasil

Se esses ativos do Will não pertencerem ainda ao BRB, o banco terá que fazer uma provisão ou dar baixa em seu balanço, o que forçaria a um aporte ou a uma venda de outros ativos para reforçar o patrimônio do banco.

Em caso de liquidação bancária, como aconteceu nesta quarta-feira, 21, com o Will, o FGC é obrigado a honrar as obrigações do banco em valores de até R\$ 250 mil por CPF. Mas também recebe os ativos do banco liquidado, para tentar vender posteriormente e recuperar esse prejuízo.

Pelo documento ao qual o Estadão teve acesso, que data de julho de 2025, há R\$ 600 milhões em crédito rotativo do Will cedidos ao Master, mas “já liquidados”, e outros R\$ 500 milhões em liquidação. Sobre o restante, não há detalhamento, como mostra a tabela abaixo.

Ativos do Will Bank cedidos ao BRB pelo banco Master

Ativo	em R\$ bilhões
Pix Parcelado (Will Bank)	0.08
Crédito Pessoal (Will Bank)	0.11
Pix Crédito (Will Bank)	0.31
Parcelamento de Fatura (Will Bank)	0.15
Rotativo (Will Bank) – já liquidados	0.60
Rotativo (Will Bank) – em liquidação	0.50
Total	1.75

[Get the data](#)

Necessidade de aportes

Na semana passada, o BRB admitiu que pode ter que receber ajuda do seu controlador, no caso, o governo do Distrito Federal. O entendimento de pessoas próximas ao banco é de que o plano de negócios da instituição contava com carteiras de crédito consignado do Master, que são considerados ativos mais seguros e por isso demandam menos necessidade de capital, dentro do que tecnicamente é chamado de “fatores de ponderação de risco”.

O problema é que justamente as carteiras de crédito consignado foram parte de uma fraude que chegou a R\$ 12,2 bilhões. Em depoimento à Polícia Federal, o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa afirmou que cerca de R\$ 2 bilhões dessas carteiras não chegaram a ser substituídas por outros ativos.

O banco, como mostrou o Estadão, vem negociando a venda de uma carteira de crédito de R\$ 1 bilhão, em contratos de empréstimos para Estados e municípios, com garantia da União, para melhorar os seus índices de Basileia.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 21/01/2026

VEJA QUEM SÃO OS MINISTROS QUE PODEM DEIXAR O GOVERNO LULA POR CAUSA DAS ELEIÇÕES

Trocas devem atingir ao menos 17 das 38 pastas até abril, prazo legal de desincompatibilização para ministros que pretendem disputar cargos eletivos

Por Vanessa Araujo

A proximidade do prazo legal de desincompatibilização deve provocar uma troca em série no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Até abril, ao menos 17 dos 38 ministros avaliam deixar os cargos por causa das eleições, como exige a legislação.

A estratégia do Palácio do Planalto é usar a Esplanada como trampolim eleitoral para ampliar a base aliada no Congresso Nacional, em um eventual quarto mandato de Lula.

Um dos movimentos mais sensíveis envolve a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT-PR), que deve deixar o cargo para disputar uma vaga no Senado pelo Paraná. A sucessão na pasta, responsável pela articulação política do governo, ainda é incerta. Pelo desenho tradicional, a cadeira tende a ser ocupada pelo secretário-executivo, o diplomata Marcelo Costa, porém, ainda não se sabe quem assumirá o cargo.



Governo deve passar por troca em série com a saída de auxiliares que pretendem disputar as eleições. Foto: Ricardo Stuckert/PR

Inicialmente, Gleisi cogitava disputar a reeleição à Câmara dos Deputados, cargo do qual está licenciada. A mudança de plano ocorreu após um pedido direto de Lula. O presidente avalia que a candidatura ao Senado é estratégica para fortalecer a presença do PT na Casa revisora e enfrentar o plano do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) de formar maioria no Senado com poder para avançar em processos de impeachment contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Lula também tem planos para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT-SP). Apesar de Haddad já ter declarado em diversas ocasiões que não pretende disputar as eleições, o presidente deseja que ele concorra ao Senado por São Paulo ou ao Palácio dos Bandeirantes. Até agora, o nome mais cotado para chefiar a equipe econômica em caso de saída de Haddad é o do secretário-executivo da pasta, Dario Durigan.

“Eu disse em todas as ocasiões que não pretendia me candidatar em 2026. Isso vale para qualquer cargo”, afirmou Haddad na segunda-feira, 19, em entrevista ao UOL News.

Outro ministro que deve deixar o governo é o chefe da Casa Civil, Rui Costa (PT-BA), um dos principais auxiliares de Lula. Ele é cotado para disputar uma vaga no Senado ou até voltar à corrida pelo governo da Bahia, apesar de o atual governador, Jerônimo Rodrigues (PT), estar em seu primeiro mandato e poder concorrer à reeleição. A secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, deve assumir o comando da pasta.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), também deve deixar o cargo e pode ser substituída pelo assessor especial da Casa Civil Bruno Moretti. A intenção de Simone é disputar novamente uma vaga no Senado. Desde que apoiou Lula no segundo turno de 2022, porém, ela perdeu força em seu reduto no Mato Grosso do Sul, Estado de perfil conservador. Diante desse cenário, aliados avaliam que a ministra pode concorrer ao Senado por São Paulo.

Já o secretário de Comunicação, Sidônio Palmeira, também deve se afastar do cargo, mas para coordenar a campanha de Lula à reeleição. Responsável pela estratégia de comunicação na disputa de 2022, ele não concorrerá a cargo eletivo e, por isso, não está sujeito ao prazo legal de desincompatibilização.

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco (PT), deve disputar uma vaga na Câmara dos Deputados pela primeira vez e, por isso, também deve deixar o cargo até abril, dentro do prazo legal de desincompatibilização.



No cenário paulista, caso o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) decida concorrer ao Palácio do Planalto, Lula avalia a possibilidade de lançar o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) ao governo de São Paulo. Por ora, o presidente trabalha com a permanência da chapa, mas admite que o desenho pode mudar conforme o cenário político.

Mesmo se permanecer na vice-presidência, Alckmin terá de deixar o comando do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. A tendência é que a vaga seja ocupada pelo secretário-executivo Márcio Elias Rosa.

A primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, também defende que a ministra da Cultura, Margareth Menezes, concorra a deputada federal. Cantora de renome, Margareth foi convidada a se filiar ao PT e avalia a proposta, mas ainda não deu resposta definitiva.

Já o ministro da Educação, Camilo Santana (PT), senador licenciado, vem sendo pressionado a disputar o governo do Ceará caso Ciro Gomes seja candidato. Camilo, porém, nega a intenção e afirma que deve atuar na campanha de reeleição do governador Elmano de Freitas (PT). Ele não precisa disputar a reeleição ao Senado, já que foi eleito em 2022 e tem mandato até 2031.

Outros ministros também já sinalizaram que deixarão o governo para entrar na disputa eleitoral. O titular das Cidades, Jader Filho (MDB), informou que pretende concorrer a uma vaga na Câmara dos Deputados pelo Pará. No mesmo grupo estão André de Paula (PSD), ministro da Pesca; Silvio Costa Filho (Republicanos), Portos e Aeroportos; e Waldez Góes (PDT), Integração, que também já comunicaram ao Planalto a intenção de deixar os cargos.

No Ministério do Trabalho, Luiz Marinho (PT) chegou a avaliar uma candidatura à reeleição para a Câmara dos Deputados, mas desistiu do plano em dezembro do ano passado. Em publicação nas redes sociais, afirmou que a decisão foi tomada após um pedido do presidente Lula. No lugar de Marinho, o PT terá como candidato o atual presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Moisés Selerges.

“Essa não foi uma decisão simples, não foi uma decisão fácil”, admitiu Marinho em vídeo postado nas redes sociais. “Ser candidato novamente era um desejo legítimo, construído junto com vocês. Mas, neste momento, o que está em jogo é maior do que um projeto pessoal. O mais importante é a continuidade do projeto nacional liderado pelo presidente Lula.”

Na área ambiental, a ministra Marina Silva (Rede-SP), que deve trocar de partido, também é citada como possível candidata ao Senado por São Paulo, o que exigiria seu afastamento do cargo dentro do prazo legal.

Já o ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), confirmou que deixará o governo para disputar o comando do Estado de Alagoas nas eleições deste ano.

A titular dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara (PSOL), trabalha para tentar a reeleição como deputada federal por São Paulo. Já o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro (PSD), planeja concorrer novamente a uma vaga no Senado por Mato Grosso.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 21/01/2026

FLÁVIO BOLSONARO DIZ QUE ROGÉRIO MARINHO FARÁ PARTE DE ‘GRANDE TIME’ PARA CAMPANHA À PRESIDÊNCIA

Senador desistiu da candidatura ao governo do Rio Grande do Norte para ajudar na coordenação da campanha de Flávio, a pedido do ex-presidente Jair Bolsonaro

Por Naomi Matsui (Broadcast)

BRASÍLIA – O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência, comentou a decisão do senador Rogério Marinho (PL-RN) de desistir de concorrer ao governo do Rio Grande do Norte em outubro. Flávio afirmou que Marinho integrará o grupo que tocará sua campanha.

“O Rio Grande do Norte vai estar contemplado ainda mais com o Rogério Marinho junto com a gente, nesse grande time que eu pretendo montar para recolocar o Brasil no caminho da prosperidade”, declarou Flávio em vídeo publicado por Marinho nas redes sociais.



Rogério Marinho (ao centro), ao lado de Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Carlos Portinho e Eduardo Girão no Senado
Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

Marinho desistiu da candidatura para ajudar na coordenação da campanha de Flávio, a pedido do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

“Sei que vocês estão aí com o coração um pouco apertado pela decisão que ele tomou, mas tenho a consciência, certeza, que ele está fazendo a escolha pelo Brasil, porque nós vamos resgatar juntos, a partir de 2027, esse país das garras do ‘Partido das Trevas’”, afirmou Flávio.

Eleito em 2022, Rogério Marinho fica no Senado até 2031. Segundo o g1, em entrevista em Natal, o senador anunciou o ex-prefeito da capital do Rio Grande do Norte Álvaro Dias como novo pré-candidato do grupo político de oposição ao governo do Estado.

“Há alguns dias eu tenho dormido mal, tenho me sentido diferente, pela mudança de rumos que a vida me leva a tomar, mas eu não posso negar um pedido do presidente Bolsonaro. Não posso”, disse o senador, conforme o portal.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 21/01/2026

OPINIÃO - SUSPEIÇÃO E IMPEACHMENT DE MINISTRO DO STF

Para a caracterização da suspeição, contudo, não é suficiente a simples amizade ou relação de coleguismo de trabalho com uma das partes, ou a ocorrência de alguma rusga, mas que a relação de amizade entre eles seja estreita e que a inimizade seja manifesta e severa

Por César Dario Mariano da Silva

Uma das hipóteses em que ministro do Supremo Tribunal Federal comete crime de responsabilidade e pode ser alvo de processo de impeachment é a prolação de decisão, quando por força de lei, seja suspeito na causa (art. 39, 2, da Lei nº 1.079/1950).

Suspeição é o estado de espírito do magistrado que o impede de julgar de forma isenta por estabelecer relação subjetiva (pessoal) com uma das partes (ou seus advogados).

Em casos criminais, quem traz as hipóteses de suspeição é o Código de Processo Penal. Diz o artigo 254, inciso I, deste diploma legal, que é causa de suspeição, dentre outras hipóteses, ser o juiz amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.

No âmbito do processo civil, igualmente se considera suspeito o magistrado que for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes ou de seus advogados, bem como aquele que demonstrar interesse no desfecho da causa, revelando propensão a julgar em favor de uma das partes (art. 145, incisos I e IV, do CPC). Registre-se que essa última hipótese, na seara criminal, é tratada como causa de impedimento, nos termos do artigo 252, inciso IV, do Código de Processo Penal.



Independentemente do diploma legal, o magistrado, nessas hipóteses, deve se afastar do processo, a fim de que outro, isento e imparcial, assuma sua condução e decida os incidentes processuais e o mérito da causa.

Para a caracterização da suspeição, contudo, não é suficiente a simples amizade ou relação de coleguismo de trabalho com uma das partes, ou a ocorrência de alguma rusga, mas que a relação de amizade entre eles seja estreita e que a inimizade seja manifesta e severa.

Essa relação subjetiva impeditiva de julgamento imparcial, nem sempre admitida pelo magistrado, pode ser demonstrada objetivamente por meio de prova documental ou testemunhal. As mais comuns são: frequência habitual à residência de uma das partes; contatos telefônicos reiterados sem justificativa profissional; manifestações públicas com nítido propósito de beneficiar ou prejudicar uma das partes; participação como padrinho de casamento da parte ou de seus filhos; viagens custeadas por uma das partes; ou deslocamentos em aeronaves particulares de propriedade de um dos litigantes, dentre outras.

Também deve se afastar do processo o magistrado que tende a julgar favoravelmente a uma das partes por ter interesse no desfecho do processo, o que ocorre, por exemplo, quando sua esposa ou parente próximo litiga no feito ou se forem advogados de uma das partes.

Ressalto que não é exigida decisão judicial anterior que declare a suspeição para que se configure o crime de responsabilidade. A infração se consuma com o desrespeito às normas processuais (e não decisão judicial) que impeçam o ministro de decidir quando a causa envolver pessoa (ou advogado) com a qual mantenha amizade íntima ou dela seja inimigo capital. Ou, ainda, dentre outras hipóteses, de acordo com normas processuais civis, se tiver interesse no resultado do processo.

Como a Lei nº 1.079/1950 faz referência expressa à suspeição para a caracterização do crime de responsabilidade por ministro da Suprema Corte, em observância ao princípio da legalidade, não alcança os casos de impedimento no processo criminal onde ele atuou, que ligam objetivamente o magistrado ao feito e se encontram previstos no artigo 252 do Estatuto Adjetivo Penal. Devem ser levadas em consideração apenas as hipóteses de suspeição previstas como tais no Código de Processo Penal, não sendo possível para esse efeito aplicar o Código de Processo Civil subsidiariamente, por inexistir lacuna normativa na legislação processual penal.

Acredito que o legislador teve a intenção de que o crime de responsabilidade se configurasse em situações em que o magistrado foi parcial ao decidir, o que ocorre nas hipóteses de suspeição e, também, nas de impedimento. No entanto, a partir do momento em que a lei é publicada ela ganha vida própria, independentemente da vontade de seu criador, que pode ser empregada como método hermenêutico, mas não a ponto de alterar o teor de norma clara, que não traz dúvida de interpretação.

Assim, tratando-se de processo criminal, somente os fatos que caracterizam suspeição de acordo com o Estatuto Adjetivo Penal é que poderão configurar crime de responsabilidade.

Por outro lado, no que tange a um processo de natureza civil em que o ministro do STF oficiou e prolatou qualquer decisão, como nas ações por ato de improbidade administrativa, aplica-se para a caracterização de crime de responsabilidade as hipóteses de suspeição previstas no Código de Processo Civil.

Não é possível a analogia “in malam partem” em matéria penal. Muito embora crime de responsabilidade não tenha a natureza penal, mas política/administrativa, referido princípio é a ele aplicado analogicamente, por importar a imposição de sanções de suma gravidade.

A analogia, malgrado não seja aplicada para prejudicar o acusado, pode ser interpretada em seu favor.

Com efeito, verificados indícios de suspeição de ministro do Pretório Excelso em processo no qual haja proferido decisão relevante, e não mero despacho de expediente ou ato decisório destituído de

significância jurídica, observado o princípio da proporcionalidade, é juridicamente possível o requerimento de instauração de processo de impedimento (impeachment), na forma da Lei nº 1.079/1950.

Para maior aprofundamento acerca dos conceitos de impedimento e suspeição de magistrado, bem como sobre o controle externo da Suprema Corte, recomendo a leitura dos artigos disponíveis nos links abaixo:

<https://www.jusbrasil.com.br/.../juiz-parcial.../5464290427>

<https://www.jusbrasil.com.br/.../como.../5369005605>



Convidado deste artigo

Procurador de Justiça – MPSP. Mestre em Direito das Relações Sociais – PUC/SP. Especialista em Direito Penal – ESMP/SP. Professor e palestrante. Autor de diversas obras jurídicas, dentre elas: Comentários à Lei de Execução Penal, Manual de Direito Penal, Lei de Drogas Comentada, Estatuto do Desarmamento, Provas Ilícitas e Tutela Penal da Intimidade, publicadas pela Editora Juruá. Foto: Arquivo pessoal

Fonte: *O Estado de São Paulo* - SP
Data: 21/01/2026



VALOR ECONÔMICO (SP)

FGC DIZ QUE ESTIMATIVA É PAGAR R\$ 6,3 BILHÕES A CLIENTES DO WILL

Pagamento será consolidado com o do Banco Master; limite de R\$ 250 mil vale para o grupo como um todo

Por Álvaro Campos, Valor



Cartão de crédito do Will Bank — Foto: Reprodução/willbank.com.br

O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) informou que a estimativa inicial é pagar cerca de R\$ 6,3 bilhões aos depositantes do Will Bank, liquidado nesta quarta-feira (21) pelo Banco Central. Não foi divulgado uma estimativa do número de usuários da fintech elegíveis às garantias.

“Cabe destacar que a Will Financeira faz parte do conglomerado Master, o que pode afetar o valor estimado dos desembolsos a serem realizados pelo FGC por conta de alguns beneficiários já terem superado o limite de garantia”, diz a nota.

Conforme já tinha sido noticiado pelo Valor, o FGC confirmou que o pagamento do Will será consolidado com o Master e que limite de R\$ 250 mil vale para o grupo como um todo. Ou seja, se um cliente já tinha recebido por exemplo um ressarcimento de R\$ 200 mil com Master, agora poderá receber no máximo mais R\$ 50 mil com Will, ainda que seus depósitos superem esse valor. Isso vale para quem adquiriu títulos do Will após a fintech ser comprada pelo Master, em 22 de agosto de 2024.

O FGC afirmou que nas últimas liquidações o prazo de pagamento esteve entre 30 e 60 dias. “Por conta das especificidades de cada liquidação, não existe prazo legal para o início dos pagamentos.

Como sempre acontece, os times operacionais empreenderão os maiores esforços para concluir a consolidação das informações no menor tempo possível.”

Segundo o FGC, para assuntos não relacionados ao pagamento de garantias, como quitação de empréstimos, cartão de crédito etc. o contato deve ser estabelecido diretamente com o Will Bank, que agora é administrado pelo liquidante EFB, nomeado pelo Banco Central.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 21/01/2026

BRASIL PROJETA NOVA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES COM INTEGRAÇÃO ENTRE MODAIS

PNL 2050 coloca ferrovias e hidrovias no centro do futuro logístico do país, amplia rotas de voos regionais e melhora estruturas das estradas

Por Governo Federal



Com previsão de conclusão em 2028, a Mara Rosa (GO) faz parte da Ferrovia de Integração Centro-Oeste e ligará a produção agrícola do centro do país aos portos da Bahia — Foto: Felipe Brasil/Ministério Transportes

Com o desafio de equilibrar uma matriz de transportes historicamente concentrada nas rodovias, o Brasil projeta uma reestruturação logística para fortalecer ferrovias, hidrovias, portos e conexões multimodais para melhorar o escoamento do setor produtivo. O Plano Nacional de Logística (PNL) 2050 reúne diretrizes e investimentos que buscam reduzir custos, ampliar competitividade e garantir que a infraestrutura acompanhe as demandas crescentes da economia brasileira.

O PNL 2050, lançado pelo Ministério dos Transportes, quer reposicionar o país na rota dos modais eficientes, sobretudo para o escoamento do setor produtivo. Ferrovias, hidrovias e cabotagem são apresentadas como alternativas para reduzir custos e melhorar a competitividade. “A cada cinco anos, atualizamos e aprimoramos os planos de transporte rodoviário e ferroviário. Com isso, conseguimos integrar os diversos modais de maneira mais lógica, conectando-os por meio de corredores logísticos. O PNL 2050 traz dados relevantes, com uma matriz que realmente retrata a realidade do país”, afirma o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro.

A análise revela dificuldade de abastecimento interno, saturação de corredores rodoviários e aeroportuários e ausência de integração territorial. Para Jorge Bastos, presidente da Infra S.A., o novo plano marca um ponto de inflexão. “É fundamental que o Brasil tenha uma carteira estruturada de projetos, porque, sem projetos, mesmo com recursos disponíveis, a execução demora. O PNL dará a diretriz necessária para que possamos realizar esses projetos”, explica.

Investimentos em voos regionais

A necessidade de uma melhoria logística na aviação regional é um dos principais focos, sendo que o Ministério de Portos e Aeroportos identificou que a concentração excessiva de rotas nos grandes centros está deixando regiões inteiras desconectadas. Para se ter ideia, atualmente, no Norte do país as distâncias inferiores a 100 quilômetros podem exigir mais de 20 horas de deslocamento, como no trajeto entre Porto Velho (RO) e Manaus (AM), devido à falta de voos diretos. Para enfrentar o problema, o governo quer ampliar rotas regionais, incentivar o turismo e reduzir distorções tarifárias, em um esforço para apoiar setores que dependem do transporte rápido, como a agroindústria.

Para romper a fragilidade da matriz atual, o PNL 2050 coloca as ferrovias e as hidrovias no centro do futuro logístico do país. Hoje, apenas um terço do potencial navegável brasileiro é explorado, desperdiçando um modal mais barato e menos poluente como a cabotagem. Do lado ferroviário, mais de 30% dos trilhos permanecem abandonados. O governo tenta reverter esse cenário com a Política

Nacional de Concessões Ferroviárias, que organiza regras de governança, sustentabilidade e financiamento.

A carteira atual prevê oito leilões ferroviários, somando mais de nove mil quilômetros de trilhos e um volume estimado de R\$ 140 bilhões em investimentos diretos, com potencial de alavancar R\$ 600 bilhões ao longo da maturação dos projetos. “Hoje, portos, rodovias e ferrovias estão conectados à estratégia do PNL, e, com recursos, legislação, governança e vontade política, podemos desenvolver o setor de infraestrutura no país”, afirma Leonardo Ribeiro, secretário nacional de Transporte Ferroviário.

Estradas mais estruturadas

Mesmo com os planos de expansão de ferrovias e hidrovias, as estradas continuarão essenciais para a economia brasileira. A Pesquisa CNT de Rodovias 2025 mostra avanço relevante: 37,9% dos 114 mil quilômetros avaliados foram classificados como ótimos ou bons, um salto de cinco pontos percentuais em relação ao ano anterior, enquanto as vias ruins ou péssimas caíram de 26,6% para 19,1%. Em paralelo, o Ministério dos Transportes realizou 22 leilões de rodovias em menos de três anos, concedendo mais de 10 mil quilômetros e contratando R\$ 247 bilhões em investimentos.

NÚMEROS DE CADA MEIO DE TRANSPORTE		
FERROVIAS	RODOVIAS	LEILÕES RODOVIÁRIOS
 + 8 LEILÕES FERROVIÁRIOS	 RODOVIAS CONSIDERADAS ÓTIMAS OU BOAS 2024: 32,9% 2025: 37,9%	 ÚLTIMOS TRÊS ANOS: 22 LEILÕES
 + 9 MIL QUILÔMETROS DE TRILHOS	 RODOVIAS CONSIDERADAS RUINS OU PÉSSIMAS 2024: 26,6% 2025: 19,1%	 10.009 KILÔMETROS CONCEDIDOS
 + R\$ 140 BILHÕES EM INVESTIMENTOS DIRETOS	 R\$ 247 BILHÕES EM INVESTIMENTOS	 EM 2026: + 13 LEILÕES
 + R\$ 600 BILHÕES AO LONGO DO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS	DADOS DA PESQUISA CNT DE RODOVIAS, QUE POR MEIO DE LEVANTAMENTO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE AVALIOU 114.197 KILÔMETROS	 + R\$ 148 BILHÕES ADICIONAIS

Números de cada meio de transporte — Foto: Arte

Para 2026, estão previstos mais 13 leilões, que podem adicionar outros R\$ 148 bilhões. Apesar disso, especialistas alertam que os avanços convivem com estradas saturadas, frota crescente e um risco permanente de repetição dos gargalos, caso não haja integração entre os modais. “Planejar é extremamente importante, não apenas para dar

previsibilidade a investidores e à população, mas também para definir onde investir e quando realizar obras. Isso impacta diretamente no custo do investimento”, ressaltou a secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse.

Portos fora do eixo Santos ganham espaço estratégico

O PNL 2050 também tenta reorientar o mapa portuário do país. Por décadas, cargas vindas do Norte e do Nordeste foram obrigadas a passar pelo Porto de Santos para acessar o mercado internacional, mesmo quando havia alternativas economicamente mais vantajosas. O plano quer ampliar o protagonismo de terminais como Suape (PE) e Paranaguá (PR) e integrar melhor estradas e ferrovias à infraestrutura portuária. Um diagnóstico detalhado da Infra S.A. mapeou custos, receitas e perfis de carga de todos os terminais brasileiros, criando a base para políticas de expansão e modernização. O documento está em consulta pública e receberá contribuições de especialistas, empresas e cidadãos. Para contribuir, basta acessar a plataforma Participe + Brasil até o dia 18 de janeiro de 2026. Após a conclusão do período de consulta pública, serão definidos os cenários--meta preliminares, etapa que orientará a priorização dos projetos e a consolidação das diretrizes do plano, antes de sua incorporação às metas do Programa de Integração Tributária (PIT).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 21/01/2026

STF: MORAES SUSPENDE LEI DE SÃO PAULO QUE REGULAMENTAVA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR APLICATIVO EM MOTOS

Por Valor — São Paulo



Empresas de mototaxi reclamam que regulamentação aprovada em São Paulo é uma 'proibição disfarçada' — Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu, em caráter liminar, a lei municipal de São Paulo que regulamentava o transporte de passageiros por aplicativo em motos. A decisão atende um pedido da Confederação Nacional de Serviços (CNS) que argumenta que o normativo é uma “proibição disfarçada de regulamentação”.

A decisão acrescenta um capítulo na queda de braço travada pelo prefeito Ricardo Nunes com empresas de aplicativos que reivindicam o direito de oferecer o serviço regularmente na capital paulista.

A CNS afirma que a prefeitura de São Paulo cria condicionantes como a obrigação de registro do veículo como “de aluguel” (placa vermelha) que, na prática, inviabilizariam a atividade. Questiona ainda o fato da regulamentação prever credenciamento prévio no prazo de até 60 dias, com disposição expressa de que a falta de análise pela administração impede o funcionamento do serviço.

No despacho, Moraes destaca que municípios podem regulamentar aspectos mínimos de segurança e fiscalização dos serviços de transporte de passageiros, mas sem contrariar a legislação federal nem inviabilizar a atividade econômica. Para o relator, as normas municipais criam barreiras desproporcionais ao exercício de atividade econômica privada e ultrapassam os limites da atuação dos municípios.

Além de suspender a exigência de placa vermelha e credenciamento prévio, a decisão também susta dispositivos que equiparavam o transporte privado de passageiros por aplicativo ao serviço público de mototáxi, regulado pela Lei federal 12.009/2009, que estabelece clara distinção entre as duas atividades. E lembra que o STF já firmou entendimento de que o transporte por aplicativos é atividade privada, protegida pelos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência, e não pode ser proibida ou inviabilizada por normas locais.

A decisão será submetida a referendo do Plenário.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 21/01/2026

MARINHO DESISTE DE CANDIDATURA AO GOVERNO DO RN PARA COORDENAR CAMPANHA DE FLÁVIO BOLSONARO

Líder da oposição no Senado anunciou a pré-candidatura do ex-prefeito de Natal Álvaro Dias; senador Styvenson Valentim será um dos candidatos à reeleição para o senado apoiado pelo PL no Estado

Por Gabriela Guido e Giullia Colombo, Valor — Brasília



Rogério Marinho — Foto: Wenderson Araujo/Valor

O senador Rogério Marinho (PL-RN) anunciou hoje que desistirá de concorrer ao governo do Rio Grande do Norte no final deste ano para coordenar a campanha do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência.

"Hoje eu venho a vocês dividido. Por um lado, frustrado, pela mudança de rumos que a vida me leva a tomar. Eu não posso

negar um pedido do presidente Bolsonaro", declarou o líder da oposição no Senado em entrevista coletiva no Rio Grande do Norte. "Eu estou abrindo mão do que pra mim é muito caro, muito importante", completou.

Em seu lugar, o líder da oposição no Senado anunciou a pré-candidatura do ex-prefeito de Natal Álvaro Dias (Republicanos). Já o senador Styvenson Valentim será um dos candidatos à reeleição para o senado apoiado pelo PL no Estado.

Segundo Marinho, Flávio enfrenta dificuldades na campanha por ser filho de Bolsonaro. Tentando enfrentar isso, ele tem se encontrado com integrantes do mercado e do empresariado.

"Flávio começa uma campanha, começa uma empreitada, uma caminhada com muita dificuldade. Há uma espécie de grande concertação nacional de se tentar desqualificar uma candidatura pelo simples fato de ter o sobrenome Bolsonaro", avaliou Marinho.

Ontem, a defesa do ex-presidente solicitou ao STF autorização para que Bolsonaro recebesse a visita de Marinho na prisão na próxima segunda-feira (26). Segundo as regras do 19º Batalhão da Polícia Militar do Complexo Penitenciário da Papuda, onde o ex-presidente está preso, as visitas podem ocorrer às quartas e quintas-feiras. Na petição, os advogados solicitaram uma data específica para o encontro, uma vez que o senador passará por uma cirurgia depois.

A visita depende de autorização do ministro da Corte Alexandre de Moraes. O magistrado já autorizou que Bolsonaro receba a visita do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). O encontro estava marcado inicialmente para hoje, mas foi adiado, a pedido do governador, para cumprir compromissos em São Paulo. Uma nova data deve ser marcada.

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 21/01/2026

BRASIL QUER RATIFICAR ACORDO UE-MERCOSUL "O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL"

Aprovação até maio está no radar, para entrada em vigor logo, reagindo a votação hoje do Parlamento Europeu

Por Assis Moreira, Valor



Fachada do Congresso Nacional. Foto: Rubens Gallerani Filho/Audiovisual/PR

O governo brasileiro vai acelerar ainda mais a ratificação do acordo do Mercosul com a União Europeia no Congresso Nacional, em reação à movimentação no Parlamento Europeu para atrasar a implementação do tratado birregional.

A ideia no governo é imprimir um ritmo ainda mais rápido para validar o acordo internamente, considerando que o tratado com a UE conta, em geral, com apoio entre parlamentares brasileiros.

O fato de ser ano eleitoral também é levado em conta, para que o Congresso faça um esforço concentrado e a tramitação do projeto ocorra logo.

A Comissão Europeia, o braço executivo da UE, acreditava que o acordo seria votado no Parlamento Europeu por volta de maio, antes da votação de hoje que freia o processo com o envio do acordo para revisão jurídica na Corte Europeia de Justiça.

No caso brasileiro, a expectativa em setores da Esplanada dos Ministérios é de que agora a ratificação possa ocorrer entre abril e maio, em resposta aos opositores europeus, portanto bem antes de cálculos anteriores.

O acordo pode entrar em vigor bilateralmente. Se for aprovado no Congresso do Brasil e no Parlamento de um Estado-membro da UE — digamos, a Alemanha —, ele já poderá valer para os dois países. A partir daí, começa a vigorar o programa de redução tarifária acordado, que, no caso de automóveis, levará de 15 a 18 anos, dependendo do tipo de veículo.

Em tese, o acordo terá 27 cronogramas de desgravação, um para cada país europeu à medida que for entrando em vigor.

A avaliação em Brasília é de que a perspectiva de aprovação rápida no Congresso já era boa. Agora, tende a ser ainda mais veloz, para que o tratado possa entrar logo em vigor e os prazos comecem a contar na parte comercial do acordo.

A decisão de uma maioria apertada do Parlamento Europeu de pedir uma revisão jurídica do tratado, numa tentativa de ganhar tempo, acaba, de forma melancólica, dando razão à opção pela separação do acordo, para que a parte comercial possa entrar logo em vigor.

Também ganha importância o mecanismo de rebalço do acordo, como já mencionamos neste espaço. Ele permite que uma das partes adote medidas corretivas — como tarifas, cotas ou compensações — se a outra alterar suas regras internas de modo a criar uma vantagem considerada “injusta”.

Nesse contexto, o instrumento facilitará para o Brasil questionar inclusive uma eventual utilização abusiva da cláusula de salvaguarda agrícola europeia, que visa frear a entrada de produtos do Mercosul.

O presidente da Comissão de Comércio Exterior do Parlamento Europeu, Bernd Lange, reagiu hoje à decisão dos europeudeputados considerando-a “absolutamente irresponsável”. “Isto é um autogol”, afirmou.

Para Lange, quem se opõe ao acordo UE-Mercosul deveria votar contra, em vez de recorrer a táticas dilatórias sob o pretexto de uma revisão jurídica. “É muito prejudicial para os nossos interesses econômicos e para a nossa posição. A Equipa Europa está a colocar-se fora de jogo”, lamentou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 21/01/2026

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

GOVERNO E PETROBRAS PROJETAM INDÚSTRIA NAVAL RETOMANDO PATAMAR DE EMPREGOS

Por Danilo Oliveira Indústria naval 20/01/2026 - 20:38



Com encomendas, expectativa é superar 50.000 trabalhadores contabilizados no final de 2025 e, gradualmente, se aproximar dos 80.000 de profissionais que atuavam no setor há mais de 10 anos

O governo federal espera que o número de empregos na indústria naval volte a se aproximar gradualmente da casa dos 80.000 trabalhadores, como no final de 2014, antes da crise que afetou o setor e permaneceu por uma década sem encomendas para construção de ativos de grande porte a estaleiros nacionais. Durante evento da contratação de estaleiros nacionais para construção de gaseiros e embarcações hidroviárias, nesta terça-feira (20), em Rio Grande (RS), o ministro da Casa Civil, Rui Costa, lembrou que depois de ter esse efetivo, o número despencou para 15.000 trabalhadores.

Costa atribuiu essa queda à crise e à falta de estímulos ao setor e à cadeia produtiva dessa indústria no país. O ministro ponderou que, ao final de 2025, a indústria havia atingido 50.000 trabalhadores, considerando os principais polos navais, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, além de São Paulo e outros estados que possuem investimentos vinculados à indústria naval, como a produção de componentes, motores e equipamentos.

Em sua fala no evento, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, lamentou que, com todo potencial de crescimento, a Petrobras tenha ficado 10 anos sem encomendar um único navio no Brasil. "Hoje temos encomendas no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, na Bahia e no Amazonas. Essas encomendas vão demandar um número significativo de profissionais qualificados já a partir de março deste ano", projetou.

Magda acredita que os empregos dessa indústria, que em 2022 estavam na casa de 18.000 e fecharam 2025 em 50.000, serão ampliados em 2026, 2027 e 2028. "Vamos nos aproximar de volta daquele número original de 80.000 empregos na indústria naval brasileira", afirmou. Ela contou que a Petrobras está apoiando um programa que vai oferecer mais 1.600 vagas em cursos de capacitação para a indústria naval. Uma nova escola do Senai será inaugurada em março, em Rio Grande, destinada a treinamentos preparatórios para profissionais nos próximos anos.

Ela considera que o crescimento de 180% em termos de emprego nos últimos quatro anos foi possível graças aos financiamentos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), à depreciação acelerada e às políticas de conteúdo local. O presidente da Transpetro, Sérgio Bacci, reforçou que a demanda perene por embarcações é uma das principais alavancas de crescimento, o que só está sendo possível porque o sistema Petrobras priorizou a renovação e ampliação da frota própria. Ele também salientou que a retomada da indústria naval se dá por causa da política industrial específica para o setor.

"Sem política de conteúdo local, recursos do FMM e mecanismos como depreciação acelerada não seria possível assinar esses contratos, com geração de emprego recorde e aumento da renda. Com isso, estaleiros, empresas de navieças e os demais elos da cadeia produtiva podem se planejar para fazer seus investimentos, retomando esse ciclo positivo", defendeu.

Bacci também criticou o que chamou de 'desinformação' sobre o cronograma dos novos projetos. "Esses contratos que assinamos serão cumpridos, esses 9 navios [4 Handy e 5 gaseiros] serão construídos aqui [em Rio Grande] e haverá contratação de mão de obra local", garantiu. "É natural a ansiedade para que ocorra rapidamente, mas processos produtivos de navios desse porte têm uma série de fases e, em breve, chegaremos ao momento mais intenso das embarcações", acrescentou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/01/2026

CMA CGM VOLTA A SUSPENDER VIAGENS PELO MAR VERMELHO E PELO CANAL DE SUEZ

Da Redação Navegação 20/01/2026 - 20:01



A CMA CGM anunciou que seus serviços FAL1, FAL3 e MEX, que conectam a Ásia à Europa voltarão a ser feitos contornando o Cabo da Boa Esperança, no Sul da África. Com isso, a empresa volta a suspender as viagens pelo Mar Vermelho e pelo Canal de Suez, que haviam sido retomadas no fim de 2025 após dois anos, alegando que o contexto internacional é complexo e incerto. As rotas eram desviadas desde 2023, quando barcos mercantes foram atacados por milicianos do lêmem na região de Suez.

Destine Ozuygur, analista sênior de mercado da Xeneta, plataforma norueguesa de inteligência de frete marítimo e aéreo, avalia que a decisão terá impacto na

confiança dos exportadores em relação à empresa. Ele alegou que os clientes querem previsibilidade nas cadeias de suprimentos e que, se as transportadoras decidem retornar ao Mar Vermelho e depois voltam atrás, mesmo por razões de segurança, correm o risco de minar a certeza de pontualidade e a confiança de parceiros.

Segundo dados mais recentes da Xeneta, o tempo de viagem no serviço FAL1, da China e de Singapura para seis portos europeus, caiu de 105 para 98 dias quando os navios voltaram a passar pelo Canal de Suez. “E se um embarcador pagasse uma taxa de frete mais alta pelo serviço FAL1 ou MEX devido aos tempos de trânsito mais rápidos pelo Canal de Suez, apenas para descobrir que as remessas foram adiadas em uma semana?”, disse Ozuygur.

Ele enxerga uma ironia no fato de a CMA CGM, considerada a mais proativa na volta ao Mar Vermelho, voltar atrás apenas alguns dias depois de a Maersk, geralmente mais avessa ao risco, anunciar que seu serviço MECL voltaria a passar pelo Canal de Suez. “Isso exemplifica a imprevisibilidade com a qual os embarcadores precisam lidar.”

Ozuygur alerta que essa imprevisibilidade pode se espalhar por diversos serviços e empresas de navegação, incluindo o serviço Indamex da CMA CGM, que ainda está programado pelo Canal de Suez nos trechos de ida e volta. Os dados da Xeneta mostram que o tempo de trânsito do Porto Qasim, em Karachi, para Nova York, na rota Indamex, caiu em janeiro de 40 para 36 dias após a volta ao Canal.

Ele explicou que ainda não houve anúncio da CMA CGM sobre o serviço Indamex, mas previu que os embarcadores estarão atentos à decisão sobre os serviços FAL e MEX e temem que os contêineres cheguem mais tarde do que o planejado. “Os embarcadores devem planejar um tempo de trânsito de 40 ou 36 dias? Qual o impacto disso nas taxas de armazenagem, detenção e sobrestadia? Multiplique essa incerteza por todos os serviços e transportadoras, e o risco de interrupções generalizadas fica evidente”.

Para o analista da Xeneta, a imprevisibilidade é prejudicial para as cadeias de suprimentos porque os embarcadores querem certeza sobre quando os contêineres chegarão ao porto, mesmo que isso signifique tempos de trânsito mais longos ao redor do Cabo da Boa Esperança. “Ironicamente, a decisão da CMA CGM de jogar pelo seguro e retomar os serviços via Cabo da Boa Esperança pode levar os embarcadores a percebê-la como a opção mais arriscada em comparação com seus concorrentes.”

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/01/2026

PETROBRAS TEM MAIS 9 EMBARCAÇÕES EM ESTUDO, DIZ MAGDA

Por Danilo Oliveira Indústria naval 20/01/2026 - 19:52



Presidente da companhia afirmou que também estão em estudo 6 a 8 novas plataformas para licitação. Sistema Petrobras tem 48 barcos de apoio contratados ou em contratação, além de petroleiros, gaseiros e 36 embarcações hidroviárias

O sistema Petrobras tem contratados, ou em contratação, a construção de 48 embarcações de apoio marítimo e mais 18 barcas e 18 empurradores, além de quatro petroleiros classe Handy e cinco gaseiros. A previsão é que a primeira embarcação deste conjunto de navios contratados seja entregue ainda no primeiro semestre de 2026. A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, disse nesta terça-feira (20), em Rio Grande (RS), que existem mais 9 embarcações em avaliação e, pelo menos, 6 a 8 novas plataformas em estudo para serem licitadas e construídas.

Magda ressaltou que o crescimento da produção de petróleo no mar, a expansão do parque de refino da companhia e a necessidade de comercialização desses produtos dão o direcionamento da composição da frota de navios. “Isso nos incentiva a trazer novas encomendas e otimização da frota de navios do sistema Petrobras, que inclui a Transpetro”, afirmou durante cerimônia de contratação de cinco navios gaseiros que serão construídos no Estaleiro Rio Grande (ERG), da Ecovix, além de 18 barcas a serem construídas pelo Beconal em Manaus (AM), e de 18 empurradores contratados para fabricação no estaleiro INC, em Navegantes (SC).

Os cinco gaseiros demandarão R\$ 2,2 bilhões de investimentos e têm previsão de geração de um total de 3.200 empregos entre diretos e indiretos. Magda destacou que os novos gaseiros terão bastante tecnologia de ponta embarcada, serão 20% mais eficientes em termos de consumo e vão emitir 30% menos gases de efeito estufa (GEE), além de estarem aptos a operar em portos eletrificados.

As barcas e empurradores representam investimentos adicionais de R\$ 620 milhões. Essas unidades serão responsáveis, dentre outras atribuições, pelo abastecimento de navios fora da barra em todo litoral brasileiro. “Estamos vendendo muito bunker de navegação e lançando produtos muito bem aceitos na Ásia. Bunker com 24% de energia renovável (B24), transição energética na veia”, afirmou Magda.

Os investimentos se somam aos R\$ 1,4 bilhão destinados à construção dos 4 navios classe Handy, também pela Ecovix no ERG, só que em parceria com o grupo Mac Laren.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/01/2026

ANTAQ PUBLICA EDITAIS PARA 1º BLOCO DE LEILÕES PORTUÁRIOS DE 2026, COM 4 TERMINAIS

Da Redação Portos e logística 20/01/2026 - 17:48



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) publicou na última segunda-feira (19), no Diário Oficial da União, os editais para o primeiro bloco de leilões portuários de 2026, incluindo o terminal de passageiros do porto organizado do Recife (PE), um para granéis sólidos no Porto de Santana, em Macapá (AP), o arrendamento de uma área, também para granéis sólidos, na poligonal do Porto de Porto Alegre (RS), e um destinado a granéis minerais no Porto de Natal (RN).

O investimento previsto para os quatro itens do primeiro bloco de leilões portuários, que serão realizados em 26 de fevereiro na Bolsa de Valores do Brasil, a B3, é de R\$ 229 milhões. As informações sobre os leilões estão disponíveis no site da Antaq. O edital pode ser consultado ainda na sede da agência reguladora, em Brasília.

Para o terminal de passageiros do Recife, a previsão é de investimentos de R\$ 2,3 milhões, e o contrato de concessão terá duração inicial de 25 anos. Segundo a Antaq, o objetivo é fortalecer o roteiro de cruzeiros marítimos pelo Nordeste, integrando o terminal pernambucano aos de Fortaleza, no Ceará, Maceió, em Alagoas, e Salvador, na Bahia.

Já em relação ao terminal de granéis sólidos do Porto de Santana, a expectativa é de investimentos R\$ 150,2 milhões, também pelo período de 25 anos de concessão, para melhorar a capacidade de escoamento da produção de grãos da Região Norte, além de cavaco de madeira.

No caso da área a ser arrendada na poligonal do Porto Organizado de Porto Alegre, estão previstos R\$ 21,13 milhões durante os 10 anos de concessão. Já no terminal de granéis minerais de Natal, os aportes previstos são de R\$ 55,17 milhões, e o prazo de contrato será de 15 anos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/01/2026

MAIS DE 500 MIL CAMINHÕES PASSARAM PELO PÁTIO DE TRIAGEM DE PARANAGUÁ EM 2025

Da Redação Portos e logística 20/01/2026 - 17:07



A Portos do Paraná informou, na última segunda-feira (19), que 507.915 caminhões passaram em 2025 pelo pátio público de triagem do Porto de Paranaguá, com aumento de 29,5% em relação a 2024 e a maior marca registrada. De acordo com a companhia, no local, que tem 330.000 metros quadrados (m²) e 1.000 vagas de estacionamento, são feitos a organização, a classificação e o direcionamento dos grãos sólidos vegetais embarcados em navios.

A empresa informou ainda que no ano passado foi registrada a maior movimentação em período de 24 horas, com 2.523 caminhões carregados de grãos e farelos entre os dias 21 e 22 de julho. O número foi 4% maior que o recorde anterior, em julho de 2023, com 2.456 veículos.

Segundo a Portos do Paraná, o fluxo de caminhões é controlado pelo sistema Carga Online, que informa às empresas o dia e a janela de horário em que o veículo pode acessar a área de triagem, o que evita paradas desnecessárias, filas ou lentidão no tráfego. O sistema é usado também para a destinação dos caminhões aos terminais exportadores, mitigando impactos no trânsito da região portuária.

De acordo com dados da Portos do Paraná, a soja foi o produto mais movimentado no ano passado no Porto de Paranaguá e cerca de 61% dos caminhões que passaram pelo pátio de triagem estavam carregados com ela. O farelo de soja ficou em segundo lugar, com 24,5% da movimentação de veículos, e o milho em terceiro. Os meses de março e julho registraram os maiores números de veículos.

A empresa apontou ainda a maior capacidade de embarque dos navios em uma única operação como fator determinante para o aumento do trânsito de caminhões. Segundo a Portos do Paraná, o aumento do calado operacional do terminal, de 13,1 metros para 13,3 metros, permitiu o aumento médio de até 1,5 mil toneladas por embarcação.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/01/2026

ROTAS ÁSIA-EUROPA AUMENTAM OFERTA DE CAPACIDADE PARA ATENDER PICO DE DEMANDA

Da Redação Navegação 20/01/2026 - 17:06



As transportadoras marítimas que operam na rota Ásia-Europa aumentaram em janeiro a oferta de capacidade de transporte de contêineres para atender ao maior movimento que antecede o Ano Novo Lunar, que será comemorado em 17 de fevereiro no continente asiático, a partir de quando fábricas ficarão fechadas por até três semanas, aponta a Xeneta, plataforma especializada em análise do transporte marítimo internacional. De acordo com a empresa, analistas identificam sinais de antecipação de cargas, além da demanda sazonal.

Segundo o levantamento, transportadoras estão oferecendo mais capacidade na rota comercial neste mês e cancelando pouquíssimas viagens, para embarcar as cargas antes do fechamento das fábricas



chinesas. Peter Sand, analista-chefe da Xeneta, informou que a capacidade oferecida na rota Ásia-Norte da Europa atingiu recorde esta semana, sem cancelamentos de viagens.

Dados da plataforma eeSea, da Xeneta, mostram que 1,15 milhão de TEUs, capacidade recorde, está sendo oferecida em janeiro na rota comercial Ásia-Norte da Europa, com cancelamentos de viagens de apenas 25.000 TEUs e previsão de queda da oferta em fevereiro para pouco mais de 1 milhão de TEUs. "A demanda está sólida e sazonalmente forte. Qualquer número acima disso ainda pode ser impulsionado pela incerteza do mercado", disse Sand.

A Sea-Intelligence Maritime Analysis também identificou aumento significativo na capacidade, chegando a 421.825 TEUs na rota Ásia-Norte da Europa, com aumento de 49% em comparação com a base histórica de 2015-2019, anterior à pandemia de Covid-19. Segundo a plataforma, exportadores visam garantir que seus estoques europeus estejam abastecidos antes do início da redução da capacidade planejada para o Ano Novo Lunar.

Em seu boletim informativo, a Sea-Intelligence avalia que "isso indica estratégia de antecipação de cargas, na qual os expedidores estão inserindo volumes massivos na rede muito antes do que os números históricos sugerem, provavelmente uma resposta aos atuais tempos de trânsito prolongados entre a Ásia e a Europa", informa.

Mas, segundo a Hapag-Lloyd, a demanda nas rotas comerciais de leste para a Europa está seguindo padrões sazonais, com uma alta temporada normal, que começou em dezembro e agora está aumentando por causa da proximidade do Ano Novo Lunar. A expectativa, segundo a empresa, é de que a oferta de capacidade seja reduzida a partir do fim de janeiro, por causa do fechamento das fábricas na China.

Michael Aldwell, vice-presidente executivo de logística marítima da Kuehne + Nagel, afirmou que a maioria dos clientes da empresa na Europa usa uma abordagem "just-in-time" para gerenciar as cadeias de suprimentos e os níveis de estoque, o que está afetando a duração dos períodos de pico de embarques. "Após dois anos de prazos de trânsito prolongados, os embarcadores estão ajustando seus planos de acordo, resultando em temporada de pico mais extensa", disse Aldwell.

Analistas identificam também aumento das taxas de frete como reflexo da forte demanda pré-Ano Novo Lunar, com todos os índices apresentando aumentos acentuados desde o início de outubro. De acordo com a Platts, empresa de análise do Journal of Commerce e pertencente à S&P Global, as taxas Ásia-Norte da Europa, de 2.700 dólares por FEU registradas nesta semana, são mais que o dobro do preço de 3 de outubro.

As estatísticas de comércio de contêineres, em seus dados mais recentes disponíveis, de outubro, mostram crescimento de quase 8% no volume de contêineres entre a Ásia e o Norte da Europa nos primeiros 10 meses de 2025. O movimento se deveu às tarifas oscilantes dos Estados Unidos sobre produtos da China, que levaram os exportadores chineses a redirecionar cargas para os mercados europeus.

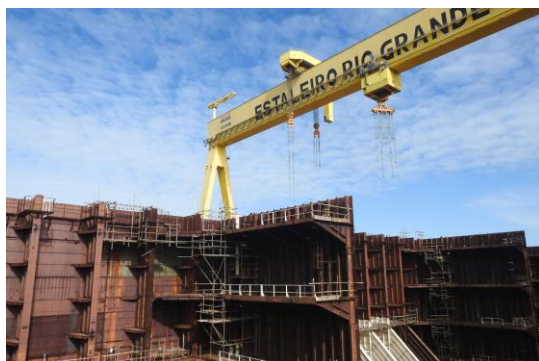
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 20/01/2026

COM NAVIOS HANDY E GASEIROS, RIO GRANDE CONSOLIDA RETOMADA DE GRANDES OBRAS

Por Danilo Oliveira Indústria naval 20/01/2026 - 17:04

Estaleiro da Ecovix, que conclui recuperação judicial em 2025, construirá 4 petroleiros e 5 gaseiros para frota da Transpetro

Menos de um ano após garantir a confirmação para a construção de quatro petroleiros da classe Handy, em consórcio com o grupo Mac Laren, a Ecovix assinou, nesta terça-feira (20), o contrato para a construção de cinco navios gaseiros para a Transpetro no Estaleiro Rio Grande (RS). A proposta da



Ecovix foi vencedora em um dos dois lotes da licitação internacional promovida pela subsidiária da Petrobras. A partir da assinatura do contrato, têm início as etapas finais para a execução do cronograma de construção das embarcações. A expectativa é de que os trabalhos se iniciem até janeiro de 2027.

No Estaleiro Rio Grande (ERG) serão construídos cinco gaseiros do tipo pressurizado, sendo três embarcações com capacidade de 7.000 metros cúbicos (m³) e duas de 14.000 m³, destinadas ao transporte de gás liquefeito de petróleo (GLP) e derivados. O valor do investimento é de

US\$ 414,6 milhões milhões.

Somando o contrato dos gaseiros e o contrato dos Handy firmado em fevereiro do ano passado, serão gerados cerca de 2.900 empregos no pico das atividades no polo naval. A expectativa da Ecovix é que, com as demais atividades em curso, o ERG opere com cerca de 4.000 trabalhadores até o segundo semestre de 2027.

Para os gaseiros, estima-se a geração de até 1.500 empregos no pico da produção em Rio Grande. Somados aos cerca de 1.400 postos previstos para a construção das embarcações do tipo Handy. As contratações relativas ao contrato firmado em 2025 devem se iniciar em março de 2026.

A assinatura do novo contrato com a Transpetro, segundo no processo de renovação da frota firmado com a participação da Ecovix, ocorre meses após a empresa encerrar sua recuperação judicial. O processo foi concluído em julho de 2025 e envolveu uma dívida de R\$ 6 bilhões que durou quase 10 anos, período de crise da indústria naval e escassez de novas encomendas.

A Ecovix destacou que, nesse período, conduziu uma retomada responsável das atividades. Em 2021, o Estaleiro Rio Grande recebeu o navio Siem Helix I, que atua na Bacia de Campos, para serviços de reparo. Em três anos, 25 embarcações passaram por esse tipo de operação no local, movimentando centenas de empregos.

A empresa também foi contratada pela Gerdau para realizar o desmantelamento da estrutura da antiga plataforma P-32 no dique seco do ERG, em um modelo de destinação sustentável promovido pela Petrobras. De acordo com a Ecovix, os trabalhos estão em andamento e devem ser concluídos no primeiro semestre de 2026.

A Ecovix destacou que conta com uma estrutura moderna, com o maior dique seco da América Latina e profissionais altamente qualificados. A empresa considera que o ERG é um ativo estratégico preparado para sustentar novos ciclos de crescimento e gerar oportunidades de forma consistente. O grupo informou que acompanha novos editais da Petrobras e da Transpetro, incluindo licitações para a contratação de navios de médio porte da classe MR1 (Medium Range), destinados ao transporte de petróleo e derivados pela costa brasileira.

“Este contrato [gaseiros] é resultado de um esforço contínuo, aliado a um olhar responsável do Estado brasileiro para um setor produtivo que precisa ser tratado como política permanente de desenvolvimento”, afirmou José Antunes Sobrinho, acionista da Ecovix. Ele frisou que a retomada do polo naval começou com ‘trabalho, planejamento e capacidade técnica’.

A cerimônia de assinatura do contrato dos gaseiros realizada no Estaleiro Rio Grande contou com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, além de autoridades nacionais, estaduais e regionais.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/01/2026



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 011/2026
Página 83 de 83
Data: 21/01/2026
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 21/01/2026